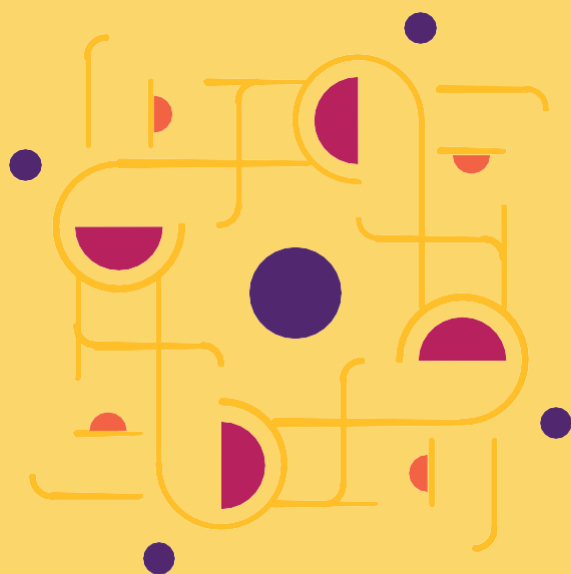


ISSN: 0104-9585
Humanitas, volume 1, n. 1/2, 2020.



Humanitas



Instituto
de Filosofia e
Ciências Humanas
UFPA

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor-Geral: Fernando Arthur de Freitas Neves

Diretor-Adjunto: Giovane da Silva Mota

Editora: Eugênia Rosa Cabral

Comissão Editorial: Antropologia (Profa. Dra. Beatriz de Almeida Matos; Prof. Dr. Diogo Menezes Costa; Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar; Prof. Dr. Hilton Pereira da Silva); Ciência Política (Prof. Dr. Celso Antônio Coelho Vaz; Profa. Dra. Eugênia Rosa Cabral; Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro; Profa. Dra. Maria Dolores Lima da Silva); Filosofia (Prof. Dr. Celso de Oliveira Vieira; Prof. Dr. Ivan Risafi de Pontes; Prof. Dr. Jonathan Molinari; Profa. Dra. Jovelina Maria Ramos de Souza; Prof. Dr. Pedro Paulo da Costa Corôa); Geografia (Prof. Dr. Christian Nunes da Silva; Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva; Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues; Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares); História (Profa. Dra. Cristina Donza Cancela; Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes; Profa. Dra. Leila Mourão Miranda); Prof. Dr. Pedro Petit Peñarrocha); Psicologia (Profa. Dra. Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel; Prof. Dr. Janari da Silva Pedrosa; Prof. Dr. Maurício Rodrigues de Souza; Profa. Dra. Roseane Freitas Nicolau; Prof. Dr. Thiago Dias Costa); Segurança Pública (Profa. Dra. Cristiane do Socorro Loureiro Lima; Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos; Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza; Profa. Dra. Silvia Canaan Moraes de Oliveira); Sociologia (Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves; Profa. Dra. Denise Machado Cardoso; Profa. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura; Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc).

Conselho Editorial: Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib (Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil); Profa. Dra. Claudia Lee W. Fonseca (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil); Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette (Universidade do Estado de Roraima, Boa Vista, Brasil); Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro (Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil); Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil); Profa. Dra. Ilka Dias Bichara (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil); Profa. Dra. Maria Alice R. de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Brasil); Profa. Dra. Maria Angélica Motta Maués (Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil); Profa. Dra. Maria Luzia Miranda Álvares (Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil); Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro (Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil); Profa. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (Universidade Vila Velha, Boa Vista, Brasil); Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa (Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Brasil); Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maués (Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil); Profa. Dra. Regina Celia Reyes Novaes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Prof. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín (Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil); Prof. Dr. Seth Garfield (Universidade do Texas, Austin, EUA); Profa. Dra. Sônia Cristina Lima Chaves (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil); Profa. Dra. Vera Bussab (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil); Profa. Dra. Voyner Ravena Cañete (Universidade Federal do Pará); Prof. Dr. William Balée (Tulane University, New Orleans, EUA).

Responsável técnica: Maria de Nazaré Moraes da Silva

Normalização técnica: Orinete Costa Souza

Editoração eletrônica: Ângelo Ricardo dos Anjos

Suporte técnico: Rafael Lisboa

Capa: Davi Leonardo Lopes

Ícaro Carlos Assunção dos Santos

Endereço: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA

Rua Augusto Corrêa, n. 1 – Campus Universitário – Guamá - Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.075-900

E-mail: humanitas-ifch@ufpa.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca do IFCH/UFPA-Belém-PA

Revista Eletrônica: Humanitas / Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
– Universidade Federal do Pará] – v. 1, n.1. - Belém: IFCH – UFPA, 2021 [online].

Semestral

ISSN: 0102-9231

Continuada por: Humanitas – ISSN 0104 - 9585

1. Filosofia - Periódicos. 2. Ciência Política – Periódicos. 3. Sociologia - Periódicos.
4. Antropologia - Periódicos. 5. Geografia - Periódicos - 6. História - Periódicos. 7.
Metodologia - Periódicos. 8. Psicologia - Periódicos. . I. Universidade Federal do Pará. II.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD 105

MULHERES CIENTISTAS DAS HUMANIDADES: A QUEM INTERESSA O QUE ELAS PESQUISAM?

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA) organizou e lança a primeira edição *online* da **Revista Humanitas**, iniciativa editorial que mobiliza expectativas diversas sobre seus conteúdos, qualidade acadêmica e continuidade. Neste volume, conta-se com a abertura de debates resultantes da permanente imersão em reflexões interdisciplinares das Ciências Sociais e sobre realidades empíricas na Região Amazônica. As condições de possibilidade para se concretizar a publicação radicam-se na conexão com experiências de pesquisa que os Programas de Pós-Graduação, docentes e discentes do IFCH têm desenvolvido ininterruptamente e na acolhida entusiasta e esperada de autoras e autores externos. O periódico é relançado no tempo de resistência contra as campanhas de descrédito e desestabilização financeira e política das universidades públicas brasileiras; campanhas empreendidas por agentes públicos e políticos cujas ideias e práticas negacionistas direcionam-se às atividades acadêmicas e científicas, buscando concretizar e avançar projetos de ataque, destruição e desmobilização. Na contramão desses atos violentos, o fazer cotidiano da ciência, as visões críticas e as resistências constituem-se insurgências imperativas neste momento.

De imediato, o título **Revista Humanitas** capta a atenção. O conceito basilar de *Humanitas* escolhido para nomear a publicação expressa a potência que está enraizada no conceito grego latinizado, ressignificado como “civilidade”, mas sobretudo, no presente, é o esteio da defesa da condição humana na sua pluralidade. Talvez esse conceito inscrito nas polêmicas filosóficas desde as clássicas até as contemporâneas constitua uma provocação calculada para a qual os leitores estão sendo capturados. Outra(s) humanidade(s), outro(s) pensamento(s) e que o valor *Humanitas* impregne cada artigo, frase e ação!

“Mulheres cientistas das Humanidades: a quem interessa o que elas pesquisam?”, título desta primeira edição, primeiro reconhece a “identidade dessa categoria” e, segundo, descreve a categoria mulheres na produção do conhecimento no campo das Ciências Humanas na UFPA. Autoras reconhecidas pela produção acadêmica, leitura e posição no mundo, agência e ações dentro e fora do campus da UFPA emprestam créditos e méritos ao projeto da revista. A solidez teórico-metodológica, a atualidade e a relevância dos temas contribuem, sem dúvida, para marcar interesses de todos em sua leitura, comentários e comunicação em um público amplo e difuso.

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Profa. Dra. Titular da UFPA vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

SUMÁRIO

DOSSIÊ Mulheres cientistas das humanidades: a quem interessa o que elas pesquisam?

EMÍLIA SNETHLAGE: NARRATIVAS DE CIÊNCIA E LITERATURA NA AMAZÔNIA
(1907)..... 7
Leila Mourão Miranda

EMPODERAMENTO FEMININO NAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES NO ESTADO
DO PARÁ..... 31
Maria Luzia Miranda Álvares

INDÍGENAS “MULHERES DA MONTANHA” DIZEM DE CORPOREIDADE, DOR E
SOFRIMENTO NAS AMAZÔNIA(S)..... 49
Jane Beltrão & Camile Barata

LEGITIMAÇÃO DE SABERES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O PONTO
DE VISTA DE UMA ACADÊMICA NEGRA MILITANTE A PARTIR DE UMA
UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA..... 69
Mônica Conrado

DO RESPIRAR AO ESCREVER: FORMAS DE ANIQUILAMENTO E SUBVERSÃO DAS
EXISTÊNCIAS NEGRAS 85
Flávia Danielle da Silva Câmara

NOIVAS COM CLASSE: ECONOMIA E MORALIDADE NA DISPUTA PELO VALOR
DE VESTIDOS NO MERCADO DE CASAMENTOS109
Michele Escoura

SEXISMO, CIÊNCIAS HUMANAS E AS POTENCIALIDADES DO PENSAMENTO
FEMINISTA.....135
Patrícia da Silva Santos

EMÍLIA SNETHLAGE: NARRATIVAS DE CIÊNCIA E LITERATURA NA AMAZÔNIA (1907)

Leila Mourão Miranda*

RESUMO: O texto discute as atividades da naturalista ornitóloga Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage no Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituição onde ocupou diversas funções durante os anos de 1905 a 1921, e por meio da qual se tornou a primeira mulher a dirigir um Museu na América Latina. Nascida na região da antiga Prússia, Emilie Snethlage enfrentou a discriminação por ser mulher e ter nacionalidade alemã, durante a Primeira grande Guerra, e como mulher cientista, enfrentou, com galhardia e ironia, discriminações de gênero. Viajou pela Europa, realizou trabalhos de campo em quase todas as regiões da Amazônia paraense, elaborou relatórios sobre essas viagens e publicou importantes trabalhos no Brasil e no exterior. Suas narrativas de viagens, ainda que técnicas, destacam-se pelo uso da prosa nos relatos sobre o seu cotidiano de pesquisadora. São narrativas do cotidiano das atividades de uma cientista estrangeira, que realizou pesquisa documental e de campo e as relatou por meio de uma escrita que transita entre a literatura e as regras e normas da Ciência Natural, sem perder a essência da informação técnica na forma literária.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher cientista. Discriminação de Gênero. Amazônia.

EMILIA SNETHLAGE: NARRATIVES OF SCIENCE AND LITERATURE IN AMAZONIA (1907)

ABSTRAT: The text discusses the activities of the naturalist and ornithologist Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage at Museu Paraense Emílio Goeldi, where she held innumerable positions between 1905 and 1921, becoming the first woman to run a museum in Latin America Born in the old Prussia region, she faced discrimination for being a woman and German during World War I, and a scientist woman. Emília Snethlage faced with gallantry and irony gender discrimination. She travelled through Europe, performed field works in almost all regions of the State of Para Amazon, elaborated reports of these trips and published important papers in Brazil and abroad. Her travel narratives, although technical, stand out for use of prose in her daily life reports. They are narratives about the daily activities of a foreign scientist who performed both field and documentary research and reported them in a written form that moves between literature and the rules and norms of Natural Science without losing the essence of the technical information in literary form.

KEYWORDS: Scientist woman. Gender discrimination. Amazon.

EMILIA SNETHLAGE: NARRATIVAS DE CIENCIA Y LITERATURA EN AMAZONIA (1907)

RESUMEN: El texto analiza las actividades de la ornitóloga naturalista Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage en el Museu Paraense Emílio Goeldi, donde desempeñó diversas funciones en esa institución entre 1905 y 1921, convirtiéndose en la primera mujer en dirigir un museo en América Latina. Nacida en la región de la antigua Prusia, se enfrentó a la discriminación por ser mujer, tener nacionalidad alemana durante la Primera Guerra Mundial y como científica. Emilie Snethlage enfrentó con gallardía e ironía la discriminación de

* Professora titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

género. Viajó por Europa, realizó trabajo de campo en casi todas las regiones de la Amazonía paraense, escribiendo informes de sus viajes y publicando notables trabajos en Brasil y en otros países. Sus escritos, aunque técnicos, se destacan por el uso de la prosa cuando reflexiona sobre su vida cotidiana como investigadora. Son narrativas sobre sus actividades como científica extranjera, que realizó investigaciones documentales y de campo y las relató en textos que transitan entre la literatura y las reglas y normas de las Ciencias Naturales, sin perder la esencia de la información técnica en forma literaria.

PALABRAS CLAVE: Mujer científica. Discriminación de Género. Amazon

1 INTRODUÇÃO

Perrot (2005, p. 9) afirma que uma importante e inquietante mudança ocorrida nos espaços públicos, em especial nos citadinos oitocentistas, foi “a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos”, ou pouco familiares. Som “que mudou o horizonte sonoro” naqueles e em outros lugares. Mas também ressalta a existência de “muitas zonas mudas no que se refere ao passado” e às mulheres, configuradas em processos históricos nos quais a partilha desigual de traços, de memórias e da história as suprimiu ou omitiu por diversas razões, colocando-as no limbo dos arquivos e da historiografia, pois isto convinha à sua posição sociocultural secundária e subordinada¹.

O silêncio sobre as mulheres, então reduzidas a uma segunda categoria da espécie humana, localizando-as em uma obscuridade fictícia, voltada à reprodução e aos acontecimentos, era e é um mandamento reiterado, ao longo dos tempos, pelas religiões, pelos sistemas políticos e pela ciência. A justificativa para tal atitude derivava da sua qualificação, pela ciência e pela cultura, como um gênero humano frágil.

Segundo Colling (2004), há uma confusão proposital na histórica (des)qualificação das mulheres, pois, biologicamente, a identificação entre nascituros era e é feita pelo sexo e não por gênero: “falar de gênero em vez de sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política” (COLLING, 2004, p. 29).

Desde muito cedo as mulheres demonstraram que “ser homem/ser mulher é construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos”, e isso não passa de um estereótipo universal desqualificador (COLLING, 2004, p. 29). Elas não respeitaram essas injunções, pois, em suas ações de necessidades e resistências como sujeitas de suas histórias, foram trabalhar nas fábricas e indústrias, fizeram greves,

¹ A jurista Florisa Vercci informa que as leis ibéricas, que orientaram a conquista e a colonização no Brasil, qualificavam a mulher como pertencente ao gênero *imbecilitus sexu*, ao lado das crianças, dos doentes e dos incapazes.

movimentos sociais diversos, atos, documentos e passeatas pelo sufrágio universal; foram para as Academias, salões e até mesmo para os Parlamentos. Mas não somente isso: viajaram, caçaram, escreveram, pintaram e pesquisaram, alçaram-se às categorias de letradas - literatas, artistas, jornalistas, entre outras, porém, principalmente cientistas. Estas últimas foram poucas no mundo oitocentista, mas estiveram à frente de importantes pesquisas e instituições científicas, a exemplo da naturalista Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage, ou simplesmente Emília Snethlage, como se tornou referenciada.

Emília Snethlage estudou, viajou e desenvolveu pesquisa na Amazônia paraense desde o ano 1905 a 1921. Em circunstâncias regional e internacional críticas, assumiu a direção do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) a partir do ano 1914 a 1921, haja vista o período internacional conturbado pela Primeira ‘Guerra Mundial’, que ressoou na vida desta mulher cientista.

Ao realizar a pesquisa intitulada “Mulheres nas ciências na Amazônia Paraense” como derivação do projeto da investigação “Maneiras de viver e representar a sociedade e a natureza na Amazônia paraense”, no início da República, optei por utilizar os acervos do MPEG, a mais importante Instituição científica na região, de então.

Localizar as mulheres dedicadas aos diversos afazeres científicos que atuaram no Museu Paraense Emílio Goeldi, na transição do século XIX para o XX, a fim de averiguar suas inserções na categoria trabalhadora intelectual, foi surpreendente para mim, não pelo número de mulheres, pois localizei apenas quatro: a ornitóloga Emília Snethlage, Anna de Aragão Carreira, Abigayl Esther de Matos e Ottília Muller. Suas funções eram distintas, mas definidas com base em critérios relacionais de gênero vigentes à época, registrados em relatório no Boletim do Museu de 1909. Anna e Abigayl aparecem no texto do relatório administrativo, que informava a exoneração do Oficial da Secretaria, o Sr. José Lobo Pessanha, a seu pedido. Os argumentos utilizados para a escolha das duas mulheres são relevantes, pois afirmam a condição social de discriminação das mulheres, como pessoas e trabalhadoras de segunda categoria:

[...] o governo de acordo com uma indicação anteriormente feita pelo meu ilustre antecessor, resolveu substituir aquelle funcionário por **dois oficiais de segunda categoria**, permitindo assim obter maior somma de trabalho sem acréscimo notável de despesas. E foram nomeadas para os dois novos lugares, D. Anna de Aragão Carreira e D. Abigayl Esther de Matos, sendo esta encarregada especialmente dos serviços da Secretaria e da biblioteca, enquanto que àquela ficou confiada a confecção de rótulos e outras escrituras que exigem uma mão habilitada na caligrafia (BOL. MUS. PAR. EMÍLIO GOELDI, 1910, p. 4-5).

Emília Snethlage chegara da Europa em 1905, o mesmo ano em que foi designada para ocupar a função de assistente de zoologia do Museu; é sobre ela e seu trabalho que trata o presente texto. Otília Muller era professora particular e foi contratada, inicialmente, para substituir os dois oficiais (D. Ana e D. Abigayl) em caso de necessidade e, posteriormente, para organizar o Catálogo de fichas e folhas separadas para a Biblioteca.

O Museu Goeldi, à época, tinha como atividade fundamental a pesquisa científica nas áreas das ciências naturais, mas também foi o lar de cientistas e de suas famílias, entre os quais, Emílio Goeldi e sua esposa Adelina Meyer, Jackes Huber e sua esposa Sophie Muller, Rodolpho Siqueira Rodrigues e sua esposa Abigayl Esther de Matos, Adolpho Duck e Emília Snethlage. Tal costume fora orientado pela ideia de instituir uma ‘colônia de cientistas’, já em moda na Europa (BOL. MUS. PAR. EMÍLIO GOELDI, 2013, p. 221).

Durante o período de pesquisa no acervo do Museu sobre as mulheres dedicadas aos fazeres científicos naquela Instituição, no início do século XX, localizei relatórios, publicações de Emília Snethlage e fotos de mulheres que ali atuaram ou viviam. Ao examinar as fotografias, deparei-me com a foto de uma mulher sentada em um troco caído, no meio de matos, segurando uma espingarda. Causou-me estranheza e curiosidade ver a imagem de uma mulher portando uma arma com a qual apresentava familiaridade. Ela se vestia com simplicidade: vestido de saia longa, de cor clara, e chapéu; sua aparência física era sóbria. Ao seu redor, havia outros troncos de diferentes grossuras e tamanhos, também caídos ao chão. Dois homens a acompanhavam, de pé, um pouco à sua frente, mas em plano abaixo do que ela se encontrava. A foto estava identificada como “Imagem do arquivo pessoal da família Snethlage”. O título da foto era “Emília e sua espingarda, com dois guias durante pesquisa de campo”.

Apesar de se considerar que a fotografia, como fonte histórica, não propicia noção geral sobre o que mostra, embora encerre elementos pertinentes, a imagem referida se apresenta como um meio condensado de aspectos que podem iluminar, por exemplo, mediações na recuperação da memória dos afazeres das mulheres naquela Instituição científica, na medida em que apreende elementos de sua especificidade. Olhar, ver e pensar são ações intrínsecas e historicamente inseparáveis de quem observa, e a fotografia não é apenas uma forma de expressão, é também um meio de informação e comunicação, pelos indícios nela presentes. O primeiro procedimento para sua análise é a identificação de uma pequena parcela dos registros que compõem a sua existência (CIAVATTA, 2002, p. 18).

A foto-imagem em questão configurava ideias de paisagem, mato e pessoas, ainda que em destaque estivesse a mulher com a espingarda apoiada sobre as pernas. A sutileza estava no fato de a mulher e os troncos se destacarem na imagem. O retrato/imagem de mulher com arma em mãos não era comum, à época, na Região Amazônica, motivo pelo qual despertou minha atenção e me deixou curiosa.

Eu já havia lido sobre de Florence Dixie e seus rifles de caça na Patagônia, uma exceção à regra geral em relação às mulheres viajantes pelo mundo de então (DIXIE F., *Através de la Patagonia*, 1996). De volta à foto-imagem, iniciei um estudo sobre Emília, a mulher da foto. Quem era e o que fazia aquela mulher? De onde era? O que fazia com a espingarda? Onde atuava? As respostas sobre essas questões foram surgindo quando percorri outras imagens e acessei a documentação relacionada à foto, atenta à datação nelas constante.

A investigação preliminar produziu alguns resultados: a mulher da foto-imagem era Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage, que se tornou conhecida como Emília Snethlage ou a “senhorinha doutora”, nascida em 13 de abril de 1868, em Kraatz (na antiga Prússia), que compõe a atual cidade de Gransee, no distrito de Oberhavel, em Brandenburg, Alemanha, ao norte de Berlim. Doutora em ornitologia viera trabalhar no Museu Paraense a convite de Emílio Goeldi no início do século XX. Chegara em 1905 e, nesta Instituição, ocupou diversos cargos: assistente de Zoologia de Emílio Goeldi; chefe da Seção de Zoologia; e diretora do Museu, além de pesquisadora. Permaneceu trabalhando por cerca de dezesseis anos (1905-1921) nesta Instituição. As ciências naturais era ainda a área predominante e preeminente nas atividades do Museu Goeldi na época em que Emília permaneceu como cientista. Transferiu-se para o Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1922.

Emília Snethlage era especialista em aves (ornitóloga), mas o conjunto de seus trabalhos revela também sua atenção à etnologia, botânica, hidrologia, entre outras áreas de estudo. Segundo Sanjad (2013), as atividades que foram desenvolvidas por Emília no MPEG, ao longo de dezesseis anos, possibilitaram múltiplos estudos em diversas perspectivas: gênero, tradições e estilos científicos, relações internacionais e fronteiras, além de estudos em ornitologia. Este historiador informa que Emília copilou dados não sistematizados, fez inventários faunísticos pioneiros, descreveu sessenta espécies e subespécies, estabeleceu as bases da biogeografia de aves no Brasil, além de importantes relatórios sobre suas viagens.

Os destaques da documentação escrita por Emília, para a minha investigação, foram os relatos sobre as suas expedições, em especial a do rio Tocantins, realizada em 1907, e a do Xingu e Tapajós no Pará, em 1909. Nesses relatos de viagens, ela elaborou ‘prosas’ que revelam uma composição literária sobre paisagens, rios, gentes, roças, animais e alimentos. A

sensibilidade, emoção, sociabilidade e poética que adotou na linguagem para narrar, aparentemente, destoava da técnica de narrativa que se esperava do ‘cientista naturalista’, de então. Sua história a revela como uma viajante, inicialmente pela Europa e, depois, pela Amazônia. Era uma das chamadas mulheres trotamundos, ou seja, mulheres viajantes.

2 AS TROTAMUNDOS

No século XIX, mulheres cientistas, esposas de cientistas, outras profissionais e/ou aventureiras viajaram pelo mundo, pela América do Sul e pela Amazônia, relataram e construíram imagens em textos, pinturas e fotografias acerca de suas percepções, experiências e observações. Embora isso não fosse novidade, estas atitudes revelam ações de resistência e ousadia de muitas dessas mulheres. A título de exemplo, cito algumas viajantes cujos trabalhos, já conhecidos, resultaram em certa expressão de ciência e/ou arte, de acordo com as minhas leituras: Maria Graham, de origem inglesa, era literata e desenhista, viajara pelo Chile e pelo Brasil (1823); Flora Tristan, francesa, foi jornalista e escritora, percorreu áreas do Peru (1838); Marianne North, inglesa, era botânica e pintora, veio ao Brasil e ao Chile (1872-1873); Florence Dixie, escocesa, era escritora, esportista, enfermeira e algumas vezes correspondente de guerra, percorreu a Patagônia austral (Chile), passou pelo Brasil, e por praticar caça, andava armada com rifles e acompanhada de cães de caça (1878/1879); Marion McMurrough Mulhall, migrante irlandesa era jornalista e escritora, viveu na Argentina por vinte e cinco anos, viajou por aquele país e pelo Brasil, país no qual visitou o Mato Grosso e a Amazônia (1868-1881); Elizabeth Agassiz, norte-americana, educadora e escritora, em companhia de Louis Agassiz percorreu a Região Amazônica como assistente ‘escriva’ de Louis (1895-1896); Marie-Octavie Otille Coudreau, ou Otille Coudreau, como se tornou conhecida no mundo das letras, era cartógrafa, fotógrafa e geógrafa, percorreu parte da Amazônia com seu marido Henri Coudreau (1895-1897) e, após a morte dele, ainda viajou pela região (1900-1903), para concluir alguns trabalhos iniciados por ele e realizar outros trabalhos segundo seus próprios interesses.

De acordo com Martinez (2012), as narrativas dessas mulheres e de outros/as viajantes trazem uma parte valiosa em suas bagagens, que são os “relatos das sagas empreendidas pelos quatro cantos do mundo” (MARTINEZ, 2012, p. 52). Com base nessas premissas, investiguei a história e os relatos de e sobre Emília Snethlage. A investigação preliminar produziu diversos resultados, por exemplo, constatei que ela fez doze viagens pelo interior da

Amazônia paraense. Os relatórios sobre suas viagens ao rio Tocantins e ao rio Xingu informam que realizou estudos sobre pássaros, especialidade a que sempre esteve dedicada, sem deixar, no entanto, de observar os ambientes e seus componentes, as gentes, as relações de propriedade e poder. Umas poucas fotos de Emília apresentaram uma mulher de estatura mediana, cabelos presos e rosto sóbrio. Mas uma das fotos se destacou entre todas: a Emília e sua espingarda².

Emília teve uma trajetória de vida bastante interessante. Nasceu em 13 de abril de 1868, era filha de pastor protestante, perdeu a mãe ainda na infância, foi educada e letrada em casa pelo pai, da mesma forma que seus irmãos, pois moravam longe de escolas. Ao concluir sua formação básica, em 1890, trabalhou como preceptora (professora particular) na Alemanha, Suíça e Inglaterra durante dez anos, ocupação comum de filhas letradas de intelectuais sem fortunas. Naquela época esta era uma atividade que propiciava deslocamentos de mulheres para diferentes regiões, convivências com outras pessoas e um importante aprendizado em outras culturas.

Emília estudou história natural na Universidade de Berlim, em Jena e Freiburg na Breisgau, entre 1900 e 1904, onde enfrentou preconceitos e restrições por ser mulher e pobre (JUNGHANS, 2010, p. 7).³ Doutorou-se em ornitologia com orientação de August Weismann (1834-1914) que, à época, foi um expoente do darwinismo na Alemanha. Após doutorar-se, passou alguns meses trabalhando como assistente de Aton Reichenow, e a seguir candidatou-se a assistente de Zoologia do MPEG, por sugestão de Weismann e a convite de Emílio Goeldi, então diretor do Museu, em 1905.

No MPEG, Emília ocupou diversos cargos, ao longo de seus, aproximadamente, 16 anos de trabalho (1905-1921), à exceção do ano de 1917, durante a Primeira grande Guerra, quando foi afastada da direção do Museu, pelo governador Lauro Sodré, em consequência de sua nacionalidade alemã. Neste mesmo ano, foi demitida, em face de sua condição de cidadã alemã e devido à entrada do Brasil na guerra contra a Tríplice Aliança, da qual a Alemanha fazia parte.

Durante o período e seu afastamento da Instituição, Emília se ‘recolheu’ em um convento de freiras em Santo Antônio do ‘Prata’, localizado no atual Município de Tomé-Açu. Ao encerrar a guerra na Europa e após a assinatura do Tratado de Paz, que pôs fim às

² A espingarda era usada por ela para abater os pássaros escolhidos para estudo.

³ Segundo Junghans (2010) os preconceitos e restrições de acesso de mulheres às universidades na Alemanha eram muitos. Emília obteve permissão para assistir aulas como ouvinte até graduar-se. Ela era “obrigada a chegar quinze minutos antes do início da preleção, recolhendo-se atrás de um biombo”. Não lhe era permitido se manifestar nas aulas e só saía após um quarto de hora depois do encerramento das mesmas.

animosidades nacionais, foi recontratada em 1919, pelo Museu, para reassumir a direção durante os anos 1920 e 1921.

As ciências naturais ainda que área predominante nas atividades do Museu Goeldi no início do século XX ampliava seus estudos sobre a flora, a fauna e os solos, incluindo investigações arqueológicas e Antropológicas, possibilitando a Emília espaços para diálogos e reflexões para além da ornitologia, como cientista. Durante o período em que esteve nesta Instituição, Emília realizou investigações nas imediações da cidade de Belém, fazendo importantes registros sobre diversos aspectos de seu entorno e de suas gentes.

De acordo com as fontes e textos publicados sobre Emília, constatei que após selecionar, organizar e sistematizar informações dos acervos do MPEG, ela organizou inventários faunísticos e publicou, em 1914, a obra “Catálogo das aves amazônicas” e participou de uma rede científica internacional, na qual dialogou com Arton Reichenow (1847-1941), Carl Hellmayr (1878-1944), Ernst Harter (1859-1933), August Weimann (1834-1914), seu orientador, entre outros (SANJAD, 2013; CORREA, 2001).

Emília também deixou relatos sobre seus trabalhos de campo, nos quais descrevia, por meio de narrativas encantadoras, as paisagens dos rios, as “qualidades” das gentes, isto é a sua diversidade étnica, econômica e social, assim como seus diferentes hábitos e costumes, a multiplicidade de animais e das aves que conheceu, entre outras situações vivenciadas fora do MPEG, em tempos bons e maus. Registrou informações sobre áreas regionais de potencialidade da castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*) e sobre a extração do látex das espécies de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), particularmente no Sudoeste do Pará, assim como descreveu alguns expoentes senhores e senhoras donos de seringais, administradores de vilas e cidades, prósperos comerciantes, trabalhadores, famílias, além de ter ressaltado a agricultura que se desenvolvia nestes cantões.

As narrativas de Emília configuram-se em textos literários, nos quais o cotidiano, as interações sociais, políticas, culturais e, às vezes, econômicas se entrelaçam e compõem, criativamente, um universo no qual a sensibilidade, a harmonia e a vida adquirem cor, cheiro, sonoridade e sabor, temperados com pitadas de ironia, que ultrapassam os cânones da ciência, em especial das ciências naturais. A criatividade aqui se conforma na perspectiva colocada por Certeau (1994, p. 13): é “uma criatividade que se esconde num emaranhado de astúcias, silenciosas e sutis, eficazes, pelas quais cada um inventa para si mesmo uma “maneira própria” de caminhar pela floresta dos produtos impostos”⁴.

³ Michel de Certeau, ao discutir as artes de fazer, ou melhor do fazer conhecimento afirma que nem sempre nossos instrumentos de pesquisa refletem aos problemas institucionais e linguísticos sobre o que constitui a

A investigação sobre quem foi Emília Snethlage resultou bastante frutífera: Miranda-Ribeiro (1936), Lutz (1957), Correa (1995, 2001, 2003), Cunha (1989), Elias (1997), Leite (2007) Junghans (2008, 2009, 2010, 2011, 2013), Sanjad (2010, 2013), Duarte (2016) entre outros, ainda que em abordagens distintas, propiciaram diversas informações que elucidaram questões intrigantes, ao indicarem a sua extensa produção científica e a sua inserção no mundo científico local, nacional e internacional.

A documentação relativa à atuação de Emília como mulher e cientista, sobre sua postura e vestimenta e acerca de como se apresentava no trabalho e nas excursões científicas, em determinado contexto científico institucional e cultural que desqualificava as mulheres nas e para as ciências naturais, políticas e muitas vezes literárias, especialmente nos relatórios de campo, revelou também uma escritora com percepção e sensibilidade acurada. A prevalência do termo mulher antes de cientista se deve à sua aparente opção de se pautar por uma ‘performance’ que a identificava como tal: penteava-se, vestia somente saias longas e vestidos, mesmo nos trabalhos de campo, e se comportava segundo os padrões exigidos para as mulheres, à exceção do casamento. Sobre este último fato, ainda não encontrei nenhuma informação.

No que se refere à sua família, constatei que Emília mantinha correspondência com a família, informando sobre sua vida e descrevia aspectos de seu trabalho e de seus cotidianos.

A categoria mulher cientista utilizada no presente artigo decorre do fato de que a Instituição Museu Goeldi, ao contratar um profissional com a formação acadêmica exigida pelos cânones da ciência, das especialidades e das instituições o faz a uma pessoa adulta. Os critérios prioritários para a contratação de Emília foram o saber, o conhecimento, a titulação, a recomendação que detinha bem como, a recomendação associada ao aceite das condições e regras exigidas a todo cientista, em tese, independentemente do sexo, ainda que prevaleça, nas relações pessoais e profissionais, a carga dos preconceitos culturais.

A referida questão se coloca no âmbito da influência do discurso da pretensa ‘neutralidade científica’ nas atividades profissionais dos/as cientistas, dotando-os, subrepticiamente, de uma identidade assexuada. Neste sentido, Emília, com suas saias longas, deveria ser tratada como cientista e, assim, sua qualificação sociocultural passa a ser definida pelo artigo ‘a ou o’. Este foi e é o mecanismo que subterfuja e assegura, por meio de convenções da sexualidade, uma pseudoneutralidade pessoal, que se reproduz e se mantém, mais ou menos, silenciosamente.

cultura em uma sociedade, por isso é necessário outros caminhos para encontrar os sujeitos e sua história mais próxima do real.

A ironia com que Emília se refere às discriminações presentes entre os cientistas foi relatada por ela ao comentar certo episódio de recebimento de uma correspondência com em conversas com o zoólogo Alípio Miranda Ribeiro, citado por Junghans (2010 *apud* ROQUETE-PINTO, 1940), em que este autor relembra as observações feitas por de Miranda-Ribeiro que a conhecera, informando que certo dia Emília comentou: “A maior satisfação que tive [...] foi receber uma carta com o endereço ‘Ao Snr. Dr. Emilio Snethlage’: isso convenceu-me de que havia feito trabalho de um homem” (JUNGHANS, 2010, p. 10).

Para Manuel-Navarrete (2001), um sistema de conhecimento pode definir-se como o código fundamental de determinada cultura, que constrói e configura uma episteme/práxis, que orienta a elaboração da ordenação empírica das práticas sociais de certo grupo, em uma história particular. A episteme, nesta perspectiva, adquire sentidos e significados, pois conforma a organização das relações entre as pessoas e entre sexos, e destas com o ambiente e onde vivem, de modo a permitir a um discurso ter sentido e significado sobre tais interações (MANUEL-NAVARRETE, 2001). O paradigma geral, à época, segundo o qual se conformava e estruturavam os múltiplos saberes científicos que, por esta razão, compartilhavam, a despeito de suas especificidades e diferentes objetos, algumas formas ou características gerais, repercutiam a antiga ideia de que as mulheres, biologicamente, são diferentes e, em tese, inferiores aos homens.

3 SUBVERTENDO FRONTEIRAS

Perrot (1998) afirma que o século XIX foi permeado pela influência de ideias iluministas e positivistas de maneira marcante e que a instrução educativa de homens e mulheres tornou-se necessária. A premissa segundo a qual a sociedade precisava ser educada, moralmente e cientificamente, possibilitou pensar-se que algumas mulheres também deveriam receber, ainda que restritamente, a educação para adaptarem-se a essa nova ordem. A educação feminina, neste período, esteve voltada para civilizar, moldar e moralizar a mulher, de modo que a levasse a incorporar os valores prezados pela sociedade burguesa patriarcal em vigor. A autora ressalta ainda que “o século XX pode ser considerado o princípio da era democrática para as mulheres”, pois foi o tempo de suas primeiras conquistas, como igualdade civil e jurídica; acesso à instrução, à ciência e ao trabalho profissional; mas, principalmente, a obtenção de espaço para representação e participação em quase todos os níveis de poder.

Ao longo do século XIX, a escrita, a pintura e outras artes possibilitaram a introdução de mulheres em alguns espaços-lugares públicos. Neste sentido, essas conquistas também tornaram as mulheres parcialmente públicas. O exercício da cidadania e a formação científico-profissional em todas as áreas do conhecimento, no século XX, ampliaram a inserção de mulheres em espaços-lugares, antes ocupados apenas por homens. Há, porém, certas ‘zonas’ que ainda resistem mais em relação a outras (PERROT, 1998).

Perrot (1998), ao indicar o século XIX como o tempo da inserção de mulheres em alguns espaços-lugares públicos, constatou muitas fronteiras ultrapassadas por algumas delas, por exemplo, o acesso ao letramento, pois lhes possibilitou o domínio da palavra e a sua circulação, que modelava a esfera pública, mais do que o espaço-lugar, tornando-o, gradativamente, também espaço para mulheres. Por meio da correspondência, literatura, pintura, música e pela imprensa, elas se inseriram em todas as formas de escritos. Obtiveram, assim, espaços na imprensa, principalmente em jornais, nos quais os rodapés eram reservados para seus escritos, cujos variados temas versavam sobre moral, bons costumes, moda, novidades, conselhos, narrativas de viagens, romances, mas também a defesa de direitos como ao voto. Os salões artísticos, literários e musicais ampliaram as possibilidades de as mulheres se fazerem presentes e se apresentarem segundo suas especialidades artísticas e intelectuais.

As universidades foram acessadas pelas mulheres, algumas das quais, já no início do século XX, tornaram-se cientistas e inseriram-se em instituições científicas, como Emília Snethlage, ainda que em condições extremamente restritivas. Muitas mulheres letradas viajaram por diversos continentes, voluntária ou involuntariamente, e relataram suas aventuras e cotidianos, suas pesquisas; organizaram movimentos sociais específicos, como o do sufrágio feminino; e também participaram de movimentos gerais, como as greves por melhores condições de vida e trabalho. Mas ainda existiam espaços-lugares públicos aos quais demoraram a ter acesso, por exemplo: parlamento, judiciário, academias de ciências, trabalhos de campo e alguns esportes.

Algumas fronteiras foram superadas na segunda metade daquele século, porém alguns lugares ainda continuaram a ser quase exclusivamente reservados a mulheres, além do domicílio: cozinhas de restaurantes, lavanderias, grandes lojas, salões de chá, algumas salas de leitura, pois ainda havia uma forte sexualização dos espaços-lugares de trabalho e de trabalhos. Estas fronteiras foram sendo lentamente superadas.

Perrot (1998) destaca também que, pelas palavras escritas ou não, as mulheres alçaram voos e se fizeram reconhecer como sujeitas da história realizando suas próprias histórias. Segundo a autora, foi por meio, principalmente, da palavra escrita por mulheres e de sua

circulação que elas conquistaram o reconhecimento pela sociedade da capacidade intelectual feminina e de sua autonomia como pessoa na esfera pública. As mulheres, principalmente as ‘mulheres intelectuais’, por meio da escrita de correspondências, textos literários ou de outro teor, inseriram-se em todas as formas de escritas, em diversas esferas públicas consideradas masculinas, a exemplo do que ocorreu com Emília Snethlage.

A história de vida de Emília demonstra que ela rompeu inúmeras barreiras e fronteiras culturais e sociais, obteve a condição de letrada e intelectual, além de reconhecimento como cientista. Conforme mencionado, ela foi a primeira mulher a dirigir um Museu de História Natural e Etnologia na América Latina, à semelhança de Alma Whittaker, filha de um biólogo, personagem principal do romance *a Assinatura de todas as coisas*, de Elizabeth Gilbert (2013), que relata a vida de Alma como diretora do Jardim Botânico criado por seu pai nos Estados Unidos (EUA). Cabe salientar, sobre Emília Snethlage, que encontrei relatórios, correspondências e outros poucos documentos padronizados e formais, mas nada específico à sua vivência como diretora do MPEG. Em relação aos periódicos locais (jornais e revistas), tomei conhecimento de algumas matérias que a criticavam.

4 NARRATIVAS E RELATOS

A leitura dos relatórios de campo de Emília Snethlage me foi gratificante. Para este artigo selecionei os textos escritos por ela sobre a viagem ao Rio Tocantins, que se destacaram por sua temporalidade e pela temática relacionada ao recorte de pesquisa proposto, por diversas razões: são narrativas do cotidiano das atividades de uma cientista estrangeira, que realizou pesquisa de campo e a relatou por meio de uma escrita que transita entre a literatura e as regras e normas da Ciência Natural, sem perder a essência da informação técnica na forma literária, dialogando com produção científica existente, à época, contribuindo com seus registros para a História, Antropologia e outras áreas de conhecimento.

Segundo Ricoeur (1994, 1995, 1997, p. 85), “a narrativa é um relato da experiência perceptiva sistematizada a partir da dimensão e concretude do viver, sendo percebida pelos sentidos” (fisiológicos), Busca apreender os sentidos socioculturais dos acontecimentos no tempo e lugares, isto é, na própria historicidade (RICOEUR, 1994; 1995; 1997). Nesse sentido, a narrativa passou a ser um ato de elaboração de inteligibilidade do “acontecer” vivido. O ato de narrar a experiência perceptiva como parte integrante da experiência humana, situando-a no processo de produção de conhecimento, como forma de expressão da primeira

relação significativa entre as coisas e acontecimentos sobre os quais se elabora e aplica a reflexão, expressa uma anterioridade do vivido ao que é relatado, isto é, uma subordinação do plano linguístico à experiência concreta dos sujeitos.

Para o referido autor, a experiência vivida e os seus relatos são elaborados e comunicados, inicialmente, por meio da oralidade, tendo como referência a temporalidade do acontecido e vivenciado, ou seja, apresenta uma base comum: o seu caráter temporal. Nesta perspectiva, a narrativa se constrói na reflexão e se expressa na oralidade, podendo ser apreendida como narração ou narrativa. A narração, como ato de narrar, expõe e descreve o fato vivido e, assim, constitui “a expressão de um ser coletivo, resultante da interação entre narrador e ouvinte/leitor” (RICOEUR, 1994, p. 85).

No processo de elaboração do narrar, a interpretação do que ocorre é apreendida do plano lógico do “evento” acontecido e desloca-se para o plano da dimensão social do cotidiano, construindo sentidos e promovendo significados sociais. O cotidiano compõe o relato, nesta circunstância, como a dimensão do viver, no qual se integram e interagem vários eixos temporais, referidos às experiências concretas de indivíduos e à perspectiva que esses indivíduos constroem sobre as experiências, recuperando, para a história, dimensões da vida individual e coletiva que tiveram significações modificadoras do viver.

Na perspectiva da Semântica Cognitiva proposta por Campos (2007), a elaboração da narração do(s) acontecimento(s) é operacionalizada mentalmente como uma interpretação que ocorre no plano lógico do viver o cotidiano; como uma elaboração discursiva de um enredo, apreendendo as multiplicidades temporais das vivências; e como manifestações das dimensões perceptivas e de sentimentos relativos às circunstâncias em que as situações reais são experimentadas, possibilitando, assim, a emergência de vozes diferenciadas, como expressão do coletivo, resultantes de uma cultura comum (CAMPOS, 2007, p. 346). De forma interpretativa, a narrativa enuncia e anuncia a apreensão dos sentidos dados ao “mundo”, de tudo que nele existe e do viver de quem narra e de quem “escuta”, constituindo-se, desta maneira, certa unidade de sentidos, que passam a operar com significados, e que registram, na memória individual e/ou coletiva, ao serem dados como o historiar das suas vivências.

Vanina (2010), ao discutir a construção (criativa) do significado, esclarece que o processo dessa construção se realiza na percepção da intencionalidade da narração. Trata-se, pois, da interpretação do vivenciado, por meio do qual se constrói uma realidade constituída de sentidos mental e operacional para o que foi apreendido e percebido no real, tornando-o significativo como forma experienciada. A linguagem, assim, é um meio de organizar, construir e interpretar o conhecimento experiencial acerca do mundo vivido. Desse modo, o

significado atribuído ao mundo e ao viver nele, bem como aos acontecimentos experienciados de diferentes maneiras, que devem ser entendidos nas perspectivas mental e linguística, com a finalidade de descrever, explicar e dar sentido à interpretação das intenções dos falantes, para explicitar como os significados se constroem durante o falar/narrar.

A narrativa histórica busca recuperar aspectos da vida em sociedade, especialmente os considerados esquecidos, ou que tenham necessidade de serem revistos, em face de emergência de novas informações ou interpretações. Haja vista tratar-se da elaboração de uma narrativa de acontecimentos como ausência, isto é, geralmente silenciada na e pela historiografia, a narrativa será uma forma de ordenar ‘cenar’ organizadoras da história, a fim de possibilitar sua simbolização por meio da escrita, a qual passa pelo processo de cognição e imaginação. Assim, a construção de algo desaparecido e desconhecido implica “a discussão das relações entre o simbólico e o imaginário e entre a história e a ficção”, de acordo com Cardoso (2000, p. 3).

Para a análise dos textos dos relatórios de viagem de Emília Snethlage, adotei a tese segundo a qual os relatórios de suas viagens ao rio Tocantins, aos rios Xingu e Tapajós e outros rios, se inserem no conceito de literatura como arte. “Arte” é uma palavra que circunscreve dois conceitos relacionados, porém distintos: um, mais restrito, se refere à arte como obra de arte, já avaliada por pares, circunscrita na história da arte e localizada em instituições artísticas; o outro, mais amplo, concebe a arte como o conjunto de atos criadores ou inovadores presentes em qualquer cultura humana. A arte literária é a que cria, pela palavra, uma ‘imitação’ da realidade na linguagem narrativa. Sendo assim, não é a forma, mas a natureza do conteúdo da obra que identifica a arte literária.

A presente interpretação apoiou-se no conceito de arte como ato criador para a análise dos relatos em questão: o diário da viagem ao rio Tocantins (1907) e o diário sobre a travessia entre o Xingu e o Tapajós (1909), considerando-os prosas literárias. No presente texto, detenho-me no diário de viagem ao Rio Tocantins⁵. A prosa é o estilo mais utilizado na linguagem do cotidiano, para expressar o pensamento racional e emocional como arte narrativa. Ao considerar a arte como experiência humana de conhecimento estético, sua representação transmite e expressa ideias e emoções na forma de um objeto artístico, seja este objeto desenho, texto, pintura, escultura, arquitetura, foto, poema etc., que possui, em si, o seu próprio valor.

⁵ O diário e os relatos sobre a viagem aos rios Xingu e Tapajós e à Ilha do Marajó serão utilizados em outra pesquisa.

Nesta perspectiva, a prosa é o texto no estilo natural, sem a sujeição às convenções que imperam no domínio da poesia (rima, ritmo, métrica, sílabas, musicalidade), e se inclui na arte literária, assim como os contos, crônicas, novelas, romances, cartas, ensaios, além dos textos acadêmicos, jornalísticos e publicitários, que também são escritos em prosa. Trata-se, assim, do estilo mais utilizado na linguagem do cotidiano, especialmente adequado para expressar o pensamento racional, dado os atributos analíticos e objetivos de sua forma discursiva.

Desse modo, reconhecem-se duas modalidades de prosa: a literária e a não literária. A principal característica da prosa literária está na dinâmica do texto e das imagens invocadas, seguindo um processo semelhante ao encontrado no romance ou no conto. Emília recorreu a figuras típicas da poesia, como a metáfora, a zeugma, a elipse, e a sonoridade das frases e, algumas vezes, utilizou-se da ironia, o que lhe permitiu, também, narrar o pitoresco e o dramático. O uso destes elementos é subordinado ao alongamento da narrativa, cuja tendência é o olhar lírico sobre a realidade e sua expressão na escrita. Esta prosa é gerada pelo impulso poético aos sentimentos de alegria, ternura, tristeza, saudade e outros, tendo como essência a liberdade formal atrelada à concisão da narrativa.

Nos textos selecionados para o presente artigo, Emília abordou: as embarcações pelas quais viajou (em vapor, barco, igarité); os rios, igarapés, cachoeiras e outras águas; as florestas e a flora; os solos; as cidades, as vilas e os lugares por onde esteve; as paisagens e os relevos, as pessoas com quem conviveu, ao longo das jornadas, em que destaca suas condições econômicas, influência política, ocupações, etnias, costumes; especialmente, destaca o seu auxiliar de jornadas, Oscar Rodrigues Martins (na viagem ao rio Tocantins). Além disso, os cotidianos foram também relatados de modo a permitir rever distintas situações vivenciadas, como encantamento, estranhamentos, perigos, medo, alegria, tristeza, fome, febres, andanças, passeios, cansaços etc.; o tempo e os tempos de sol, chuva, enchentes, vazantes, as noites, o amanhecer e o anoitecer, o banhar, o dormir, o alimentar, as descobertas e a confirmação de suas hipóteses científicas.

5 PROSEANDO E ESCRIVENDO

Nos textos do relatório sobre a viagem ao rio Tocantins realizada entre 21 de abril e 17 de maio de 1907, Emília inicia a sua narrativa com informações sobre a embarcação “o pequeno Araguaia”, barco a vapor pertencente à Companhia Tocantins-Araguaia, que fazia a

navegação no rio Tocantins entre Belém e Alcobaça (atual Tucuruí). Ela descreve a rota fluvial que o barco segue pelo rio Moju, e destaca as suas dimensões: “Chamou-me novamente atenção a enorme largura do Moju, que pertence, vejamos só, ao grupo dos rios pequenos, ou melhor ao grupo dos menores rios que existem aqui” (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 199). Na sequência, organiza a sua narrativa com descrições sobre o que observa nas margens. No momento em que se refere à paisagem das margens, em especial das ilhas pelas quais passou, descreve os agrupamentos dos miritizeiros (*Mauritia flexusa*) que dominam os ambientes e a sua uniformidade em altura, destacando a origem e densidade desta planta. Ao refletir sobre a sua colonização local, informa como ocorre a sua origem pelo movimento criador das águas.

[...] e fiquei então pensando como podia ter-se dado a colonização das plantas, no momento em que o próprio braço do rio me apresentou a solução na forma de enormes quantidades de frutas as mais diversas, mas, sobretudo, de amêndoas de palmeira que flutuavam na água. Da mesma forma como o Amazonas, juntou uma porção de aluvião. Ficou claro que ele próprio a semeou ao mesmo tempo. A distribuição regular da vegetação por extensas áreas é naturalmente estimulada pelas fortes vazantes e enchentes que ocorrem aqui (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 199).

No dia 22 de abril, a embarcação passou ao largo de Mocajuba, lugarejo aprazível à margem direita, que indicava a mudança da paisagem, pois sugeriam ribanceiras altas, “paredes de cascalho quase verticais e um banco de barro vermelho fortemente entrecortado”. Perspicazmente, também enunciava a força transformativa das águas na Amazônia, em especial nos períodos chuvosos:

Inclusive, não só aqui, mas também em todo o trecho subindo o Tocantins, podia-se estudar o outro lado do trabalho da água – a ruptura continuada da terra. Com a forte subida do nível da água destes dias, as margens estão ruindo em muitos pontos e a correnteza trouxe flutuando frutas e grande quantidade de madeira (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 199).

Ao se deparar, ainda no barco Araguaia, com o rio Tocantins, Emília expressou seu encantamento ao perceber a complexidade que se lhe apresentava: águas, ilhas e vegetação compondo uma paisagem ainda não conhecida por ela.

Foi muito lindo entrar do estreito canal para o majestoso Tocantins, largo e cheio de ilhas. As ilhas apresentavam, igualmente, todos os estágios possíveis de formação, desde a aluvião baixa que emergiu recentemente da água com arbustos esparsos e

anina (*Montrichadia linifera*) até ilhas de mato repletas de monumentais arvoredos antigos, que representam um estímulo tão representativo para o baixo Amazonas (SNETHLAGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 199).

Emília organizou sua narrativa ao longo da viagem com abordagens sobre temas relativos ao seu cotidiano, com especial atenção às cidades do Pará, aos lugares e às vilas de Arumateua, estação no Km 25, e Alcobaça (Tucuruí) no Km 0, e à Ferrovia Tocantins-Araguaia, que foi construída para contornar a área encachoeirada do rio Tocantins⁶. Ela destacou as paisagens, os relevos, a vegetação, as águas e os pássaros.

Emília deteve particular atenção às pessoas com quem conviveu ao longo de suas jornadas. Ao se referir a essas pessoas, destaca suas condições econômicas, influência política, ocupações, etnias e costumes, sem, no entanto, se esquecer de seu mencionado auxiliar de jornadas, Oscar Rodrigues Martins, ajudante e preparador de aves que a acompanhou na viagem ao rio Tocantins.

Em termos específicos acerca de sua pesquisa sobre as aves da região, registrou o seguinte:

Apesar das condições externas adversas, a caça está bem satisfatória. Uma verdadeira região de colibris! Ontem, o Oscar já me trouxe a rara *Acovettula recurvirostra*, com seu bico recurvado para cima, e a bela *Heliothrix auriculata* parece comer com muita frequência no “sertão” de arbusto baixo atrás da vila. Papagaios e araras passam voando por sobre a mata e o rio, numa quantidade que eu nunca tinha visto. A bela *hyacinthina* parece ser muito comum por aqui (SNETHLAGE, 1907, *apud* SANJAD, 2013, p. 202).

Ao narrar a viagem na embarcação, Emília identifica alguns viajantes que haviam embarcado em Belém e outros, quase todos estrangeiros, envolvidos na construção, na administração da ferrovia e na linha de navegação fluvial Belém-Alcobaça. Ela estabelece relações e interações observativas sobre tais viajantes.

A bordo estavam, além de mim, dois engenheiros franceses e um geômetra da Companhia Tocantins-Araguaia, com sede em Alcobaça (Tucuruí) e a qual pertencem também, os vapores. O Mr. Villain, diretor da Companhia, colocou-se muito gentilmente à disposição para me ajudar no que eu precisasse, o que será de grande valia, sobretudo numa excursão posterior.

⁶ A ferrovia Tocantins-Araguaia foi construída nas últimas décadas do século XIX e início do XX, sob os auspícios da comercialização do látex. Essa ferrovia, cuja extensão era de 117 Km, teve como finalidade ser alternativa de transporte de cargas, contornando as cachoeiras daquela parte do rio Tocantins; possuía as seguintes estações: Alcobaça (Km 0) e Jatobal (Km 117), intercaladas pelas estações Arumateua (Km 25), Breu Branco (Km 45), Independência (Km 53), Pucuri (Km 68), Quilometro 82 e Remanso (Km 97). As atividades desta ferrovia foram encerradas em 1972 e em 1974 teve seus trilhos arrancados.

O outro engenheiro francês vinha com a jovem esposa, loira, simpática, parecendo uma perfeita alemã e que pela primeira vez deixava a França.

Em Alcobaça subiu a bordo junto com a esposa o médico da companhia, o Dr. Poucy, franco-suíço para quem eu tinha uma carta de recomendação do Dr. Huber ⁷. Ali ficamos por muito tempo e, a convite do Dr. Poucy, juntei-me a eles para ir à terra (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 200).

Durante sua estada na região do rio Tocantins, Emília ficou hospedada na casa do senhor Mundico Rocha, por recomendação do senhor Gruner, cônsul da Alemanha no Estado do Pará, à época. A convivência com o senhor Mundico e família foi uma experiência complexa, mas satisfatória.

[...] entreguei a carta de recomendação do Sr. Gruner nas mãos do Sr. Mundico Rocha, o latifundiário e atacadista do baixo Tocantins. Um idoso simpático, gordo e de cabelos grisalhos e encaracolados! Como de costume, fui logo recebida com uma “minha casa está às suas ordens” e desembarquei minha bagagem. Contudo, após pensar um pouco, o bom Mundico sentiu muito calor; a mulher estranha o deixou meio amedrontado e ele então – de forma mais delicada possível – alertou-me sobre o clima perigoso e a maré alta, dizendo que por nada permitiria sairmos naquela hora para fazer coleta. Talvez o principal motivo tenha sido o fato, de que a colheita da seringa está a pleno vapor, o seu pessoal e ele próprio estão muito ocupados e ele temia que eu pudesse fazer muitas exigências (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 201).

Após uma semana em Arumateua, Emília relata algumas informações sobre a vila e o seu trabalho. Muitos foram os temas sobre os quais escreveu: o casario da vila, as paisagens, as águas, os lamaçais, as febres, o encontro com símios, o uso da inseparável espingarda, os banhos de igarapés, as revoadas das araras, as caminhadas ao luar e o lazer promovido pela família do senhor Mundico Rocha. Desta parte do relatório, selecionei alguns trechos que expressam emoções distintas:

A água é de uma cor quente, escura e verde-marrom: o céu de um azul profundo, parcialmente coberto de cirros curiosamente reluzentes e cúmulos maciços. Mas, com certeza, o brilho, a força das cores e plenitude de nuances, destacados com recursos tão simples, é o que empresta à paisagem tropical do Amazonas um mágico e incomparável fascínio (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 2001).

Continuo aqui em Arumateua, com o tempo tomado de trabalho, mas que também é muito prazeroso. A pequena vila se localiza numa margem bastante alta, uma única fileira de casas, todas pertencentes ao meu anfitrião Mundico. O prédio principal, simples e com um só andar, como as demais casas, é compridíssimo, e é preciso dar uma boa caminhada para ir do meu quarto, situado mais extremamente, até a sala de

⁷ Jackes Huber.

jantar (que também é cozinha, na outra extremidade) (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 2002).

Toda hora eu via nas copas de árvores acima de mim uma cabecinha espiando, que recuava espavorida toda vez que eu parava. No entanto, elas não precisavam temer minha espingarda. Acho que teria mais coragem de atirar numa pessoa do que num macaquinho (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 2002).

Uma nova diversão para mim – uma das maiores que conheço – é ficar observando as grandes araras, que ocorrem em grande número. Não existe nada mais lindo do que ficar olhando esses bichos maravilhosos com suas cores vermelha e azul reluzentes nas copas verdes, onde elas sobem e descem pelos galhos com movimentos vagarosos e, de vez em quando, soltam gritos ásperos (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 2003).

O Mundico nos mandou – isto é, a mim, à mulher dele, às crianças, uma porção de criados, redes e café da manhã – no barco para um baixo a montante, conhecido como praia, uma faixa larga de duna que se estendia defronte à mata virgem propriamente dita, somente com alguma vegetação esparsa de touceira de árvores ou arbustos em meio a pequenos charcos. Ali, sob a sombra de uma árvore, fiquei deitada na areia fria e alva quase o dia inteiro, contemplando da praia amarela a água e a mata, ao longe as rajadas prateadas da cachoeira, que lançava borrifos rumo ao céu, e olhando para o azul por entre os ramos verdejantes. Trouxe a espingarda, mas ela ficou quieta o tempo inteiro (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 2004).

A bordo do Araguaia, Emília viajou para Alcobaça no dia 9 de maio de 1907, onde realizou as últimas semanas de pesquisa de campo. Ficou hospedada em um “quarto-escritório”. Ela descreveu a localidade de Alcobaça e as construções em curso ali, na perspectiva de uma transformação da floresta em algo que refletisse a modernidade e o progresso daquela época. Nesta localidade reencontra os estrangeiros com os quais viajara no início de sua jornada ao Tocantins.

Alcobaça (Tucuruí) nada mais é do que uma grande clareira no meio da mata (isto é, lógico que em um lado se encontra o rio). Além da casa de madeira do Dr. Oucy, onde me hospedei e que parece um palácio perto das outras, situada em terreno mais elevado, bonita e toda avarandada, os arredores da localidade até agora contam com uma capelinha e só mais alguns barracos mais ou menos primitivos.

No entanto, o ritmo de construção é intenso: um hospital gigantesco (estrutura de ferro) está quase concluído e há poucos dias todos estavam ocupados em erguer grandes dormitórios, nos quais devem morar os trabalhadores que estão para chegar. Na realidade, eram 1.800 chineses inscritos, visto que eles, no último minuto, foram proibidos de viajar pelas autoridades chinesas, o Sr. Villain ocupou-se de procurar substitutos aqui no Pará (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 205-206).

Em relação às suas atividades de pesquisa, Emília afirma que não enfrentou dificuldades, ao contrário, pôde se movimentar livremente e teve apoio em todos os aspectos para realizar seus trabalhos, ainda que despendesse tempo para conviver com seus conhecidos estrangeiros. E, ainda, relatou seu encanto pelas castanheiras do Pará que podia observar.

No mais, a situação era muito confortável, pois, quando chegava à casa, quase sempre morta de fome, como num passe de mágica, encontrava minha mesa pronta. O Duquet é uma pessoa singular: de procedência franco-haitiana, muito inteligente e versátil, um grande teórico, idealista de marca maior, herança socialista. Em sua vida acadêmica na Europa, ele também atuou na geologia com Lapparent, em Paris, e contribuiu muito em relação às minhas pedras (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 206).

No lado voltado para o rio, o terreno fica ainda mais elevado e proporciona uma visão geral da riqueza de formas das copas, entre as quais as das castanheiras (*Bertholletia excelsa* Bonpl) são, sem sombra de dúvida, as mais interessantes. A finura e a altura enorme, a ramificação nodosa da linda copa, a folhagem larga entremeada de enormes frutos – uma das formas arbóreas mais lindas que conheço (SNETHLGE, 1907 *apud* SANJAD, 2013, p. 207).

Para finalizar a narrativa de Emília em sua jornada pelo rio Tocantins, cabe-me ressaltar que sua pesquisa em ornitologia rendeu ao acervo do MPEG 171 aves, entre as quais, seis novas espécies, conforme observação de Sanjad (2013).

Os textos do relatório de viagem ao rio Tocantins de Emília Snethlgle se inserem na discussão historiográfica, na medida em que apresentam, para historiadores, um relato da sociedade e ambientes que se configuravam sob a batuta da extração e comercialização do látex, no início do século XX, na Amazônia paraense. Destacadamente, os esforços realizados para a transformação modernizadora da Amazônia se instituíram como marcos das ações políticas do Estado, assim como a presença de especialistas estrangeiros na condução de empreendimentos de envergadura, como a construção de ferrovias na floresta, portos de embarque nos rios, a vinda de trabalhadores migrantes etc., que indicam os esforços para assegurar a interação e inserção da região ao mercado nacional e mundial.

E não se pode omitir que o lazer preferido de Emília, registrado por ela, de maneira sutil, entre outros temas, era o ‘jogo paciência’ com seu baralho alemão. A sua espingarda só era usada para abater os pássaros, que seriam empalhados para as coleções do MPEG, ainda que ‘permitisse dar asas’ à imaginação de quem a encontrava com a arma pendurada no ombro, ou descansando sobre suas pernas, ao sentar-se.

REFERÊNCIAS

AGASSIS Louis e AGASSIS Elizabeth. **Viagem ao Brasil**: 1865 – 1866. São Paulo: Editora USP, 1975.

BOLETIM DO MUSEU GOELDI (MUSEU PARAENSE) DE HISTÓRIA NATURAL E ETHNOGRAFIA, TOMO VI, 1909. Pará, Belém: Estabelecimento Gráfico C. Wiegandt, 1910.

CAMPOS DA COSTA, Jorge. The sciences of language: communication, cognition and computation. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (org.). **Innovation and interdisciplinarity in the university**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. Tempo social. **Sociologia**. USP, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, nov. 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes do Fazer. Petrópolis, 1994.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A editora-FAPERJ, 2002.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Org.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORREA, M. A Doutora Emília CORREA e o detalhe etnográfico. In: FAULHBER, Priscila; TOLEDO, Peter de (Orgs). **Conhecimento e Fronteira**: História da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 161-179.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CORRÊA, Mariza. A Doutora Emília e a Tradição Naturalista. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, v.1, n. 1 p. 37-46, 1995.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu 1896**. Tradução Eugênio Amado. São Paulo: Ed. Universidade, 1977.

COUDREAU, Marie-Octavie Otille. **Voyage au maicuru**: 5 juin 1902 - 12 janvier 1903. Paris, França Editora: A. Lahure, 1903.

COUDREAU, O. **Voyage au Cuminá**: 20 de avril 1900-7 septembre 1900. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1901.

COUDREAU, O. **Voyage a la Mapuerá**: 21 de avril 1901-24 décembre 1901. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903.

CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emilia Snethlage. In: Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Goeldi, I. Belém: **Museu Paraense Emílio Goeldi**, p. 83-102. 1989.

DIXIE, Florence. **Across Patagonia**: 1880. Gran Bretaña: Bentley, Edinburgh, 1880.

DIXIE, Florence. **Através de la Patagonia**. Tradução de María Teresa Velasco e Rosanna Martelli; apresentação e notas de Mateo Martinic. Punta Arenas: Ediciones de la Universidad de Magallanes, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **Biologia militante**: o Museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. **Activist biology**: the National Museum, Politics, and National Building in Brazil 1920-1930s. Arizona: University of Arizona; Latin American Landscapes, 2016.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GILBERT, Elizabeth. **A assinatura de todas as coisas**. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 20013.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868–1929): uma naturalista alemã na Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.243-255, jun. 2008.

JUNGHANS, Miriam. Avis rara: a trajetória da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

JUNGHANS, M. Emília Snethlage (1868-1929): o heroísmo como estratégia de legitimação da ciência. In: **CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO**, 8., 2010, Curitiba. Anais... Curitiba: UTFPR, 2010. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo/cd/E2_Em%C3%ADlia_Snethlage.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

JUNGHANS, Miriam. Abrindo as gavetas: Emília Snethlage (1868-1929) e as coleções ornitológicas do Museu Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1922. In: LOPES, MM., and HEIZER, A., orgs. *Colecionismos, práticas de campo e representações* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. **Ciência & Sociedade collection**. ISBN 978-85-7879-079-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 16 out. 2019.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e naturalistas. USP, **Labi-Nime 2002**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br> Acesso em 28 de setembro de 2007.

MARTINEZ, Monica. Narrativas de viagem: escritos autorais que transcendem o tempo e o espaço. **Intercom – RBCC-36**, São Paulo, v.35, n.1, p. 35-52, jan./jun. 2012.

MANUEL-NAVARRETE, David. **Approaches and implications of using complexity theory for dealing with social systems**. Apresentado am taller Conservation and sustainable

Development. Comparative perspective al the Centre Comparative Research. New Haven: Universidad de Yale, 2001.

MIRANDA RIBEIRO, Alípio de. Notas ornithologicas (VI-a). **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 3. 1928.

MULHALL, Marion McMurrough. **Beginnings or glimpses of vanished civilizations**. California: University of California: Longmans, Green and Company, 1911.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Snethlage - alma de mulher e de sabia. **Ensaio brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 88-90, 1940.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994; 1995; 1997. p. 85. v.1; 2; 3.

HELL, V. **A Ideia de Cultura**. Tradução Halumi Tateyama Takahashi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SANJAD, Nelson. **Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil**. Rio de Janeiro: EMC. 2009.

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v.5, n.2, p. 455- 477, jul.- dez. 2006.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. [Publicada como A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2010.] 2005.

SANJAD, N. Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém: v. 8, n. 1, p. 195-221, jan./abr. 2013.

SANJAD, Nelson; SNETHLAGE, Rotger Michael; JUNGHANS, Miriam; OREN, David Conway. Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 1, p. 195-221, jan.-abr. 2013.

TRISTAN Flora. **Peregrinações de uma Pária**. Florianópolis: Edunisc, 2000.

VANINA, A. A. A construção (criativa) do significado: processos inferenciais e blending. **Ciência e Cognição**, 2010; v. 15, n. 2, p. 77-93, 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 14 out. 2019.

EMPODERAMENTO FEMININO NAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES NO ESTADO DO PARÁ¹

Maria Luzia Miranda Álvares²

RESUMO: Ações conjugadas entre o movimento de mulheres e os órgãos de proteção internacional aos direitos humanos culminaram na IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz (BEIJING, 1995) e seguiram as discussões sobre as Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs/ONU). Este artigo trata da contribuição desse movimento para as discussões referentes à ampliação da representação política feminina. Por meio de levantamento de dados entre as lideranças de movimentos de mulheres no Pará, buscou-se identificar: mecanismos de apoio/motivação das associadas para a competição eleitoral; relação entre partidos e movimentos de mulheres no recrutamento de candidaturas; políticas de empoderamento na formação de lideranças femininas. Preliminarmente, verifica-se um déficit de candidaturas de associadas a cargos de decisão política. Argumenta-se que os movimentos de mulheres têm sido contemplados nas demandas e no controle das políticas públicas conquistadas, com agendas para o empoderamento feminino. Duas questões: a) quais ações estimulam o acesso das associadas ao cargo parlamentar e/ou majoritário sugerido na Carta de Beijing? b) em que proporção essas ações influenciaram esse acesso aos cargos formais? Tem-se como hipótese que a atuação dos movimentos de mulheres e feministas, entre as associadas, incentiva a formação de uma cultura de empoderamento que as estimula a concorrer a eleições. As fontes primárias e secundárias forneceram argumentos para o levantamento de dados. Resultado: as associadas dos movimentos de mulheres cumprem as metas do milênio (ODM-ONU) criando estratégias de empoderamento; a política formal não está nos seus planos por existirem outras prioridades; os partidos indicam os filiados com mais prestígio; os partidos não se importam e não investem na formação política das mulheres; fazem o “jogo” masculino da articulação eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de mulheres. Feminismo. Eleições. Representação. Empoderamento.

WOMEN'S EMPOWERMENT IN WOMEN'S ASSOCIATIONS IN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: Joint actions between the women's movement and international human rights protection agencies culminated in the Fourth Conference on Women, Development and Peace (Beijing, 1995) and followed discussions on the Millennium Development Goals (MDGs/UN). This article deals with the contribution of this movement to the discussions concerning the

¹ O presente texto baseia-se em partes do relatório final do projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” (CNPq-SPM -Processo 402518/2010-1), aprovado em maio 2013. Na oportunidade, agradeço os recursos recebidos dessa agência financiadora que me possibilitaram adentrar nesse novo percurso metodológico de análise. Agradeço aos bolsistas do projeto: Carla Moreira, Thais Pinheiro, Manuela Rodrigues, Nilson Souza Filho, Thiago Paiva, Adson Pinheiro, Taritha Figueiredo e Benedito dos Santos que percorreram rios e estradas nos municípios paraenses em busca de histórias singulares de mulheres nos movimentos políticos. O texto foi apresentado no 13MM-Mundos de Mulheres Fazendo Gênero - <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>

² Doutora em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Faculdade de Ciências Sociais (IFCH/FCS). Belém-Pará-Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes Sobre Mulheres e Relações de Gênero (GEPEM/UFPA).

expansion of women's political representation. A survey of data among the leaderships of women's movements in Pará sought to identify: mechanisms to support/motivate members in electoral competition; the relationship between parties and women's movements in recruiting candidacies; and empowerment policies in the formation of female leaderships. Preliminarily, there was a deficit of candidates for political decision-making positions. It has been argued that women's movements have been taken into account in the demands and control of public policies achieved, with agendas for women's empowerment. Two questions: a) what actions stimulate the access of women members to the parliamentary and/or majority positions suggested in the Beijing Charter? b) in what proportion have these actions influenced this access to formal positions? The hypothesis is that the actions of women's and feminist movements, among the members, encourage the formation of a culture of empowerment that encourages them to run for election. Primary and secondary sources provided arguments for the data collection. The result: women's movement members meet the millennium goals (MDG-UN) by creating empowerment strategies; formal politics is not in their plans because they have other priorities; the parties indicate the most prestigious members; they do not care and do not invest in women's political training; they play the male "game" of electoral articulation.

KEYWORDS: Women's movement. Feminism. Elections. Representation. Empowerment.

EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES EN LAS ASOCIACIONES DE MUJERES DEL ESTADO DE PARÁ

RESUMEN: Las acciones conjuntas entre el movimiento de la mujer y los organismos internacionales de protección de los derechos humanos culminaron en la Cuarta Conferencia sobre la Mujer, el Desarrollo y la Paz (Beijing, 1995) y siguieron a los debates sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM/ONU). Este artículo trata de la contribución de este movimiento a los debates sobre la expansión de la representación política de la mujer. Un estudio de datos entre los dirigentes de los movimientos de mujeres en Pará trató de identificar: los mecanismos para apoyar/motivar a los miembros en la competición electoral; la relación entre los partidos y los movimientos de mujeres en el reclutamiento de candidaturas; y las políticas de empoderamiento en la formación de los dirigentes femeninos. Preliminarmente, había un déficit de candidatos para puestos de decisión política. Se ha argumentado que los movimientos de mujeres han sido tenidos en cuenta en las demandas y el control de las políticas públicas logradas, con agendas para el empoderamiento de las mujeres. Dos preguntas: a) ¿qué acciones estimulan el acceso de las mujeres miembros a los cargos parlamentarios y/o mayoritarios sugeridos en la Carta de Beijing? b) ¿en qué proporción estas acciones han influido en este acceso a los cargos formales? La hipótesis es que las acciones de los movimientos femeninos y feministas, entre los miembros, fomentan la formación de una cultura de empoderamiento que les anima a presentarse a las elecciones. Las fuentes primarias y secundarias proporcionaron argumentos para la recopilación de datos. El resultado: los miembros del movimiento de mujeres cumplen los objetivos del milenio (ODM-ONU) creando estrategias de empoderamiento; la política formal no está en sus planes porque tienen otras prioridades; los partidos señalan a los miembros más prestigiosos; no les importa y no invierten en la formación política de las mujeres; juegan el "juego" masculino de la articulación electoral. **PALABRAS CLAVE:** Movimiento de mujeres. Feminismo. Elecciones. Representación. Empoderamiento.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos de mulheres e de feministas traduzem seu programa de reivindicações políticas pelos direitos das mulheres na ação coletiva. Compartem, com os demais movimentos sociais, a busca de provocar mudanças necessárias em parte ou no todo das instituições que abrigam padrões normativos de regras patriarcais. Procuram criar uma ordem social diferenciada, sem o preconceito e a desigualdade que atingem, secularmente, a vivência desse gênero.

Ao tratar de feministas e de movimentos de mulheres, deve-se considerar que as duas categorias se integram, articulam-se, interagem e procuram promover o objetivo central de suas lutas, que é o da valorização das mulheres enquanto ser humano (COSTA, 1998; 2005; ALVAREZ, 1990). Estas categorias evidenciam um dos pontos mais importantes dessa nova trajetória, comparativamente exemplares:

O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (COSTA, 1998).

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos de mulheres, programam as suas práticas de discussão da esfera pública e constroem o novo conceito da política. Considerando que os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social que constituem na atuação nos movimentos de mulheres e em suas bases locais de moradia podem ser fatores de incentivo para a carreira política que possam empreender, intentou-se identificar a contribuição dessas organizações em capacitações e ativismo de suas associadas para o empoderamento, com vistas ao interesse para a competição eleitoral.

Nesta acepção, espera-se demonstrar a polarização das agendas da articulação de mulheres para o tempo da conquista de espaços da decisão política e de melhorias da qualidade de vida com as ações de empoderamento, com as ideias de Beijing 1995 e de conferências caracterizadas como Beijing +.

O presente texto foi extraído de registros e dados do relatório da pesquisa do projeto em referência e visa evidenciar as ações de empoderamento da agenda de políticas públicas conquistadas pelas mulheres em movimento organizado no Pará que propiciaram ou não estímulo ao acesso em cargos parlamentares e majoritários. Margeiam-se alguns pontos: a) o recorte metodológico e a dimensão do estudo de caso; b) a prioridade à capacitação das associadas sobre assuntos mais urgentes experienciados na comunidade, sem grande ênfase a temas que favoreçam candidaturas aos cargos eletivos; c) a relativa aproximação com o partido político, apesar de filiadas; d) no período eleitoral, os líderes partidários indicam as associadas que têm maior reconhecimento público e político local; e) ainda que filiadas e militantes do partido, as mulheres são preteridas pelas lideranças, que indicam filiados homens a uma vaga parlamentar ou majoritária.

2 BASTIDORES, CENAS E CENÁRIOS PARAENSES: ATORES, HISTÓRIAS, CONTATOS

Fontes primárias e secundárias delinearam o cenário municipal para as visitas aos movimentos de mulheres no Estado do Pará. O recorte geográfico inicial foi de 100 cidades paraenses a serem visitadas, distribuídas em mesorregiões e microrregiões (IBGE)³. Dentre essas, 70 cidades foram visitadas, com escolha das depoentes, coordenadoras e associadas dos movimentos de mulheres dos municípios selecionados. Observou-se um número significativo de associações, algumas já desaparecidas e outras sendo criadas, no período das visitas às localidades (2010-2011).

No total, foram entrevistadas 114 associadas e 89 coordenadoras de organizações. O procedimento contemplou: convite/contato ⇒ plano de viagem/agenda conciliadora entre os movimentos de mulheres e a equipe ⇒ aplicação de questionários e gravação de imagens e entrevistas ⇒ tratamento dos cadernos de campo e das gravações e registros fotográficos, apoiados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A metodologia caracterizou-se como quali-quantitativa no tratamento dos dados.

Uma segunda etapa do *survey* (BABBIE, 2001) incluiu dois tipos de questionários, que foram aplicados às associadas e às coordenadoras dos movimentos de mulheres, sobre suas vivências e ações políticas. Um questionário com 65 questões foi direcionado às associadas e outro, com 70, às coordenadoras. Ambos continham perguntas de múltipla escolha, abertas e

³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>

fechadas, agrupadas em cinco seções, com algumas questões diferenciadas para as duas categorias⁴.

O interesse era avaliar o perfil de mulheres pertencentes aos movimentos e a sua circulação no ativismo político-cívico. Era necessário entender a sua trajetória pessoal e política, o grau de representatividade em sua cidade de origem e o capital social acumulado que poderia ser utilizado como incentivo pelas atividades desenvolvidas na sua formação política por meio do movimento.

A avaliação dos debates verificados nos movimentos de mulheres e feministas no Pará, principalmente os enfoques dos acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas, ocorreu, inicialmente, em um primeiro *survey*, aproveitando-se o período da II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, em 2007. O segundo, sucedido no período de 2009/2011, incluiu algumas mudanças já discutidas em duas outras Conferências e inovações realizadas em dois Planos Nacionais de Política para as Mulheres. Foi criada a Comissão Tripartite para a revisão da Lei Eleitoral n. 9.504/1997 e aprovada a Lei n. 12.034/2009 pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR), com evidência de novas formas de estimular o empoderamento, entre as quais, a reformulação dos termos da Lei de Cotas, de acesso das mulheres aos cargos de decisão política.

Os movimentos de mulheres paraenses estavam atentos às aludidas discussões. Contudo, com base em explicações dadas por essas mulheres, a questão da política formal com demanda por um cargo de representação política não estava entre os assuntos da agenda prioritária dos movimentos, que privilegiavam temas, sem dúvida, muito relevantes sobre geração de renda, saúde e violência doméstica, sem, no entanto, avaliar a promoção de debates sobre o fortalecimento e a autonomia das mulheres em instâncias de decisão e de poder. Não registravam indícios de que questões como sistema eleitoral, lista aberta, representação parlamentar e partidos políticos fossem inclusas nas várias agendas propostas como metas anuais de discussão interna.

No segundo *survey*, também temas como violência doméstica e sexual contra a mulher, programas de atenção à saúde da mulher, de geração de emprego e renda e capacitação, direito à moradia, à educação, à bolsa família e educação, e reconhecimento de si próprias como pessoas humanas com direitos individuais, apresentaram os percentuais mais altos, na versão das associadas, ao referirem assuntos tratados pela associação. Enquanto os que abordavam a

⁴ Questões tratadas: A – Identificação da associada/associação; B - Trajetória política; C - Empoderamento e capacitação nos movimentos de Mulheres; D – Participação político-partidária; E – Atividade de campanha (para a associada candidata em dada eleição).

política específica, como eleições, partidos políticos apresentaram a taxa mais baixa na extensa lista.

Dessa forma, perguntou-se: o capital social que as associadas construíam nesses movimentos enquadrava-as numa trajetória política que as definisse como lideranças em seus locais de origem? Seu tempo de trabalho em casa as excluía do tempo político fora de casa? Eram militantes de partidos ou consideravam também a inserção nessas organizações uma atitude não tão significativa? Como viam o trânsito entre as lideranças do movimento ao qual pertenciam e seu interesse em candidatar-se sendo filiadas a um partido político? Sentiam motivação para a competição eleitoral? Discutiam uma maior capacidade de aprovação de políticas públicas para as mulheres em todos os âmbitos mantendo reservas às que possibilitassem o incremento da “política de presença” (PHILLIPS, 2001)?

3 PERFIL DAS ENTREVISTADAS?⁵

Em sua maioria, as mulheres entrevistadas estava na faixa etária de 50 anos ou mais (32,46%); paraenses (78,07%), casadas (39,47%); mais de 3 filhos (32,46%); com o 2º grau completo de escolaridade (28,07%), embora 18,42% tenha informado o 3º grau completo; religião católica (71,05%); profissão e ocupação principal prevalecendo as trabalhadoras rurais (28,95% e 22,80% respectivamente), renda pessoal em menos de 2 salários mínimos (44,74%) e renda familiar de 2 a 4 salários mínimos (37,72%)⁶.

Quanto à representatividade social das associadas no lugar de moradia, percebeu-se que o reconhecimento de seu prestígio social, pela população do município, era alto (52,63%). Porém, 39 associadas sentiam-se medianamente reconhecidas (34,21%) e apenas 7 (6,14%) responderam ter um baixo grau de reconhecimento⁷.

Uma questão se evidencia: é plausível supor que o grau de prestígio social assim percebido venha de sua atividade, quer em seu ambiente de trabalho, quer em sua participação no movimento de mulheres. A trajetória política das associadas tornou-se importante variável por evidenciá-las no cenário de sua vida cotidiana. Elas tinham presença em outros movimentos sociais⁸, como o movimento de igreja (63,16 %), o sindical (43,86 %), o

⁵ Este artigo registra os resultados do processo de análise estatística em quadros e figuras componentes do relatório final apresentado e aprovado pelo CNPq.

⁶ As tabelas constam no relatório final CNPq, processo n. 402969/2008-1.

⁷ Dados extraídos dos questionários. N= 114 casos.

⁸ Há casos de algumas que criaram seu próprio movimento comunitário.

comunitário (39,47 %), outro movimento de mulheres (29,82%), e o estudantil (11,40 %). De modo geral, o percentual de participação das associadas é expressivo no movimento de igreja e de sindicato.

Participar de associações cívicas, políticas e voluntárias converge com argumentos de teóricos clássicos que correlacionam essa participação com o fortalecimento da democracia, pois repercute na formação do capital social do/a cidadão/ã. Robert Putnam (2000) focalizou seus estudos sobre as associações que promovem a participação política e a eficácia da governança, ao favorecerem a formação de redes sociais. Redes geram confiança interpessoal que alimenta a capacidade do trabalho compartilhado e cria vínculos sociais com vistas ao bem-estar social, formando o que o autor chama de capital social, um capital relacional, portanto, que as associações têm o potencial de fomentar.

4 EMPODERAMENTO & TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS ASSOCIADAS

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre inclusão/exclusão de sujeitos sociais aspirantes de uma identidade construída por meio da participação no poder público. Nessa linha de pensamento, prestou-se atenção aos *déficits* das mulheres no âmbito do poder, quer no plano formal das normas institucionais, quer no da cultura. Houve generalização desse conceito em âmbito internacional, nacional e local nas últimas décadas, embora sua aplicação inicial fosse direcionada à redução da pobreza nos países do sul asiático, seguindo-se a situação das mulheres (cf. J. ROWLANDS, 1997 apud LÉON, 2001).

Na América Latina, o primeiro registro de uma oficina que utilizou, explicitamente, o conceito em questão e a metodologia correspondente data de 1995 e foi observado no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais (México). A sua propagação levou à diluição de seu significado, ao criar ambivalências e contradições, visto que pressupunha conquista do poder, mas de uma maneira vaga. Dessa forma,

empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado (LEÓN, 2001, p. 96).

Um dos pontos analisados foi o processo de empoderamento relacionado às conquistas de direitos fundamentais pelas mulheres, inclusive o autorreconhecimento do poder adquirido na forma de capital social, ao encaminhar questões relativas à trajetória pessoal das associadas e as estratégias dos movimentos na utilização de técnicas de capacitação política. Em treze questões, foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores de uma educação informal, em programação de estudos que pudessem estar disponíveis às associadas. Conforme os resultados apontaram, são as lideranças da associação de mulheres que organizam (92,98%) e ministram (72,8%) cursos (72,81%), palestras (71,93%), seminários (52,63%), encontros (50,88%), reuniões (85,96%) e plenárias (14,91%) sobre os temas mais variados. Há outras instâncias capacitadoras: o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) (21,9 %); o núcleo mulheres e a direção dos Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais (STRs) (20,2%); os partidos políticos (18,4%); o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (23,7%), a direção das mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (14,0%), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) (16,7%), a União Brasileira de Mulheres (UBM) (7,0%).

Já que o processo de empoderamento converge para a demanda por informação qualificada que assegure às mulheres o maior conhecimento sobre sua autonomia, ou seja, sobre sua capacidade de decidir questões que lhes dizem respeito, foram elencados 20 temas para múltipla escolha das associadas, os quais, possivelmente, estariam na agenda de suas discussões. Os assuntos mais assinalados, com percentual acima de 70%, referiam programas de geração de emprego e renda e capacitação (76,32%); violência doméstica e sexual (71,93%); política de apoio a pequenos produtores (70,18%); políticas de atenção integral à saúde da mulher (70,18%).

Na faixa percentual de 60%, encontram-se temas como o direito à moradia, à educação, à bolsa família (68,42%); à participação política; e à eleição a cargos políticos (66,67%); estratégias para acesso à educação, geração de renda e cultura (64,91%); combate à discriminação no trabalho (63,16%); desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres (63,16%); peso do trabalho doméstico (reprodutivo); e peso do trabalho fora de casa (produtivo) (60,53%).

Alguns temas receberam apoio em 50% das assertivas, por exemplo, o reconhecimento do prestígio social das mulheres com direitos individuais (59,65%) e a sua história de luta nos locais onde residem (57,02%). Tiveram percentual equivalente de respostas os seguintes: acesso à terra; políticas públicas; e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na

casa e na política (53,51%). Outro tema também ficou nessa faixa: eleições, campanha, filiação e militância partidária (50,0%).

Quanto aos temas mais específicos da política formal, nove outros tópicos foram agrupados em questão sobre motivos de capacitação ou palestra entre as associadas. Assim distribuíram-se as respostas: participação política (51,06%); política partidária (42,5%); democracia e cidadania (51,06%); partidos políticos (36,17%); eleições (51,06%); campanha eleitoral (46,81%); reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) – SPM/PR (36,17%); reforma do sistema eleitoral (23,40%); empoderamento de mulheres para os cargos de decisão política (44,68%). O indicativo para ministrantes desses assuntos citou os dirigentes e militantes partidários, mas estes foram os que receberam os mais baixos percentuais (de 19 a 8 %), evidenciando-se, mais uma vez, que as lideranças dos movimentos de mulheres são as responsáveis por tratarem desses temas com suas associadas (46,81%).

O referido *script* procurou identificar se havia *déficit* de informações sobre a ampliação da representação feminina nos cargos de decisão política. Essa temática fora discutida na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Mulheres 2000: Igualdade de gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI (Beijing +). A esse respeito, indagava-se também se elas haviam incluído o assunto em seus debates. Como referido, encontraram-se aí os mais baixos percentuais. O dado, contudo, não deve ser tomado como assunto dispensável na agenda das discussões das associadas, ou prova de seu pouco interesse por tema político, como o imaginário social registra. O que se verifica é que há temas considerados como mais urgentes, para os quais as associadas necessitam de empoderamento para decisões imediatas da sobrevivência familiar.

Outro resultado desse *survey* é a evidência de uma trajetória política relacionada às mulheres associadas, ao compartilharem ações coletivas de demandas públicas com os grupos de mulheres aos quais estão integradas.

O enfoque em questão é crucial para esclarecer melhor a definição da política e o processo de empoderamento inscrito nas demandas do II PNPM em seu “Capítulo 5 – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: Objetivos, metas e prioridades”, nos quais também se inscreve um “Plano de ação”. O capítulo detalha as condições que conduzem à sub-representação feminina nas diversas instâncias de decisão política, inclusive a cultura sexista historicamente constituída. São fatores que incidem na ausência desse gênero dos cargos parlamentares e executivos e na sua pouca participação em competições eleitorais, embora propondo candidaturas, a maioria sem êxito.

5 RECRUTAMENTO, PARTIDOS E COMPETIÇÃO ELEITORAL

A competição eleitoral na democracia representativa relaciona-se a uma função partidária primordial: o recrutamento de candidaturas. Trata-se do processo de constituição da lista de candidatos/as entre os membros filiados, tanto aqueles que oferecem o seu nome quanto os demandados pelas lideranças para a competição.

Historicamente, na democracia representativa moderna, a ausência das mulheres dos direitos de cidadania política, expressa no direito do voto, suscitou reações, a começar pelo sufrágio. Este movimento feminista considerava que, pelo voto, as mulheres teriam o apoio institucional necessário aos direitos naturais de liberdade e igualdade inscritos nos princípios democráticos. A conquista desse direito de cidadania ampliou, gradativamente, as demandas políticas das mulheres por equidade de gênero e por *empowerment*. Contudo, a dimensão cultural segue expressa nos baixos índices de mulheres filiadas a partidos ou na representação parlamentar. Seguiram-se duas situações históricas vividas por este gênero: a baixa motivação para a carreira política e a submissão a um comando familiar para inscrever-se no partido. No primeiro caso, há toda uma relação de exclusão que incidiu na sua participação política, referente à entrada tardia na cidadania civil e política às opções pessoais voltadas a outros interesses, classificando-se a atividade político-eleitoral como próprias aos entes masculinos. No segundo caso, vale ressaltar a cooptação familiar dos chefes políticos que conduziram, para dentro do partido, homens e mulheres, com o fim de garantir a legalidade da criação do partido, na condição de filiadas/os “laranja”. Esta prática não racionaliza a importância das mulheres em competir, pois servem apenas como peso numérico para o partido.

O Relatório da Comissão Tripartite (2009, p. 14) sintetiza esses processos:

O problema da sub-representação não é uma questão das mulheres, nem se explica por incapacidade ou despreparo das mulheres decorrente do déficit histórico de participação que lhes foi imposto e que as transformou e mantém como minoria política. Os dados e análises da realidade demonstram que a questão é muito mais profunda. Estruturas sociais precisam ser mudadas, em especial a divisão sexual do trabalho, condições de vida das mulheres, aspectos culturais, assim como a cultura política e o próprio sistema político, cujas deficiências já estão apontadas na Plataforma Política Feminista elaborada em 2002, quando da realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras.

O *survey* testou as evidências do processo da baixa motivação das mulheres na competição eleitoral ao examinar o comportamento de um grupo engajado em associação, em torno do fenômeno eleitoral e sua forma de participação político-partidária. Assim, verificou-

se que 58,77% das associadas são filiadas a um partido⁹, por exemplo: Partido dos Trabalhadores (PT) (56,72%); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (10,45%); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (5,97%); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) (4,48%); Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) (2,99%). Os demais partidos citados são: Democratas (DEM), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Progressista (PP), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e Partido Verde (PV) (1,49%). Entre as 114 associadas, 41,23% não se filiaram a nenhum partido. Mas, evidenciou-se que mais da metade das mulheres projeta seu ativismo inscrevendo-se, formalmente, na organização partidária, havendo, também, uma opção suprapartidária entre elas.

A trajetória das associadas filiadas a partidos apontou que 28,95% já havia se candidatado ao cargo de vereadora (90,91%); vice-prefeita (9,09%); prefeita e vice-prefeita e deputada estadual (3,03%). Além disso, observou-se que elas chegaram à lista partidária por indicação (90,91%) e apenas 9,09% ofereceram seu nome. Oferta e demanda de nomes são elementos importantes para entender como se produzem candidaturas.

O recrutamento partidário é uma função pouco estudada e muito menos valorizada pelos estudiosos dos partidos políticos, os quais costumam afirmar que esse mecanismo não ocorre no Brasil. Dessa forma, pergunta-se: quem teria sido responsável pela indicação/recrutamento/demanda das associadas? Embora haja uma tendência à indicação de candidaturas para preencher a cota de gênero (21,21%), a tendência partidária a qual pertenciam também foi um ator importante (21,21%), assim como o movimento de mulheres (15,15%) e as indicações pela direção do partido (42,42%).

Quanto ao capital social que motivou a sua indicação, as associadas consideram que foram indicadas devido à sua trajetória política (33,33%), pessoal (24,24%)¹⁰ e, também, ao seu percurso profissional (21,21%). A base familiar teve certo ímpeto (9,09%), enquanto as duas outras - tendência partidária e cota partidária - não foram, assim, tão expressivas para o recrutamento partidário.

⁹ De 114 casos.

¹⁰ Nos estudos de Álvares (2004), corresponde à tríade dos antecedentes sociais (política, profissional, familiar).

6 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO

Entre a atuação nos movimentos como forma de ação coletiva, a implementação de políticas públicas e o ativismo político-partidário, que é uma ação específica da democracia representativa, há um diferencial importante. Uma das preocupações, nesse sentido, observadas com base no *survey*, foi não apenas ter presente a versão das associadas, mas também procurar verificar o quanto as coordenadoras dos movimentos têm desenvolvido, por meio do crescimento da representação feminina nos cargos de poder e decisão política, o acesso a direitos.

No tocante ao relacionamento com o partido político, as associadas informaram que são convocadas para fazer a campanha dos candidatos (39,33%), seguindo-se a necessidade de comporem a cota de gênero (32,58%) e a cota partidária junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) (17,98%). As informações revelaram que os movimentos fazem serviço partidário e que o partido não oferece formação política, apesar de o número de filiadas ser representativo. Nesse caso o *survey* apontou 58,77% de filiadas aptas a concorrer a um cargo eletivo. Dentre essas, as associadas que competiram ao cargo de vereadoras em algum pleito eleitoral foram eleitas (81,48%). Os demais cargos mostraram-se pouco significativos, como a secretaria do partido e demais funções de mesma natureza.

7 MULHERES EM MOVIMENTO(S): AÇÃO, ATUAÇÃO E INVENÇÃO DE (NOVAS/VELHAS) FORMAS DE EMPODERAMENTO PARA ALCANÇAR ESPAÇOS DECISÓRIOS DE PODER POLÍTICO

A presente pesquisa buscou captar as maneiras criadas pelas mulheres dos movimentos para se empoderarem e capacitarem as suas parceiras para o enfrentamento ao *status quo* que definia a política como “prática masculina”. Todavia, na convivência com a realidade dessas associadas, as questões norteadoras do *survey* não se confirmaram. Observaram-se tipos de estratégias supostamente de negação da política, mas plenamente inseridas na arena que as acolhia em seus cenários de convivência, explorando a arte de fazer política ao seu modo. Esse outro lugar, o dos “bastidores” da cena social, para elas, era a própria arena onde enfrentavam o sexismo, as discriminações, as normas de “bem viver” e, acima de tudo, suas necessidades básicas - e da própria comunidade. Com a tomada de consciência da natureza dessas necessidades/desigualdades presentes no interior da sociedade/comunidade, na relação de exploradas/discriminadas, essas mulheres avaliaram seu potencial e inventaram/inventam

modos de atuar para modificar essa relação. Assim, criam parcerias, animam outras mulheres para “entrarem no ritmo” e, muitas vezes, ao desconhecerem os resultados, avançam para o enfrentamento.

As respostas ao questionário não revelam a aproximação das associadas com o partido político, embora quase 60% delas sejam filiadas e chamadas para integrarem as cotas de gênero e partidária em períodos de eleições, assim como para fazerem o serviço de campanha. Esse dado é indicativo de que a organização partidária não é vista como elemento de primeira necessidade em suas maneiras de empoderamento para a política formal.

Outro agravante para pensar o distanciamento entre movimentos de mulheres e feministas e partido político é que as temáticas específicas para capacitação ao empoderamento de indicativo político são pouco representativas para elas. Nas suas falas, há uma quase ausência de referências aos partidos. Entretanto, a vivência no campo, em dois anos de pesquisa realizada pela autora do presente artigo, revelou estratégias de empoderamento que emergem para a superação das desigualdades enfrentadas. Esses achados permeiam tanto as respostas recolhidas nos questionários, quanto as intervenções que mulheres membros de associações fizeram durante um simpósio do qual participaram na Universidade Federal do Pará, em 5 e 6 de maio de 2011¹¹.

Deduz-se, dessa forma, que as referidas associações de mulheres estão criando capital social essencial para o bem comum por meio da confiança (a que Putnam refere) que demonstram no processo de reconhecimento de suas ações. Alinhado à tradição republicana, ao dialogar com Platão e Maquiavel, Putnam atribui ao civismo comunitário tanto um aspecto mobilizador quanto de criador de um conjunto de referências comuns sobre a realidade. Isso está proposto nas estratégias das mulheres dos movimentos que se envolvem em busca de suas demandas principais, organizando-se entre as parceiras de mesmo destino em suas comunidades, sem atribuir tanta importância à arquitetura organizacional do poder político formal. Mesmo assim, os partidos exploram sua capacidade de participar do processo de decisão política que, para R. Dahl (2005), é criada por mecanismos de “treinamento social”. Então, no caso em estudo, verifica-se que as associadas reconhecem que não estão mais interessadas em ser o “rabo”, mas sim, a “cabeça”¹² nas situações e funções políticas que lhes cabem por conquistas. Entretanto, se ainda não despertaram, pelos motivos já expostos, para o fato de que o específico da participação política formal tende a necessitar de um “treinamento”, nas regras

¹¹ “SIMPÓSIO: Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará: Cenários, práticas de empoderamento e espaços de decisão política”, nos dias 5 e 6/05/2011.

¹² Expressão usada por uma coordenadora do Movimento de Mulheres de Tucuruí/PA.

competitivas, supondo o modo como desempenhar essa representação, pelo menos avaliaram que entrar “no jogo” para chegar às câmaras e prefeituras inclui novas estratégias.

As novas estratégias podem ser traçadas com base nos contextos sociais nos quais as mulheres se inserem. As relações sociais tendem a constituir, em maior ou menor grau, formas de capital, isto é, recursos a serem utilizados conforme as necessidades dos agentes nos jogos sociais. Segundo Bourdieu (1980), são três as formas de capital decisivas: econômica, cultural e social. No caso das associações de mulheres em questão, atenta-se, em especial, para o capital social, isto é, para as redes de relações sociais de que participam.

Para Bourdieu (1985), o nível de capital social acumulado por uma pessoa vai depender da dimensão da rede de relacionamentos que efetivamente pode mobilizar e, por essa via, acessar os recursos que aí circulam, incluindo os capitais das pessoas que integram essa rede. Esses recursos são econômicos, culturais e políticos, e têm o potencial de contribuir para a autonomia e a independência das mulheres e para a viabilidade de suas associações. Portanto, fazem parte da espiral que elas constroem para avançar na participação política informal e catalisar recursos para um projeto mais estrito, na política formal.

Entretanto, o empoderamento se inscreve como evidências de reconhecimento ou prestígio social para que as mulheres associadas sejam vistas como potenciais candidatas nas eleições. Isso não ocorre porque, no âmbito dos partidos políticos, prevalece a situação na qual elas se veem sem confiança para a atuação na política formal, visto que as lideranças só as procuram para projetos pontuais de serviço partidário em época eleitoral.

Dessa forma, as práticas que as associadas aplicam na formação do empoderamento caminham pela captura de oportunidades econômicas para terem seus próprios meios materiais, a por exemplo, a comercialização de produtos próprios, a sua presença em outros movimentos sociais, afora o de sua própria categoria e, notadamente, a sua presença nas associações de mulheres. Assim, cresce a sua autoestima e a visibilidade social que lhes confere reconhecimento nas comunidades onde vivem despojadas das limitações impostas pelas pressões familiares, os seus antecedentes sociais. Nasce, deste modo, a valorização para que sejam vistas como candidaturas potenciais nas eleições e/ou em cargos de diretoria nos partidos políticos, para além das funções de secretaria ou de serviços com menor visibilidade e poder de decisão.

Dessa forma, nas considerações finais do presente estudo e pesquisa, a síntese apoiadora é a seguinte:

- ✓ As associadas dos movimentos de mulheres estão cumprindo as metas do milênio (ODM-ONU) ao criarem suas estratégias de empoderamento;
- ✓ Elas privilegiam as necessidades básicas demandadas por mulheres de outras comunidades e de sua própria comunidade;
- ✓ A política formal não está nos seus planos porque as evidências de situações hostis de enfrentamento, como a pobreza e a violência doméstica, se constituem numa linha de fogo para atingir a superação;
- ✓ As associadas não são estimuladas à competição eleitoral e se sentem discriminadas pelas lideranças dos partidos na escolha de filiados homens, pois são vistos com maior prestígio;
- ✓ Os partidos políticos não se importam com formação política para essas mulheres engajadas em movimentos, e estão muito mais interessados em fazer o “jogo” de articulação política com a “cara masculina” em tempo de eleição.

Possivelmente, há outras evidências para uma síntese desse porte, contudo foram estes pontos que a equipe considerou neste primeiro momento de leitura de seus achados na pesquisa.

Para finalizar, segue a seguinte proposta:

- a) revisão das formas de empoderamento com a inclusão de mais uma ênfase, com discussões sobre as temáticas específicas registradas que se encontram empobrecidas de debates;
- b) sensibilização dos partidos políticos à presença das mulheres filiadas e a criação de uma agenda de formação para as mulheres, independentemente do tempo eleitoral;
- c) fortalecimento de candidaturas femininas, sem que isso represente obrigação das cotas ou serviço partidário, para uma integração com as suas demandas nessa área, sem esquecer as reivindicações básicas pelas quais elas tanto lutam.
- d) responsabilização para avaliar a relação partido & mulheres & poder, hoje, e enfrentar os resultados sem medo de perdas eleitorais. Mulheres são a maioria do eleitorado no Brasil!
- e) um lema para tratar esse assunto de empoderamento: **A “mudança de regras” do processo decisório seria fortalecer a cultura política feminista nas relações de gênero.**

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”**. Belém: GEPEM/UFPA; CNPq-SPM 2008-2011. Processo 402518/2010-1.

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil**. Orientador: Dr. Jairo Marconi Nicolau. 2004. 357 fls. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ÁLVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brasil: Women's Movements in Transition Politics* Princeton: Princeton University Press, 1990. 304 pp.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

COMISSÃO TRIPARTITE para a revisão da Lei 9.504/1997. **Relatório Final**. Brasília, DF, 2009 Disponível em:

http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-legislacao/legislacao/relatorio_final_da_comissao_tripartite_para_a_revisao_da_lei_9504_97.pdf . Acesso em: 26 jun. 2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES, IV, 1995, Beijing, CN. **Declaração e Plataforma de Ação**. Beijing, 1995.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys, estudos feministas**, Madrid, p.111-222, jan./jul., 2005. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys7/liberdade/anaalice.htm#_edn1. Acesso em: 26 jun. 2017.

COSTA, Ana Alice A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DECLARAÇÃO do Milênio. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>

LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de gênero*. **La Ventana**, v. 02, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/LV/article/view/553/576>. Acesso em: 26 jun. 2017.

NORRIS, Pippa. *Women, in electoral engineering: voting rules and political behavior*: Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone* apud NORRIS, Pippa. In: **Making Democracies Work: Social Capital and Civic Engagement in 47 Societies** – 2003, 35 p. <https://www.pippanorris.com/articles> (Tradução do artigo: Alvares, M.L.M.)

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília 6 e 7 de junho de 2002. Brasília/DF, 2002. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=687:plataforma-politica-feminista-e-aprovada-em-brasilia&catid=97:numero-113-junho-de-2002&Itemid=129

DADOS ELEITORAIS. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/> Acesso em 2008 a 2011.

INDÍGENAS “MULHERES DA MONTANHA” DIZEM DE CORPOREIDADE, DOR E SOFRIMENTO NAS AMAZÔNIA(S)¹

Jane Felipe Beltrão²
Camille Gouveia Castelo Branco Barata³

RESUMO: O trabalho problematiza as experiências em torno da violência enfrentada por indígenas mulheres em contexto amazônico, procurando compreender, a partir das narrativas das próprias protagonistas, como estas significam o próprio sofrimento e quais são os termos pelos quais referem violações de direitos. Argumenta-se, no texto, que a experiência de indígenas mulheres nas Amazônia(s) é a de uma guerra silenciosa, na qual os corpos são violados de forma contínua, embora a resistência, a memória e a luta por justiça das interlocutoras não esmoreça.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas mulheres. Corporeidade. Sofrimento. Amazônia(s).

INDIGENOUS “MOUNTAIN WOMEN” TALK ABOUT CORPOREALITY, PAIN AND SUFFERING IN THE AMAZON(S)

ABSTRACT: The work problematizes the experiences around the violence faced by indigenous women in the Amazonian context, trying to understand, from the narratives of the protagonists themselves, how they mean their own suffering and what are the terms by which they refer violations of rights. It is argued in the text that the experience of indigenous women in the Amazon(s) is that of a silent war in which bodies are continually violated, although the resistance, memory and struggle for justice of the interlocutors do not diminish.

KEYWORDS: Indigenous women. Corporeality. Suffering; Amazon(s).

LAS INDÍGENAS “MUJERES DE LA MONTAÑA” DICEN DE CORPOREIDAD, DOLOR Y SUFRIMIENTO EN LA(S) AMAZONÍA(S)

RESUMEN: El trabajo problematiza las experiencias en torno a la violencia que enfrentan las mujeres indígenas en el contexto amazónico, tratando de comprender, a partir de las propias narrativas de las protagonistas, cómo significan su propio sufrimiento y cuáles son los términos con los que se refieren a las violaciones de los derechos. Se argumenta, en el texto, que la experiencia de las mujeres indígenas en la Amazonía es la de una guerra silenciosa, en la cual los cuerpos son continuamente violados, aunque la resistencia, la memoria y la lucha por la justicia de las interlocutoras no disminuyen.

PALABRAS CLAVE: Mujeres indígenas. Corporeidad. Sufrimiento. Amazonía(s).

¹ Usa-se Amazônia(s) para fugir da homogeneidade imposta à região pelos que insistem em desconhecer suas especificidades e ignorar os processos coloniais a que insistentemente tentam nos submeter, além de ser espaço social compartilhado por diversos estados latino-americanos.

² Antropóloga, historiadora, professora titular, docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente colaboradora do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 1C. E-mail: janebeltrao@gmail.com .

³ Cientista Social, realizando doutorado em Antropologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: camillecastelobranco@gmail.com.

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO

Ao iniciar minha carreira acadêmica, ainda, nos anos 80 de século XX, estudei o que se chamava “Questão da Mulher”, em minha dissertação de mestrado, denominada *Mulheres da Castanha: um estudo sobre trabalho e corpo* foi premiada no 1º. Concurso de dotações para Pesquisas sobre a Mulher Brasileira, organizado pela Fundação Carlos Chagas, com apoio financeiro da Fundação Ford.⁴ Após o título conquistado entrei na Universidade Federal do Pará (UFPA) pela mãos de Jean Hébert para coordenar um projeto sobre Educação e Mobilização no Campo, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Com o desenrolar do trabalho fui professora visitante na Instituição e, em agosto de 1982, após concurso público de títulos e provas, ingressei na carreira do magistério, como professora, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e hoje sou Professora titular. (Jane Beltrão, set. 2019)

Os anos se passaram e as/os orientandas/os⁵ foram chegando. Como a paixão inicial pela Antropologia foi provocada pelos povos indígenas, o tempo se encarregou de restaurar o tema primeiro e com a vivência entre minhas/meus interlocutoras/es fui me “apropriando” da dor e do sofrimento imposto às indígenas mulheres dentro e fora de suas aldeias. As marcas indeléveis das dores produzidas pela violência étnica e de gênero provocam o que as interlocutoras consideram o “espalhamento” do sofrimento, o qual respinga não apenas nelas e nas suas parentes, mas alcança outras pessoas – parentes ou não – como se tenta mostrar nesse trabalho.⁶ Para pensar sobre o assunto e, de alguma maneira, apontar as linhagens que se cria ao exercer a docência que contempla a orientação de discentes, convidei Camille Barata para escrever comigo o texto que ora se apresenta, de forma que ele dissesse respeito à interlocução

⁴ Para se apropriar dos incentivos que recebemos e dos resultados alcançados ao pesquisar a Mulher Brasileira, consultar os volumes que publicaram os trabalhos vencedores: Bruschini, Maria Cristina A. & Fúlvio Rosenberg (orgs.). 1980. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. Rio de Janeiro: Brasiliense e Bruschini, Maria Cristina A. & Fúlvio Rosenberg (Orgs.). 1982. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

⁵ Cumpre-nos fazer uma pequena digressão relativa à linguagem inclusiva de gênero adotada no texto, uma vez que uso canônico da língua portuguesa produz a concordância pelo gênero masculino. Optou-se pela inversão de valores no campo da ciência, haja vista a necessidade da inclusão explícita de mulheres na ciência. Assim sendo, como gênero feminino é predominante, ele vem antes do masculino, quem sabe – pensamos nós – dessa maneira gradualmente se introduza modificações no fazer acadêmico e na divulgação de novos saberes científicos ao grande público.

⁶ Muitos foram os trabalhos fruto da escuta antropológica sobre dor e sofrimento, elaborado por mim e em coautoria de minhas orientandas e colegas que se tornaram parceiras/os acadêmicas/os, para melhor conhecer a produção sugere-se consultar: Beltrão, Jane Felipe. 2016. “Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados?” In *Revista de Antropologia*. v. 54, p. 204-213; Beltrão, Jane Felipe. 2016a. Indígenas e Quilombolas: crianças em circulação ou em situação de violência? In *Revista Mundaú*. v. 1, p. 91-102; Beltrão, Jane Felipe. 2017. “Crianças, Povos Indígenas e Direitos: controvérsias identitárias e sensibilidades jurídicas a partir de Belo Monte” In *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*. v. 43, p. 253-271; Beltrão, Jane Felipe. 2017a. “Cunhatãs de uso comum, segredos guardados em Igaçabas ou direitos de indígenas meninas violadas” In Elísio Augusto Velloso; Luciana Costa da Fonseca; Patrícia Blagitz Chichovski. (Orgs.). *Direitos Humanos na Amazônia*. Salvador/Bahia: JusPODIVM/ CESUPA, p. 89-106; Beltrão, Jane Felipe; Barata, Camille C. B. ; Aleixo, Maria T. . 2017. “Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas” In *Revista Direito e Práxis*. v. 8, p. 592-615; Beltrão, Jane Felipe (org.). 2017. *Judite a menina da zona rural, guerreira Tenetehara*. Rio de Janeiro/Brasília: Mórula Editorial/ABA; e ainda Beltrão, Jane Felipe; Fernandes, Rosani de F. ; Barata, Camille C. B. ; Lopes, Rhuan C. dos S. (orgs.). 2017. *Maria Francisca a Tembê Tenetehara lider do Jeju*. Rio de Janeiro/Brasília: Mórula Editorial/ABA.

intelectual que se estabeleceu entre nós há pouco mais de sete anos e que de alguma forma diz das relações acadêmicas estabelecidas no IFCH.

2 DOS (DES)CAMINHOS DA OPRESSÃO

O trabalho que ora se apresenta versa sobre a dor e o sofrimento vividos no corpo quando das situações de violência. Mais especificamente nos corpos de indígenas mulheres.⁷ Trabalho que diz sobre as formas pelas quais certas experiências, vividas como eventos devastadores, foram geridas, ressignificadas e mobilizadas em torno da criação de narrativas, politizações, processos educativos e de reconstrução da vida cotidiana. Trata-se de pesquisa, realizada durante muitos anos pelas autoras, Jane Beltrão com mais de 40 anos de caminhada e Camille Barata, com pouco mais de sete anos de trabalho. Reúnem-se aqui as experiências e a quatro mãos discute-se tema que evoca histórias, de como corpos e vidas marcadas por dor e sofrimento reconstruíram-se para estruturar a luta.⁸

A discussão requer cuidados, razão pela qual a nomenclatura que optamos por adotar, para referir as interlocutoras com as quais dialogamos, nasce da preocupação de não as identificar, evitando retaliações e perseguições políticas dada a militância nos movimentos indígenas. O diálogo com as interlocutoras revela situações vividas que produzem além de dores e sofrimentos, vergonha e angústia. São narrativas atravessadas de grande emotividade e proferidas em relação de confiança com as autoras. Portanto, para fazer jus a confiança depositada nas autoras do texto, e sobretudo na perspectiva de resguardar as identidades das protagonistas, a alternativa que encontramos para proteger as interlocutoras foi: (1) não revelar seus nomes, os quais foram trocados por nomes de pássaros nativos da Região Amazônica considerando a revelação do canto narrado, mesmo tratando de casos difíceis; e (2) suprimir o nome do povo indígena do qual elas são membros, de modo que não pudessem ser reconhecidas, daí colocá-las na montanha, a salvo dos algozes.

A opção pela denominação “mulheres da Montanha” nasceu do próprio diálogo com as interlocutoras. A protagonista a quem chamamos da *Harpia*⁹ nesta discussão costumava

⁷ Utiliza-se primeiro a razão étnica depois gênero, que pode soar como inversão. Entretanto o significado é ressaltar o fato de que, embora as mulheres com as quais dialogamos possam partilhar experiências comuns às nossas em função do marcador de gênero, a experiência da etnicidade específica de suas trajetórias, narrativas e violações enfrentadas é indicativo maior. Nesse sentido, contrariando a crença de que a mulheridade é universal, destacamos a etnicidade, para demonstrar seu caráter plural.

⁸ Sobre os múltiplos sentidos da categoria “luta”, consultar: Comerford, John. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

⁹ Os nomes das interlocutoras vem em itálico, como forma de chamar atenção para os nomes de pássaros.

afirmar, em nossas conversas, que as mulheres que mais tinham condições de contar as próprias histórias eram as que decidiram não se casar, ou as que já haviam “atravessado as suas montanhas”, termo usado para referir as mulheres que ou se separaram de maridos violentos, ou ficaram viúvas destes. Atravessar a Montanha significa se ver livre do jugo da violência e do silenciamento que a elas se impunha.

A metáfora, além de poética, parece refletir com precisão o “arco de vida” das interlocutoras que, embora passem por dificuldades e violações, transformaram o inominável em ação política. Embora se tenha observado transformações que não necessariamente incluíam a separação e a viuvez, assim como as violações nem sempre eram sempre praticadas pelos maridos, decidimos incorporar o termo para referir os obstáculos que as protagonistas precisavam transpor ao longo de suas trajetórias, como mulheres, cuja corporeidade foi/é atravessada por uma etnização racializada trazida à cena como justificativa para violações.

As situações ouvidas em campo parecem se aproximar das acepções que Beltrão (2012) mobiliza na formulação de projeto sobre indígenas e quilombolas em situação de violência: a de que, no contexto amazônico, as situações contra indígenas mulheres e quilombolas podem ser comparadas às situações de guerra, em que os corpos são violados de forma contínua. O genocídio de indígenas mulheres se dá por meio de violências domésticas, abortos não seguros, deslocamentos compulsórios e tráfico de pessoas, situações que produzem danos físicos e morais incalculáveis.

O relativo afastamento dos centros urbanos facilita o silenciamento e a ocultação da violência sofrida e, ainda, reduz consideravelmente as possibilidades de denúncia, acolhimento, atendimento e reparação. (BELTRÃO, 2012) Somando-se essas questões à desconsideração, por parte do Estado, dos povos indígenas como sujeitos de direito e detentores de noções de *justiça, pessoa e território* que são específicas, pode-se afirmar que, no contexto amazônico, os corpos de indígenas mulheres são silenciosa e impunemente violentados.

Considerando que as “mulheres da Montanha” viveram e vivem uma guerra silenciosa a qual atinge seus corpos e altera suas vidas em definitivo e que as lembranças dessas vidas são narradas numa seara de disputas, abre-se a possibilidade de compreender suas narrativas como parte de uma memória social, que diz de processos estruturais e não meramente individuais. Nesse sentido, a história oral narrada pelas “mulheres da Montanha” refere-se a uma memória que permaneceu, durante muito tempo oculta nas Amazônia(s). Nos termos de Michael Pollak:

[a]o privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante

das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (1989, p. 4)

Ao refletir sobre as memórias de indígenas mulheres, toma-se nas mãos uma história constantemente silenciada e apagada por fatores como o colonialismo, o genocídio e a opressão de gênero. Aproximamo-nos das acepções de Jaques Le Goff (2013), para quem a memória coletiva é ferramenta de poder e pode ser instrumentalizada para a libertação ou servidão dos seres humanos. A noção de documento, entendido como produto da sociedade que o fabricou, deve ser questionada e desmontada pela/o pesquisadora/r, que têm na crítica a possibilidade de leitura e posicionamento diante dos fatos históricos privilegiados pela historiografia oficial. Documento, em uma concepção ampla, não contempla somente os registros escritos, mas a memória de mulheres e homens, porque a história “não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens”, mas na memória histórica de pessoas diversas e no caso sublinham-se as indígenas mulheres. (LE GOFF, 2013)

As memórias das “mulheres da Montanha” podem, assim, ser entendidas como documentos que contêm as múltiplas versões sobre a guerra que se trava historicamente contra os povos indígenas, versões regidas por um sentir específico, uma poética¹⁰ própria e pouco conhecida, se considerarmos que a história oficial sobre a guerra privilegia grandes atos oficiais, centrados, sobretudo, em uma suposta bravura física de homens brancos. No tocante a versão sobre a guerra silenciosa, pautada em um projeto de nação que extermina e massacra os povos indígenas, concordamos com Svetlana Aleksiévitch (2016), que fez um trabalho jornalístico de coleta de relatos sobre a Segunda Guerra Mundial a partir do ponto de vista das mulheres russas que serviram ao exército. Diz a autora:

[a] guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12)

Aleksiévitch (2016) acabou se tornando, em pouco tempo, um referencial para a construção do trabalho, embora seja referencial pouco ortodoxo. Ela recebeu o Prêmio Nobel

¹⁰ Utiliza-se analiticamente a ideia de poética para referir a forma narrativa dos relatos como possibilidades expressivas e padronizadas de comunicar a emoção, como feito por Abu-Lughod, Lila & Lutz, Catherine. 1990. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University of Press.

de Literatura do ano de 2015 e, na época em que foi laureada, a premiação foi duramente questionada por parte do público, afinal uma jornalista que fazia livros com relatos alheios não poderia ter seu trabalho chamado de literatura.

O diálogo com Aleksievitch (2016) mostrou-se valioso, pois seu livro construiu um mosaico que se aproxima do relato etnográfico sobre dor, sensibilidade, memória e a história como é contada pelas mulheres. Ao mesmo tempo, ela tratou das contradições de lidar com esse tipo de narrativa, das tensões envolvidas, da questão da desonra, das dimensões familiares ao percurso intelectual que nós mesmas fizemos. De fato, se considerarmos como afirmou Clifford Geertz que o discurso antropológico continua “empacado como uma mula” (2009, p. 34) entre a abordagem científica e literária, talvez a correlação soe menos surpreendente.

3 SOFRIMENTO, VIOLÊNCIA E (IM)POSSIBILIDADES NARRATIVAS

Ouvir as narrativas das “mulheres da Montanha” sobre as violações vividas e escrevê-las em linguagem antropológica nos aproximou da gestão daquilo que Arthur Kleiman, Veena Das e primeiro Margaret Lock (2005) nomeiam como “sofrimento social”. De acordo com as/os autoras/es, o sofrimento social pode ser compreendido como resultados de forças devastadoras sobre a experiência humana, capazes de alterar essa experiência.

De fato, a comunicação da dor pelas interlocutoras foi sempre regida por uma poética específica e por uma corporeidade também específica. Para narrarem a violência vivida, as “mulheres da Montanha” requerem, ainda que isso não seja dito explicitamente, uma escuta silenciosa, e o estabelecimento de relações de confiança prévia faz-se necessária. O modo de falar, a entonação das vozes, a expressão dos rostos, os gestos, os atos se modificam ao longo da narrativa. Em alguns casos o pranto se faz presente e traduz as emoções evocadas.

Nosso argumento é o de que a experiência da dor e o aprendizado/conhecimento que dela decorre produzem novos sentidos acerca do corpo, alteram sua materialidade, os cuidados que o envolvem e a relação desse corpo com outros corpos. Cremos que existe uma íntima relação entre sofrimento vivido e técnica corporal e considera-se esta uma dimensão importante na medida em que retira o sofrimento do âmbito meramente discursivo e abstrato e o reposiciona na materialidade do corpo. Como se a interlocutora revivesse a violência. Além disso, deslocar a gestão do sofrimento de um âmbito exclusivamente discursivo e assentá-la na corporeidade é uma forma de retirar os corpos das mulheres de um lugar de passividade, de tábula rasa onde a violência se inscreve sem resistência.

Compreender que a experiência do sofrimento passa pela mediação e apropriação das técnicas corporais é uma forma de reconhecer a agência das mulheres exercida em seus próprios corpos. É um modo de aproximar linguagem e corpo, subvertendo assim a dicotomia reconhecidamente colonizadora entre corpo/mente, natureza/cultura. Talvez, a indissociabilidade esteja presa à etnicidade, pois a eloquência verbal e corporal é demasiadamente diferente das práticas não indígenas.

Na narrativa das mulheres, a violência aparece como linguagem polissêmica,¹¹ acionada para referir tanto eventos cotidianos quanto aqueles vazados em extrema violência, conduzindo os corpos ao limite da destruição. O não reconhecimento de pertença étnica do povo da montanha, o não acesso a uma educação diferenciada, o não acesso ao território demarcado, os apagamentos em torno da história do coletivo, as violações aos corpos das mulheres são parte desse amplo espectro de situações entendidas como violência pelas interlocutoras. Embora, evidentemente, não se tratem de acontecimentos com o mesmo “peso”, os eventos enumerados parecem ter em comum a presença da dor e do sofrimento que dilaceram pessoas indígenas.

O excesso da violência que choca e que precisa ser comunicado é apreendido descritivamente via mecanismos estilísticos como a reiteração e a saturação. Tais observações partem da análise de Mariana Baltar sobre os aspectos estilísticos e culturais do excesso. Para a autora, a linguagem do excesso é um convite realizado por meio da narrativa para que o espectador se coloque em “estado de suspensão”, ou seja, encontre-se sentimental e sensorialmente vinculado a ela. (2012, p. 129)

Foi o que se experimentou em uma noite de julho de 2014, na cozinha de Harpia, onde tomávamos café e conversávamos antes de dormir. Naquele dia, Camille Barata, sozinha com Harpia, pela primeira vez ouviu uma história que até o momento havia apenas sido sugerida subliminarmente em outros diálogos. Trata-se de acontecimento trágico ocorrido no passado com sua filha Jaçanã e que mudara a vida dela de modo definitivo.

Falando baixo, enquanto era ouvida em silêncio, Harpia narrou a história de sua filha, que ainda muito jovem, cursando o ensino fundamental, foi sequestrada por um homem, “um anjo mau”, que circulava na região denominada Ouro,¹² ameaçando a segurança das meninas

¹¹ A compreensão da polissemia da categoria violência só foi possível por meio de diálogo e indicações de Paula Mendes Lacerda, a quem se agradece.

¹² Denominação fictícia de uma das partes do território das indígenas “mulheres da Montanha”. Optou-se por dar aos locais de moradia nomes de metais, tendo em vista o mito corrente entre o povo da Montanha de que haveria uma grande quantidade de ouro soterrado no território indígena e que só seriam capazes de tirá-lo da terra aqueles que possuíssem merecimento para tal. O merecedor deveria ter o espírito puro, de modo que pudesse ser escolhido pela pessoa morta que deixou o ouro enterrado para trazê-lo à tona, durante a noite, em segredo. Caso o acordo entre vivos e mortos fosse descumprido, o ouro desenterrado viraria carvão, folhas secas, ou ossos de animais.

que ali viviam e estudavam. O sujeito colocou a filha de *Harpia* no carro à força e a levou para uma propriedade escondida, onde a manteve por oito dias consecutivos aprisionada. Tempo em que abusou sexualmente de *Jaçanã* que buscava se defender do agressor e a cada tentativa de reação apanhava muito.

O desaparecimento de *Jaçanã* mobilizou familiares e amigos próximos de *Harpia* e, quando a continuidade da procura era desencorajada, a interlocutora respondia que sentia dentro de si que iria encontrar a filha. Passada uma semana, chegou a notícia do paradeiro da menina. O pai de *Jaçanã*, enfurecido pela situação em que fora encontrada, queimou os pertences da filha, acreditando que ela havia fugido em lugar de ter sido sequestrada. *Harpia*, com pesar, dirigiu-se ao local esperando que em breve fosse realizar um casamento. Somente ao encontrar e conversar com a filha descobriu o que de fato havia acontecido. Ela levou a filha para casa e desdobrou-se para que o pai acreditasse que *Jaçanã* havia sido sequestrada e violentada e que não possuía nenhum tipo de relação com aquele homem. Segundo a interlocutora, ele tinha muito dinheiro, o que à época assegurou-lhe a impunidade.

Jaçanã, por outro lado, precisou continuar frequentando a escola, pois para o povo da Montanha a educação escolar é um meio de assegurar o estabelecimento de melhores condições de vida, bem como de assegurar o fortalecimento na luta por direitos e reconhecimento do povo. Foi caminhando até a escola que *Jaçanã* foi novamente sequestrada pelo criminoso, que permaneceu solto da primeira vez, e levada para uma propriedade ainda mais escondida, onde novas violências foram enfrentadas pela menina.

O desespero ao perceber que a filha não havia voltado para casa depois da aula motivou *Harpia* a empreender novas buscas, bem como a iniciar orações para que Deus a ajudasse a encontrar a filha. Nesse período, ela teve uma visão que mostrou como era a casa onde estava *Jaçanã*. *Harpia* fez a descrição para as pessoas envolvidas na busca e chegou a percorrer a cidade no carro do irmão, procurando um lugar semelhante, sem sucesso.

Passados alguns dias, ainda mantida sob cárcere, *Jaçanã* enxergou uma pessoa passando pela casa onde estava e, aproveitando a momentânea ausência do sujeito que a sequestrou, a menina chamou um rapaz que caminhava ali perto, pediu que ele telefonasse para a casa de sua mãe e explicasse onde ela estava e o que havia acontecido. Anotou o número de sua casa na palma da mão para mostrar ao rapaz que poderia ajudá-la e esperou que a encontrassem. Porém, ela esqueceu-se de apagar o número escrito, e quando o homem retornou à casa, viu sua mão e

Além de atrair pessoas de vários lugares do país em busca do ouro enterrado, cremos que o mito diz da profunda relação do povo da Montanha com o território, uma vez que tal relação mobiliza dimensões naturais e sobrenaturais. Os vivos intervêm na realidade dos mortos e vice-versa.

compreendeu que ela havia se comunicado em busca de ajuda. Ele espancou-a brutalmente e abandonou-a quase morta na propriedade.

As buscas continuaram e o tio de *Jaçanã*, percorrendo a cidade atrás da sobrinha, passou em frente a uma casa exatamente como a que fora descrita por *Harpia* em sua visão. Resolveu entrar e encontrou a sobrinha inconsciente e muito machucada. Levou-a para casa e decidiu não contar o que havia acontecido para a mãe, a princípio. Ele telefonou para a irmã, disse que estava com *Jaçanã*, mas a impediu de ver a filha, dado o estado em que se encontrava. Posteriormente, *Harpia* encontrou *Jaçanã* acordada, com o corpo escurecido dos pés à cabeça por hematomas.

O evento narrado por *Harpia* assume contornos ainda mais dolorosos em função de que ela própria, quando jovem, ter escapado de uma tentativa de estupro quando precisou afastar-se da família para dar continuidade aos estudos, indo morar com a madrinha, pois, nas proximidades de onde vivia, não era ofertado o ensino médio. Quando se encontrava sozinha em casa, ela foi encurralada pelo marido da madrinha, que tentou estuprá-la. *Harpia* conta que “se fez de vítima” e disse que iria fechar as cortinas para que os dois tivessem mais privacidade. Foi quando teve a chance de escapar fugindo pela janela.

Harpia afirma que “triste é aquele que tem seus filhos trabalhando em casa de família, por isso que eu criei os meus todos junto comigo”. Ela acrescenta que as pessoas que mandam filhas/filhos para trabalhar em casas de família não fazem ideia do que é “se ver laçada e escapar de dentro da boca da cobra”, referindo-se à tentativa de estupro que sofrera.

A prática de enviar meninas negras e indígenas para casas de famílias abastadas com a promessa de trabalhar em troca de oportunidades de estudo é comum na Região Amazônica. Também são frequentes as situações de abuso ocorridas nesses contextos e muitas vezes as jovens são estupradas pelos patrões ou por seus filhos, sob pretexto de iniciá-los sexualmente, ainda jovens. (BELTRÃO, 2016 e 2017) *Sabiá*, *Saíra* e *Jandaia* também passaram a infância e a juventude trabalhando em casa de família.

Assistir a um momento tão difícil de sua própria vida ser repetido, e pior, efetivado, de forma truculenta com a própria filha diz de processos cruéis de produção de corpos e vidas dispensáveis (Vianna & Farias, 2011), a partir da presença de certos marcadores sociais da diferença que, entrecruzados, engendram desigualdades e assimetrias de poder.

Harpia afirma ainda que o estupro, do modo como ocorreu com sua filha, marcou a história de muitas famílias indígenas na região do *Ouro*. Segundo ela, homens não-indígenas faziam tocais para indígenas meninas quando estas voltavam da escola ou do trabalho e as

violentavam sexualmente. Foi o que ocorreu com *Sabiá*, *Saíra* e *Jandaia*, que embora não tenham sido sequestradas e mantidas em cárcere, sofreram repetidas violações sexuais na juventude, quando retornavam às suas casas durante a noite, em trajetos mal iluminados.

Vários homens não-indígenas da região descobriram os horários de retorno das indígenas meninas e os caminhos que elas percorriam até suas casas e passaram a se esconder ao longo do trajeto, surpreendendo-as e violando seus corpos em meio à escuridão. A certeza quanto à condição social vulnerável das meninas, bem como quanto à deslegitimação que suas possíveis denúncias sofreriam pareciam assegurar aos criminosos a impunidade.

Entretanto, as histórias que escutamos não envolviam somente o estupro praticado por homens desconhecidos. Três foram os relatos que envolviam violações sexuais praticadas pelos próprios maridos das interlocutoras. O primeiro deles envolveu *Andorinha*, cujo marido era, em suas palavras, “um verdadeiro animal”, “se servia” dela “feito um animal”. Ele a espancava com frequência, deixando seu rosto e seu corpo deformados pelo inchaço dos hematomas e a “maltratava” mesmo quando ela estava grávida. *Andorinha*, antes do marido abandoná-la, passava o dia inteiro escondida na roça, “passando fome”, para se manter longe dele. Quando não, ela fugia para a casa das amigas durante a madrugada, gravemente ferida e em prantos. Durante uma das madrugadas ela chegou a bater na casa de uma de suas amigas “com o rosto desse tamanho de tanta pancada e sangrando pelo bumbum”.

Sabiá afirma que seu pai era “uma pessoa cruel”, um “covardão”, que fazia o que fazia por “crueldade”. *Saíra* acrescenta que o pai era “um marido muito difícil” e cresceu vendo sua mãe “ser agredida física e psicologicamente”, que ele havia aprendido “com o pai dele, que bebia e ia atrás da vovó e dos filhos com um terçado, no meio do mato”. Segundo *Saíra*, perante a criação que recebeu, seu pai não poderia agir de outra forma, pois “a gente não pode dar o que não tem” e ele não poderia se comportar de forma diferente do que lhe foi ensinado. De acordo com a interlocutora, o comportamento violento dos homens em geral tem raízes muito antigas, “desde o tempo da colônia, quando o lugar das mulheres era na cozinha”. Para ela, os homens agrediam as mulheres por “maldade” e as duas irmãs afirmam que, na verdade, foi um “alívio” para todos quando o pai abandonou a família.

Situação semelhante foi relatada por *Cigana*. Quando lhe fomos apresentadas, ela contou que o marido não falava com ela havia muito tempo e o motivo era o fato de ele “gostar de outra mulher” e ter afirmado “não sentir mais nada por mim”. *Cigana* disse, indignada, que “ao invés de ele sentir vergonha, fica com raiva de mim” e acrescentou:

eu já *sofri* muito por esse homem, hoje eu não sofro mais. Ele adora se fazer de vítima, mas ele sempre foi *ruim*, bebia e ficava *violento*, me *xingava*, *judiava* de mim, dizia que ia me matar, que tudo na casa era dele, que eu não tinha direito à nada. Eu cuidava dele igual um bebê, [se tem uma] mulher que sabe cuidar de bêbado sou eu. (Grifos nossos)

Segundo *Cigana*, durante os episódios de bebedeira, o marido “chegava em casa dizendo na minha cara que tinha voltado pro cabaré”. A interlocutora relata que nessas situações “ele não me pegava como se fosse uma mulher e sim como se fosse uma puta, sem carinho nenhum, só sendo bruto”. Nessas ocasiões, ela “corria para o meio do mato” para “os filhos não verem” a mãe ser violentada sexualmente. *Cigana*, fazendo coro com o que disse *Sáira*, também afirmou que “os filhos também são malvados, puxaram para o pai”.

Segundo *Cigana*, as pessoas que a conheciam chamavam-na “de burra, de besta”, por ela continuar casada com o marido. Mas, segundo ela, “meu pai dizia que a formiga sabe a folha que ela corta. As pessoas que falavam isso não tinham o risco de enfrentarem e o marido matar, como o meu”. Ela acrescenta ainda: “ele ameaçava matar todos nós, até os filhos”.

O terceiro relato veio de *Guará*, que conta ter sofrido nas mãos do primeiro marido, que “bebia e era ruim”. No tocante à violência sexual cometida pelo marido, ela afirma que ele era “que nem um animal, *me usava* do jeito que ele queria, na hora que ele queria.” (Grifos nossos) *Guará* disse que durante o primeiro casamento, “eu nunca tive direito a um resguardo, uma menstruação, quando ele vinha atrás de mim na roça, era pra isso, ele me usava e usava as quengas, eu nunca peguei uma doença porque Deus é comigo”. Ela decidiu se separar do marido e voltou para a casa dos pais, com apoio do pai, que dizia que “só ela sabe o que ela passou”.

No entanto, na casa de seu pai vivia também um de seus irmãos, que ficava bêbado constantemente e a chamava de “oferecida”, dizia que ela se insinuava para todos os homens que via. *Guará* percebeu que ficar solteira era se ver exposta às agressões verbais do irmão e aos estereótipos que ele lhe impunha e decidiu casar-se novamente. De acordo com ela, o segundo casamento foi feliz, o atual marido não era ruim e, com ele, ela ia para festas, dançava, tomava cerveja e se divertia.

A repetição da violação na história pessoal de inúmeras “mulheres da Montanha” parece revelar outro aspecto, além da referida dispensabilidade de certos corpos: o estupro que marca a história desses mesmos corpos. Essa é uma dimensão refletida por Andrea Smith (2014), membro do povo *Cherokee*, que compreende a violência sexual como ferramenta de genocídio, afirma que a presença de marcadores étnicos e raciais, interseccionados com os de gênero, modifica a forma de compreensão da violência sexual. Smith (2014) argumenta que o estupro

é uma ferramenta da dominação racial e colonial que submete toda comunidade de cor. Em contextos de dominação étnica, o controle simbólico e literal do corpo dos povos indígenas torna-se um instrumento de guerra importante.

A cooptação dos homens étnica e racialmente diferenciados pelo sistema colonial de gênero, referido por Maria Lugones (2008) pode ser compreendida como explicação possível para os estupros cometidos por homens indígenas, mas de qualquer forma o exercício da violência sexual imprime terror sexual.

A outra dimensão que parece mobilizar a narrativa em torno do excesso é a violência obstétrica. Os maus tratos durante a gravidez, o aborto em função dos fatos, ou a morte das crianças durante o parto compõem um repertório sempre presente nas narrativas das “mulheres da Montanha”.

O primeiro relato de violência obstétrica veio de *Rendeira*, uma das filhas de *Harpia*, que aos dezesseis anos engravidou de um rapaz com quem se envolvera à época. Quando o pai de *Rendeira* descobriu a gravidez da filha, parou de falar com ela e proibiu os familiares de mencionarem o nome dela em casa. Na sequência, ele rompeu o silêncio e passou a tratá-la com palavras ofensivas, além de ameaçar queimar todos os seus pertences. Segundo *Rendeira*, nessa época ele passou a ameaçá-la, tentou cortar sua barriga e, quando ela estava distraída, jogava nela animais mortos, como cobras e ratos, no intuito de assustá-la e fazê-la perder a criança. *Rendeira* conta que as agressões só pararam quando a criança nasceu. Foi quando seu pai arrefeceu o comportamento agressivo e passou a pedir perdão quando ficava bêbado.

Harpia também vivenciou um episódio dramático de violência obstétrica. Em uma de suas gravidezes, ela foi atendida por uma parteira nova, que havia chegado recentemente à região. Durante o parto da criança, *Harpia* teve complicações e começou a ficar gelada e a perder um pouco de sangue. Era um momento de risco relativamente comum em uma época em que as mulheres tinham suas crianças em casa. No entanto, segundo *Harpia*, no momento em que “sentiu o frio da morte”, a parteira quebrou o pescoço do bebê com as mãos, assassinando-o. Segundo *Harpia*, essa mulher cometeu o mesmo crime com várias indígenas de quem fez o parto, à época.

Japiim, por sua vez, sofreu um aborto no início da gestação, quando sequer sabia estar grávida. Ela voltava do roçado no mesmo cavalo que o marido e, em certo momento, eles iniciaram uma discussão. Num acesso de fúria, ele jogou *Japiim* de cima do animal e com a queda, ela recebeu uma forte pancada nas costas e foi deixada no chão pelo marido, que foi embora para casa a cavalo. Quando conseguiu se levantar, em meio a dores intensas, a

interlocutora percebeu que sangrava em profusão “no meio das pernas” e compreendeu ter sofrido um aborto. Machucada e perdendo muito sangue, ela precisou percorrer a pé os vários quilômetros de volta para casa.

Juruti teve uma gravidez de alto risco por conta dos maus tratos que sofria do marido. Quando ela e o marido discutiam, ele, enfurecido, costumava bater a cabeça de *Juruti* reiteradas vezes contra a parede, não raro a deixando inconsciente. Ao final da gravidez, *Juruti* teve eclampsia, uma afecção grave caracterizada por convulsões associadas à hipertensão arterial. Ela entrou precocemente em trabalho de parto e por conta dessas complicações, ela e a criança quase morreram. *Juruti* chegou a ficar sem pulso após o nascimento da criança, mas foi reanimada pelos médicos.

A penúltima narrativa reveladora da violência pautada no excesso envolveu a irmã de *Harpia*, chamada *Sete-cores* e a mãe das duas. *Sete-cores* casou-se com um homem não-indígena que frequentemente a agredia, motivado por preconceitos a respeito de sua pertença. Segundo *Sete-cores*, “as pessoas acham que as mulheres indígenas não se respeitam, que ficam com dois homens ao mesmo tempo. Descubrem que somos indígenas e não nos querem mais”. Após alguns anos casados, em uma união permeada por agressões diversas, o marido de *Sete-cores* decidiu abandoná-la. Na época, ele pediu uma grande quantidade de dinheiro emprestado ao pai de *Sete-cores*, sob pretexto de comprar animais para a propriedade onde vivia com a esposa. Ele pegou o dinheiro, todos os bens de valor de *Sete-cores* e fugiu com outra mulher.

Segundo a interlocutora, o ex-marido era frequentador de tendas de “magia negra”¹³ no Maranhão, em lugares em que simplesmente dizer o nome da pessoa era suficiente para garantir sua morte. *Sete-cores* afirma que ele constantemente, depois de tê-la abandonado, deixava “despachos” e “serviços” na porta de sua casa, com o intuito de matá-la. *Sete-cores*, no entanto, assevera que era protegida pelas orações de sua mãe, que sempre foi contra o casamento.

Um dia, o ex-marido regressou do Maranhão e encomendou um “trabalho” contra a mãe de *Sete-cores*, que após o acontecido adoeceu gravemente e foi hospitalizada. Sem que os médicos pudessem descobrir a causa do adoecimento da mãe de *Sete-cores*, ela chamou pela filha, explicou-lhe o motivo pelo qual estava para morrer e se despediu. Depois dessa conversa, a mãe de *Sete-cores* faleceu, segundo conta *Harpia*. O ex-marido ficou na cidade até o momento de ouvir a notícia da morte da mãe de *Sete-cores* e depois foi embora com a amante. A interlocutora nunca mais soube notícias dos dois.

¹³ Para uma discussão mais nuançada e aprofundada sobre a noção de “magia negra” a partir de uma perspectiva antropológica, consultar: Lacerda, Paula Mendes. 2017. “Lei, violência e acusações de “magia negra” em crimes contra crianças” *In Mana*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 371-400.

Por fim, o último relato que operacionaliza a saturação do sofrimento das “mulheres da Montanha” é o de *Uirapuru*. A menina era criada pelos avós, pois foi rejeitada pela mãe, que tentou afogá-la no rio após uma depressão pós-parto não tratada. Os avós acolheram a menina como filha, até que um dia os laços familiares entre os três sofreram uma ruptura radical: a avó de *Uirapuru* se embrenhou no matagal, despejou gasolina sobre todo o corpo e tocou fogo em si mesma, morrendo imediatamente.

O sofrimento do avô da menina foi incontornável e ele “enlouqueceu de tristeza”. Após perder todos os entes queridos, a mente de *Uirapuru* entrou em colapso e uma depressão severa se abateu sobre a interlocutora. Ela passou a agir, conforme os relatos dos familiares, de forma “auto-destrutiva”, a “se matar aos poucos”, na medida em que passou a fazer sexo não-seguro com homens desconhecidos. Foi quando recebeu o diagnóstico de HIV. Hoje, *Uirapuru* segue o tratamento contra o vírus e conseguiu se livrar de todos os sintomas. No entanto, segundo os familiares, ela jamais foi a mesma depois de vivenciar tantas tragédias.

4 PENSANDO SOBRE CATEGORIAS NATIVAS

No que tange às categorias nativas que entrelaçam violência e excesso, a primeira delas que apresenta maior tensão ao ser analisada é a categoria *maldade*.¹⁴ Ao longo da pesquisa evitou-se conjecturar sobre a categoria, por receio de que escrever sobre o assunto pudesse oferecer munição aos antagonistas do povo da Montanha.

As interlocutoras com quem se dialogou nomeiam como *homens maus* aqueles que agredem seus corpos, física ou sexualmente. E, a essas agressões, elas dão o nome de *maldades*. A tensão reside no fato de que, muitas vezes, os homens *maus* podem ser companheiros de indígenas “mulheres da Montanha” ou de lideranças do coletivo.

Duas situações parecem ilustrativas de como a categoria *maldade* é posta em ação. A primeira diz respeito à história contada por *Harpia*, que teve sua filha *Jaçanã* sequestrada e brutalmente violada por um homem que circulava na região. Embora *Jaçanã* tenha sido encontrada com vida e acolhida sob o modo indígena de cuidar do corpo, a marca da violência permanece para o resto da vida. Ao contar a história de sua filha, *Harpia* referiu-se ao criminoso como “um anjo mau”, aproximando-o das narrativas bíblicas sobre Lúcifer. A mesma categoria foi utilizada pela filha de *Harpia*, *Rendeira*, para referir-se ao pai. Na época, ele encontrava-se

¹⁴ Utiliza-se o itálico para referenciar as categorias nativas, dada a importância de atentar para a interpretação das indígenas mulheres.

doente, com desmaios e fraquezas constantes, e as causas não puderam ser identificadas pelos médicos que a família procurou.

Harpia, desde que a conhecemos narrava as agressões cometidas pelo marido, que espancava a ela e aos filhos e dizia constantemente a todos palavras duras, que “machucavam” quem as ouvia. Conversando com *Harpia* e *Rendeira*, a filha afirmou que a doença do pai era um “castigo por todas as *maldades* que ele fez com a gente”, ao que *Harpia* aquiesceu.

A noção de *maldade*¹⁵ parece ter um sentido diferenciado para as indígenas “mulheres da Montanha”, se comparada aos usos que comumente assume a partir do senso comum. Enquanto que em seus usos cotidianos, *maldade* é frequentemente tomada como propriedade de ser de pessoas perversas, entre as protagonistas, a categoria parece se aproximar do que a Antropologia e os movimentos de mulheres têm chamado de machismo ou violência de gênero. Embora o termo *maldade* seja utilizado em outras partes do país para referir a violência sexual, no caso das indígenas, a categoria diz respeito a abusos sexuais e agressões físicas. Atentar para o uso diferenciado do termo pelas interlocutoras só foi possível em função do envolvimento etnográfico no contexto em que estas se inserem e, ainda, por meio do diálogo e inflexão das autoras do trabalho.

As interlocutoras também possuem categorias próprias para referir o estupro cometido pelos companheiros ou por desconhecidos. Entre as categorias percebidas estão *se servir*, *ser usada*, *ser laçada*, *ser pega*. As expressões parecem refletir a desumanização sofrida pelas mulheres perante o crime de estupro, uma vez que *se servir* costuma ser uma expressão que refere à comida e traz outra conotação, a de gentileza, por exemplo: a senhora pode se servir. *Ser usada*, relembra que o verbo costuma ser complementado por coisas ou objetos, portanto expressão traz consigo a animalização em face da brutalidade do *uso* ao qual a indígena mulher foi submetida. *Ser laçada* é expressão usual quando se trata de indígenas mulheres, em diversos pontos das Amazônia(s), e remete ao ato de laçar animais no campo e nas florestas.¹⁶ O *ser pega*, diz da desumanização, pois assim como o *usar*, o complemento são coisas ou objetos, e não pessoas. As categorias parecem partir do entendimento de que o homem que estupra não

¹⁵ As categorias aparecem, inicialmente, em trabalho publicado na revista *Direito e Práxis* (Beltrão, Barata e Aleixo, 2017) no qual dialogávamos com mulheres de outras etnias, que não somente as da Montanha, bem como com comunidades quilombolas. Termos correlatos como *malvadeza* e *malínez* também foram referidos. Há um esforço analítico, em construção, no Grupo de Pesquisa *Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia*, feito a partir de diversas experiências antropológicas, para demonstrar que estas são categorias comuns ao discurso sobre mulheres em situação de violência em coletivos étnica e racialmente diferenciados nas Amazônia(s).

¹⁶ Entre as expressões utilizadas por indígenas mulheres apanhadas na floresta – no Acre – e trazidas aos seringais, as expressões se repetem e há uma que salta aos olhos *ser pega a dente de cachorro*, ou seja, caçada como qualquer outro animal silvestre. Sobre o assunto, consultar as narrativas feitas à Wolf, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

enxerga a vítima como *pessoa* e, por meio do crime, concretiza o processo de assujeitamento de mulheres.

As interlocutoras também referiram os estupradores como *animais*, substantivo que frequentemente vinha acompanhado do adjetivo *irracionais*. A categoria aduz ao entendimento, por parte das indígenas “mulheres da Montanha”, de que os estupradores seriam movidos por motivações que transbordam, excedem o que se entende como humanidade, ultrapassa as fronteiras do bem viver.

O crime parece permeado por significantes que evocam algo próximo ao instinto, ou mesmo à monstruosidade. Algumas interlocutoras inclusive especificam o animal referente ao estuprador utilizando termos como *carcará* (pássaro malvado que tem bico curvo como o gavião) e *mapinguari* (entidade assombrada das florestas amazônicas). Alguns outros termos integram o repertório para referir-se aos agressores, tais como *rédea torta* e *cangote grosso*, ou seja, aqueles que não respeitam normas, pois animalizados não se consegue colocar o arreio adequado, assessorios para controlar, dominar e dirigir cavalos. A alusão é forte, pois quem é chamado *cavalo* é de uma brutalidade ímpar.

No que tange às agressões físicas e psicológicas, as categorias usadas pelas “mulheres da Montanha” são: *agredir, xingar, judiar, apanhar, ser ruim, ficar violento, ser difícil, humilhar*. Durante os anos de pesquisa, notou-se que ao se reunirem com as amigas e ouvirem os depoimentos umas das outras, muitas mulheres afirmavam que “as histórias eram parecidas”, ou que “as histórias se repetiam”, ou ainda que as “tristezas” atravessavam a vida de todas elas, sem que soubessem disso. cremos que a repetição seja um dos indícios mais fortes de que a violência enfrentada pelas indígenas “mulheres da Montanha” possui um forte caráter social e não meramente individual.

Concluindo, as interlocutoras possuem categorias que explicitam seus entendimentos a respeito da violência que marca suas histórias e se repete nas histórias de suas iguais. Entre as razões aventadas pelas interlocutoras está o “machismo” dos homens e o fato de as mulheres viverem em uma “ditadura” masculina, segundo seus entendimentos. As dolorosas experiências as transformam em “mulheres sofridas”.

A noção de que quando um casamento ocorria, ele não poderia ser desfeito também mantinha as mulheres em situação de violência. Segundo *Sáira*, as mulheres não deixavam os maridos violentos por “medo”: “se eu pudesse definir em uma palavra seria medo, de contar pra família e apanhar mais, ou ser mandada de volta pro marido”.

Se Em última instância, as indígenas “mulheres da Montanha” caracterizam o risco de a violência masculina atingi-las em uma esfera sobrenatural, por meio da “magia negra” que pode conduzi-las ao adoecimento e à morte.

No quadro 1 abaixo, apresenta-se, sucintamente, as categorias êmicas que correspondem às categorias éticas utilizadas no texto e, no quadro 2, as consequências que as violências perpetradas contra as indígenas mulheres produzem, demonstrando a ação das indígenas e o entendimento das mesmas a respeito da opressão que as acometem. As expressões êmicas foram recolhidas em trabalhos de campo realizado pelas autoras em muitas conversas com finalidade ou não com e entre as indígenas mulheres. Preponderantemente, aquelas conversas foram mantidas no território que denominou Montanha.

Quadro 1. Categorias éticas e êmicas sobre violência

Categorias éticas		Categorias êmicas
Violências	Atos ou violações – denominação genérica	<i>Maldades</i>
	Atos ou violações contra mulheres – denominações específicas	<i>Se servir; ser usada; ser laçada; e ser pega</i>
	Comportamento de homens contra mulheres	<i>Como: animal; animal irracional; carcará; mapinguari; rédea torta; e cangote grosso</i>
	Expressões utilizadas pelas mulheres para descrever os fatos	<i>Agredir; xingar; judiar; apanhar; ser ruim; ficar violento; ser difícil; e humilhar</i>

Quadro 2. De violências e consequências

Violências	Consequências
Perpetradas pelos homens geram	<i>Histórias parecidas; histórias que se repetem; e tristezas entre as mulheres</i>
Produzem ambiente hostil, onde se instala	<i>O machismo; e a ditadura dos homens</i>
Acarretam uma vida de	<i>Mulheres sofridas</i>
Trazem o	<i>Medo</i>
Fomentam o receio de	<i>Magia negra</i>

5 ENTRE POLÍTICAS DE DIZIMAÇÃO, REDUZIDAS CONCLUSÕES

A estruturação do olhar antropológico sobre o campo, em diálogo com os conceitos e as categorias anteriormente referidas, foi essencial para compreensão das interlocutoras como protagonistas de suas próprias histórias e não como vítimas passivas, desagenciadas e paralisadas diante de violações. Em contrapartida, a adoção de tal perspectiva não permite cair na armadilha de desconsiderar os processos de brutalização dos corpos, de colonização, de violação de direitos consecutivamente vivenciados e dramatizados na trajetória do povo da Montanha. Pelo contrário, a partir do diálogo com interlocutoras e teorias, o ponto de vista assumido buscou compreender os processos pelos quais violências vividas como eventos devastadores, desdobram-se em mobilização social e luta por direitos, implicando enfrentamentos e resistências diante de situações de poder desmesuradamente assimétricas. Acredita-se que a confrontação de tais atos, falas e teorias pode ser uma alternativa para a compreensão das desigualdades de forma mais nuançada, bem como uma forma de evitar estigmas e estereótipos sobre as interlocutoras com quem se dialoga.

Pode-se, a partir das vivências em campo e da bibliografia consultada, refletir sobre como o etnocídio do povo da Montanha diz de um projeto de nação que extermina e “massacra” povos etnicamente diferenciados. E esse projeto se inscreve de forma violenta e é diariamente atualizado nos corpos das indígenas mulheres.

A história de dor, sofrimento e luta das indígenas “mulheres da Montanha” mudou os modos de viver, enfrentar e cuidar praticados pelas mulheres. A reelaboração é imposta, porque implica em se proteger de violações, mas também é de resistência e cura, porque agencia e enfrenta o etnocídio a partir de cada vida e de cada corpo que busca existir, evitando o que talvez seja tenha como ultimato o genocídio dos povos étnica e racialmente diferenciados.

REFERÊNCIAS

Documental

Beltrão, Jane Felipe. 2012. Indígenas e quilombolas mulheres em situação de violência: diversidade sociocultural, Direitos Humanos e Políticas Públicas na Amazônia – Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N°. 32/2012, processo No. 405039/2012-3. Acervo do projeto: (Inédito)

Bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. & LUTZ, C. **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University of Press, 1990.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BALTAR, Mariana. Tessituras do excesso: notas iniciais sobre o conceito e suas implicações tomando por base um Procedimento operacional padrão. **Significação**, São Paulo, v. 8, n. 19, p. 124- 146, 2012.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados? **Revista de Antropologia**. v. 54, p. 204-213, 2016.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e Quilombolas: crianças em circulação ou em situação de violência? **Revista Mundaú**. v. 1, p. 91-102, 2016a.

BELTRÃO, Jane Felipe. Crianças, Povos Indígenas e Direitos: controvérsias identitárias e sensibilidades jurídicas a partir de Belo Monte. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**. v. 43, p. 253-271, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados? **Revista de Antropologia**, v. 54, p. 204-213, 2016.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e Quilombolas: crianças em circulação ou em situação de violência? **Revista Mundaú**. v. 1, p. 91-102, 2016a.

BELTRÃO, Jane Felipe. Crianças, Povos Indígenas e Direitos: controvérsias identitárias e sensibilidades jurídicas a partir de Belo Monte. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**. v. 43, p. 253-271, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe; BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco; ALEIXO, Mariah Torres. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. **Revista Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 1, p. 592-615, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe (org.). **Judite a menina da zona rural, guerreira Tenetehara**. Rio de Janeiro/Brasília: Mórula Editorial/ABA, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe; FERNANDES, Rosani de F. ; BARATA, Camille C. B. ; LOPES, Rhuan C. dos S. (orgs.). **Maria Francisca a Tembé Tenetehara lider do Jeju**. Rio de Janeiro/Brasília: Mórula Editorial/ABA, 2017.

COMERFORD, J. *Fazendo a luta: sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

KLEIMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Berkley: University of California Press, 1997.

LACERDA, Paula. Lei, violência e acusações de “magia negra” em crimes contra crianças. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 371-400, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUGONES, María. “Colonialidad y Género” *In: Tabula Rasa*. Bogotá, nº. 9, 2008: p. 73-101.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

SMITH, Andrea. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.

WOLF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEGITIMAÇÃO DE SABERES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O PONTO DE VISTA DE UMA ACADÊMICA NEGRA MILITANTE A PARTIR DE UMA UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Mônica Conrado¹

RESUMO: Nesse artigo, a proposta é abordar o ponto de vista da mulher negra intelectual militante acadêmica, a partir de um diálogo com produções do feminismo negro e decolonial acerca do racismo na Universidade como prática diária. E em que consiste o debate aqui instaurado? O desafio é desmobilizar as teias do racismo que estruturam a Universidade em sua lógica de funcionamento. A ênfase é a necessidade de se atualizar segundo as demandas de discentes e docentes, o que exige algo constante e sempre inovador: a reinvenção de sujeitas e sujeitos sobre si mesmos. Então, o que se visa é promover um pensamento crítico além dos ditames acadêmicos para enriquecer a Universidade de trabalho intelectual negro, indígena, cigano e de tantos outros mais, apostando na ruptura de hierarquizações epistemológicas que se fundamentam na epistemologia “ocidental” dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Produção de conhecimento acadêmico. Epistemologias negras e decoloniais.

PRODUCTION OF ACADEMIC KNOWLEDGE AS A TOPIC OF DEBATE FROM THE POINT OF VIEW OF THE ACADEMIC MILITANT BLACK WOMAN FROM A UNIVERSITY IN THE AMAZONIA

ABSTRACT: In this article, the proposal is to approach the point of view of the academic militant intellectual black woman from a dialogue with black feminism and decolonial productions about racism in the university as a daily practice. And what does the debate established here consist of? The challenge is to demobilize the racism that structure the university in its operating logic. The emphasis is the need to keep up with the demands of students and professors, which requires something constant and always innovative: the reinvention of subjects of themselves. So, what is sought is to promote critical thinking beyond academic dictates to enrich the university of black, indigenous intellectual work and so many others, betting on the rupture of epistemological hierarchies that are based on the dominant "western" epistemology.

KEYWORDS: Racism. Production of academic knowledge. Black and decolonial epistemologies.

PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DESDE EL PUNTO DE VISTA DE UNA MUJER NEGRA ACADÉMICA MILITANTE DE UNA UNIVERSIDAD EN LA AMAZONÍA

RESUMEN: En este artículo, la propuesta es abordar el punto de vista de la mujer negra intelectual académica militante desde un diálogo con el feminismo negro y las producciones

¹ Mônica Conrado. Docente da Universidade Federal do Pará. monicaconrado6@gmail.com

descoloniales sobre el racismo en la universidad como una práctica diaria. ¿Y en qué consiste el debate establecido aquí? El desafío es desmovilizar las redes de racismo que estructuran la universidad en su lógica operativa. El énfasis es la necesidad de mantenerse al día con las demandas de los estudiantes y los maestros, lo que requiere algo constante y siempre innovador: la reinención sobre ellos mismos. Entonces, lo que se busca es promover el pensamiento crítico más allá de los dictados académicos para enriquecer la universidad de negros, indígenas y muchos otros trabajos intelectuales, apostando por la ruptura de las jerarquías epistemológicas que se basan en la epistemología dominante "occidental".

PALABRAS CLAVE: Racismo. Producción de conocimiento académico. Epistemologías negras y decoloniales.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente artigo, a proposta é abordar o ponto de vista da mulher negra intelectual militante acadêmica (COLLINS, 2016, COLLINS & BILGE, 2016) que leciona há vinte e quatro anos no ensino superior e, na Universidade Federal do Pará (UFPA), desde o ano 2003, sobre o tema que virou título deste texto, cuja premissa é a escrita negra como escrita coletiva. Assim, eu me refiro a nós, na primeira pessoa do plural, como escrita autoral, como construção também coletivizada. Essa construção só é possível porque eu referencio a outras mulheres negras no debate da luta antirracista e do sexismo que se incorpora também nas nossas próprias produções acadêmicas, porque os nossos corpos de mulheres negras também estão inscritos nessa produção intelectual negra. Valem os desdobramentos dessas colocações iniciais ao longo do texto.

Nessa perspectiva, Patrícia Collins argumenta, ao construir três definições, que pode nos contemplar, inclusive, em nosso contexto. A primeira é sobre o ponto de vista do pensamento feminista negro de ganhar registro de outras pessoas, mas quem o produz, indubitavelmente, são mulheres negras. A sua segunda definição diz respeito à mulher negra em defesa de um “ponto de vista ou perspectiva singular sobre suas experiências”, no que tange a alguns aspectos, ou elementos nessa(s) mesma(s) perspectiva(s), que são compartilhados coletivamente por mulheres negras como grupo. Em sua terceira definição, igualmente importante como as demais, Collins afirma “que embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras” produz circunstâncias, avaliações e resultados com diferentes significados para quem vive, apesar de existirem temas e ou condições similares (2016, p. 101).

Com essas três definições, Patrícia Collins nos convida, ainda, a ficarmos atentas/os de que a universalidade, como viés de abordagem teórico-metodológica, apaga o ponto de vista de

mulheres negras a partir de suas próprias vivências. A experiência é fonte de base analítica em trânsito. Ela não pressupõe o binarismo nem a lógica antagonista. Essa perspectiva é da epistemologia ocidental.

A acadêmica negra é movida, muitas vezes, pela dor na construção de uma escrita ativa em constante negociação com as normas acadêmicas. Para ela, a oralidade é base constitutiva de sua vivência negra nas trocas de experiência em sua comunidade e, na Universidade, no processo de ensino-aprendizagem. Essa dor de corpos que falam, essa dor que é minimizada, é negligenciada, mas essa dor produz conhecimento, essa dor carrega histórias e narrativas.

Nós, mulheres negras acadêmicas, cada uma em suas atividades nas Faculdades, temos dia e hora para os eventos habilitados organizados pela comunidade negra acadêmica para discutirmos temáticas étnico-raciais em intersecção com gênero, classe, sexualidade e com o racismo e sexismo. Aí, terminamos a nossa participação e pronto! Saímos desses eventos, organizados por nós mesmas, muitas vezes com a certeza de que, nesse processo de interação com a audiência, que é dinâmico e se reatualiza o tempo todo em aulas com grades curriculares com a predominância de autoras negras, essas iniciativas precisam ser incorporadas como boas condutas e práticas acadêmicas. No entanto, o efeito é muito mais percebido no nosso grupo racial, o que é algo demasiadamente importante e fundamental de acontecer. E se encerra aí. Não há a perspectiva convidativa de abordar, sob diversas formas, o racismo na Universidade como prática diária, institucionalmente falando.

Ao fazer alusão ao racismo institucional, o desafio é desmobilizar as teias do racismo que estruturam a Universidade e sua lógica de funcionamento em nome de entraves burocráticos forjados como justificativas para a sua negação e manutenção de seu *status quo*.

Como disciplinas mandatórias, estudantes do ensino superior precisam de aulas sobre a nossa pluralidade étnico-racial que exige cursos sobre etnias, sobre a história negra com suas diversas entradas bem específicas (diásporas, África, a história de negros no Brasil, cultura negra), bem como sobre o feminismo negro², por exemplo, com o intuito de desmontar o privilégio branco e o mito da democracia racial. Gonzalez (2018) trouxe a tese que ela validou da africanização da cultura brasileira em plena ditadura que fere ao projeto de nação civilizatória brasileira.

² “Lei n. 10.639, de 2003, que alterou os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A promulgação dessa lei consubstancia uma política pública voltada à valorização da identidade negra ao estruturar um currículo escolar mais aberto ao estudo de culturas não europeias. Posteriormente, a Lei n. 11.645, de 2008, incluiu, na LDB, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena” (LEMO, 2015, p. 60).

As respostas costumeiras são: “mas tivemos avanço....” “As coisas já foram piores ”. São respostas prontas, caindo em sua ineficácia, mesmo que não sejam inverdades. Mas, em nome dos efeitos perversos e destruidores para uma trajetória acadêmica, essas respostas não bastam; longe disso. Então, novas práticas que envolvam o administrativo, o setor de segurança, o currículo dos cursos e áreas que tragam como questões norteadoras o combate ao racismo e sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e discriminação de classe para que não sejam mais encarados como eventos que dão conta (suficientemente) dessas violações de direitos, ganhando, porém, caráter episódico sem diminuir sua importância e a necessidade de enriquecermos a Universidade com esse tema como lugar comum de reflexão crítica para novas metodologias de pesquisa que nos instigam a reflexão crítica que o feminismo negro e feminismo decolonial podem proporcionar.

Maria Lugones (2014 p. 935) propõe um quadro conceitual que fica aqui como indicação de leitura de “uma lente que nos permita ver o que está escondido de nossas compreensões sobre raça e gênero e sobre as relações de cada qual à heterossexualidade normativa” que coloque em xeque a imposição colonial do gênero sob a releitura de uma modernidade capitalista colonial moderna. Enveredar para a troca de lentes, para ver e conceber o mundo, amplia e complexifica nossa compreensão de mundo.

Houve, sim, avanços com disciplinas elaboradas por nós mesmas e a entrada de outras disciplinas pelo corpo docente que citam alguns textos da literatura especializada das epistemologias negras, mas ainda, em muitos casos, no modo *check list* de que consta “sim”, caso pergunte. Isso não significa dizer que esse debate não seja feito com certo rigor, mas, ainda, no modo pontual, sem levar em conta a posicionalidade de quem está falando, enquanto fala generificada e racializada, ainda se torna um desafio que demanda um processo contínuo e constante exigindo a reinvenção de sujeitas e sujeitos sobre si mesmos.

A nossa preocupação reside em abordagem interseccional, cuja perspectiva se enreda com a nossa própria história pessoal, enquanto mulher negra, enquanto acadêmica negra. Ou seja, trazer a experiência pessoal é a base do feminismo negro, cuja experiência do vivido de mulheres e meninas negras e de homens e meninos negros é a base epistemológica para a produção de conhecimento (COLLINS, 2000). Por que trazer tais questões, logo de início, sem preâmbulos? Ou parte introdutória? Direto ao ponto. Já ouvimos algumas vezes sobre ter que tomar cuidado em não transformar as aulas em feminismo, nesse caso, feminismo negro que subsidia a construção política de intelectual militante acadêmica negra. Veja só! É em nome do desafio de ainda ter que lidar com a negativa de que os feminismos são plurais e articuladores

de conhecimentos múltiplos que dialogam ação e pensamento, para o universo acadêmico, sem hierarquizações.

Outro aspecto relevante dessa mesma questão é trazer importância do feminismo negro como potencial crítico-transformador e sobre o uso da interseccionalidade como instrumento analítico metodológico, porque viabiliza compreender e analisar experiências de mundo a partir de suas complexidades. É uma ferramenta analítica que aciona as pessoas ao mundo, rompendo com a abordagem universalizante (COLLINS; BILGE, 2016).

Com o desafio sempre presente à zona de conforto das epistemologias dominantes em decorrência do processo de validação do conhecimento que prevalece sob a égide da ótica da universalidade ou ainda de análises monocategoriais, como a de gênero confundida com estudos de mulheres ou *women's studies*. Gênero como construção sócio-política, de identidades plurais interseccionando com categorias de diferenciação de cor/raça ou etnia, classe, idade, geração, sexualidades, local de origem com o mesmo peso e importância. A desnaturalização do binômio masculino-feminino para a leitura crítica das desigualdades raciais e de gênero ainda se mostra um desafio permanente nas produções que ignoram abordagens interseccionais como potência analítica, que vão além de simples citação.

No campo da sexualidade, ganha importância nas análises sobre a identidade do/a brasileiro/a, por exemplo, ao construir linguagens e discursos específicos mistificados na elaboração da nacionalidade (PARKER, R., 1991), que perpassam por atributos racializados que são constantemente desconstruídos pelo movimento negro do País, e, como assinala bell hooks (2000), nas questões de classe sob perspectiva racial e de gênero.

Aonde quero chegar com essas provocações, vale enfatizar. A epistemologia negra não é trazida no próprio plano curricular dos cursos e áreas, tanto de graduação como de pós-graduação. O que fazemos não ganha a devida relevância. Segundo bell hooks e Cornell West (2017), o intuito é promover um pensamento crítico além dos ditames acadêmicos como base. O que precisamos, ainda, é enriquecer a Academia de trabalho intelectual (negro, indígena, cigano e de tantos outros mais).

Por causa do movimento negro e, na Universidade, do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM)³, temos as cotas raciais que possibilitaram a entrada, ao ensino superior,

³ Segundo Isabele Lemos (2015, p. 35): “Até o advento da Lei federal n. 12.711 em 2012, a UFPA era a única Universidade Federal da Região Norte que já adotava um programa de ação afirmativa para a inclusão da população negra nos cursos de graduação. A implantação de um sistema de cotas pela UFPA em 2005 foi fruto das pressões exercidas por grupos externos – entidades do movimento negro, tais como o Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), o grupo MOCAMBO e o Conselho Municipal do Negro – e por um grupo interno da comunidade acadêmica, o Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM) da UFPA”.

de universitárias negras e negros. Precisamos, ainda, muito mais, enegrecermos as produções de conhecimento acadêmicas. Então, o que acontece? Nós temos eventos, datas, porque acabam sendo isso, mas você tem uma luta que é diária de docentes negras e negros para cada Faculdade que não fecha o número em uma única mão⁴.

Lélia Gonzalez (2018) é quem inaugura e aprofunda a interseccionalidade como ferramenta analítica, mesmo que não seja com esse nome cunhado na sua obra acerca da grande lacuna de uma perspectiva teórica metodológica de um fazer interseccional. E nos evidencia o pretuguês como fala e escrita, uma estratégia narrativa de reivindicar, de subverter, de desestabilizar que, para a Academia, não abala o rigor acadêmico de dar aulas e de fazer pesquisa, por exemplo, porém deixando de lado formalizações acadêmicas, excludentes. O pretuguês, como linguagem, é epistêmica e ela aproximou o povo brasileiro em uma mescla coloquial, acadêmica. O pretuguês é o africanizar como embate às bases da escrita e de interpretação sob a égide eurocentrada.

Você se forma em Ciências Sociais e não lê Lélia Gonzalez ainda pouco referenciada em seus escritos, em suas ideias, como base analítico-reflexiva. Você vai discutir as temáticas das relações raciais no Brasil, vai ouvir falar no lugar do negro, mas o lugar do negro que ela discute retira a invisibilidade da condição da mulher negra. Ela fala da juventude negra, do racismo e sexismo, da condição da mulher negra trabalhadora, da diáspora. Lélia Gonzalez nos evidencia como essa estrutura econômica, em um contexto histórico como o nosso, marcado por um sistema de exploração de forças capitalistas, produz desigualdades não como um passado escravista que está, de fato, arraigado, mas sim como forças capitalistas que têm uma herança histórica de base colonial. Ela faz esse exercício de mostrar como o capitalismo produz essas desigualdades, racialmente falando, ou seja, não há possibilidade, depois de ler a Lélia, de pensar as desigualdades sociais sem racializá-las e generificá-las. E chama a atenção de que há heterogeneidades entre nós, negras, entre nós, negros.

Ao trazer a abordagem epistemológica negra sob a experiência estadunidense para alimentar ainda mais o diálogo, Collins e Bilge (2016) mencionam como as experiências das mulheres acadêmicas afro-americanas ilustram como indivíduos que desejam rearticular um ponto de vista a partir da mulher negra por meio do pensamento feminista negro pode ser

⁴ Já faz mais de cinco anos que a Lei n. 12.990/2014 está em vigência no Brasil. Ela reserva 20% das vagas de concursos do serviço público federal para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os. No âmbito específico dos concursos públicos para a carreira de magistério superior das Universidades Federais, em que a referida lei também se aplica, nos perguntamos: já podemos sentir os efeitos das ações afirmativas no quadro docente? As Universidades têm aplicado, efetivamente, a lei de reserva de vagas para negros e negras no Brasil? Capturado: 25.05.2020 <https://www.geledes.org.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/>

suprimido pelo processo de validação do conhecimento que prevalece. Para qualquer discurso, novas reivindicações do conhecimento devem ser consistentes com um corpo existente do conhecimento que o grupo que controla o contexto interpretativo aceita como verdade. Uma base experimental e material reforça uma epistemologia feminista negra a saber segundo experiências coletivas e visões de mundo compartilhadas de/por mulheres negras.

O agir e o pensar intelectual, em termos das epistemologias negras, são experiências do vivido como critério de significado, como assinala Collins (2000), no que tange aos critérios políticos que influenciam o processo de validação do conhecimento. Ela explica como, em primeiro lugar, reivindicações do conhecimento são avaliadas por um grupo de "experts", cujos membros carregam com eles uma série de experiências sedimentadas que refletem sua posição na intersecção das opressões.

Segundo Collins e Bilge (2016), é preciso potencializar criticamente o exercício do que isso possa enveredar, visto que interseccionar ainda é um desafio à zona de conforto das epistemologias dominantes, em decorrência do processo de validação do conhecimento que prevalece sob a égide da ótica da universalidade ou ainda de análises monocategoriais em detrimento da abordagem interseccional. A interseccionalidade é um modo para compreender e analisar experiência de mundo.

Audre Lorde (2019), em um dos seus artigos mais conhecidos no Brasil, *As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande*, comenta que “é uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, e de mulheres negras e do Terceiro Mundo, e de lésbicas” (2019, p. 135). Merece o destaque, em nome do contexto dessa fala, que trata de um convite a ela feito para participar em uma única mesa redonda na conferência realizada em 1979, em Nova York, o trecho: “as únicas duas últimas mulheres negras que se apresentaram aqui foram literalmente encontradas na última hora” *ibid.* p. 136.

Ao remontar a história trazida por Lorde (2019), em um de seus aspectos significativos sobre as tiranias do silêncio que tornam invisíveis às mulheres negras, relativas às diferenças intragêneros com mulheres brancas e com as do mesmo grupo racial, em nome de sua heterogeneidade, acaba nos levando a crer que não há possibilidade disruptiva em andamento ao pacto do silenciamento do racismo, do sexismo e da lesbianidade, já que se mantém, e com força. Vale ressaltar: até os dias de hoje.

Lorde coloca em evidência a necessidade de transformar o silêncio em linguagem e em ação para que, a partir daí, possa nos levar, entre outras problematizações, à ruptura de análises

de dominação e opressão universais que forjam possibilidades de se pensar as diferenças de sujeitas negras lésbicas, pobres ... e, nesse artigo, possibilitar o debate de que o número reduzido ou inexistente, na carreira docente, na Universidade, de mulheres negras e os obstáculos para uma crescente leitura docente sobre tematizações trazidas por discentes para desenvolver estudos de seu interesse que dialogam consigo mesmas em suas referências identitárias, coletivas e de suas comunidades de cunho social, político, cultural que ganham, sem assombro, caráter de excepcionalidade em nome de uma ou duas docentes em Faculdades ou Institutos que servem com a devida “naturalidade” que não causa espanto ou reação de quem utiliza “as ferramentas do senhor”, de acordo com o título trazido e desenvolvido por Lorde (2019).

O desafio maior é se dedicar às leituras e aprendizados. O tempo do relógio acadêmico exige maior dedicação às leituras das epistemologias dominantes. A necessidade imperiosa de deslocamentos para leituras que deixem de ganhar caráter secundário para a docência para fins de orientação, pesquisa e extensão é um passo importante para quem se refestela como intelectual, docente e/ou pesquisador(a) nos braços das epistemologias dominantes. Esse é um bom exemplo de supremacia branca.

Audre Lorde (2019, p. 137) afirma “que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”. A desvalorização do trabalho intelectual baseada na antiga falácia dicotômica militante e acadêmica, desprezada como prática-ação que produz conhecimento. Nós, a Academia. Elas, as militantes.

2 QUAIS SÃO AS IMBRICAÇÕES DE UM FAZER INTERSECCIONAL? O DEBATE MILITANTE E UM FAZER ACADÊMICO

O corpo, como explicita Zélia Amador de Deus (2011, p. 6), tem memórias. O corpo como marca identitária. “O corpo do africano e o corpo de seus descendentes, para o bem ou para o mal, sempre vêm à cena, se põem e se expõem, transformam-se em texto no discurso que enuncia e anuncia. Em suma, um corpo que fala” (DEUS, 2011, p. 2). Corpo que carrega uma história que, não contada, apaga o indivíduo enquanto corpo-memória. Cabe trazer Alex Ratts (2009) quando menciona “que tornar-se negro no espaço branco. Um drama, um dilema, uma encruzilhada”.

Por exemplo, universitária/o de determinada comunidade quilombola que ingressa no curso de Direito carrega em seu corpo suas vivências, uma história atrás de si. Se decidir,

autonomamente, trabalhar com direito voltado às populações quilombolas, na advocacia, ou ao trilhar carreira acadêmica, já traz consigo uma tese.

Linda Alcoff (2016) se refere às epistemologias dominantes. Muitas delas presumem o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo os relatos de experiência em primeira pessoa, de todos os tipos.

Na Universidade, é comum uma construção tradicional de uma visão intelectual que antagoniza com a militância. Como questão pertinente à tão falaciosa, mas ainda presente, de que “ser militante e acadêmica”, como dicotômicos, serve como argumento para que não se dê o devido crédito a uma formação teórica por ser militante, (des)legitimando histórias, negando conhecimentos no nosso ambiente acadêmico. Minhas competências emergem quando frustro o que a sociedade nos impõe como mulheres negras, quebrando expectativas sociais. Há uma tautologia racista que está sempre em voga, independentemente de época, tempo e lugar. Já a ouvi nos Estados Unidos, para justificar a “dificuldade” de contratação de negros por não acharem profissionais qualificados em nome do cumprimento das políticas de ação afirmativa daquele país. Em contexto nacional, em diversas situações: não há muitos negros na Universidade, logo não há (muitos) docentes negros. Não há (muitos) docentes negros porque não há (muitos) negros na Universidade. São narrativas de poder de privilégio branco. Assim, a composição étnico-racial mantém-se estruturalmente inabalada.

bell hooks remonta, em sua trajetória acadêmica, “de que havia uma diferença socialmente aceita entre qualificação acadêmica e tornar-se um intelectual. Qualquer um podia ensinar, mas nem todos seriam intelectuais” (1995, p. 465). Então, propriamente, o que é ser intelectual? Retomemos a autora:

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. Tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo (1995, p. 468).

Os critérios impostos para “tornar-se intelectual” tem uma carga racial, de gênero e de padrões heteronormativos, cuja intelectualidade é construída como brancocêntrica nas ideias, e na herança intelectual eurocêntricas, como epistemologias dominantes.

Mia Bay *et al* debatem como é desafiador o modo como mulheres negras são tradicionalmente descritas. Muitas vezes, foca-se em seu trabalho como ativistas ou o debate de seus objetos de estudo, de suas atividades intelectuais, mas, raramente, são vistas como

produtoras de conhecimento. Quais são as tradições de mulheres negras por trás (e que embasam) em sua militância? Como as mulheres negras se engajam em seus objetos de estudo? (2015, p. 4). Trouxemos essas indagações para ampliarmos nossas colocações de que as bases que nos estruturam como intelectuais não são as bases epistemológicas ocidentais que nos certificam em nossos títulos e para que muito nos preparamos.

Para universitárias/os pobres, a atividade intelectual da escrita ativa e de leitura silenciosa são árduas porque exigem isolamento para as horas de estudo, em seus quartos individuais ou não, na mesa da sala ou da cozinha e, do outro lado, ou o chamado escritório ou biblioteca, esse de origem burguesa é até acintoso já que é um espaço somente voltado para estudar ou trabalhar, não faz parte de sua realidade. De geração a geração, seus familiares trabalham em serviços e ocupações que exigem o dia todo fora de suas residências. O espaço para estudar é algo inventado com muita criatividade para se virar como (melhor) podem.

Como se manter na Universidade e nas bibliotecas?⁵ Da graduação à pós-graduação, eu permanecia mais tempo na Universidade. Era o meu melhor lugar para estudar. Morei no Centro Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) por quatro anos, do mestrado até a metade do doutorado. Foi a melhor e única maneira de estudar, naquele período. Desde a graduação, bolsas de estudo. Sem elas, provavelmente não teria conseguido. Com certeza, me travaria com interrupções e trancamentos de matrículas que impediriam trilhar carreira acadêmica. E lembrem o peso para universitárias/os pobres de origem operária que a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe (hooks: 1995, p. 465). A escolha do trabalho intelectual é um ato revolucionário às mulheres negras e homens negros.

Elcimar Moreira da Silva trabalhou como ajudante de pedreiro com seu pai, também pedreiro, no campus da Universidade Federal Fluminense em 2009⁶. Dez anos depois, ele estuda no mesmo local cursando o segundo semestre de Física, onde ajudou a bater laje no campus Santo Antônio de Pádua, no noroeste fluminense. Realizou seu sonho de estudar Física. As Universidades públicas foram construídas pelas mãos das classes trabalhadoras operárias.

⁵ Somente defendendo a ocupação presencial nas escolas e Instituições de Ensino Superior (IES) após a disponibilidade de uma vacina contra a Covid-19 para a população de modo gratuito como questão prioritária de saúde pública. No entanto, esse debate considero atual que não pode ser postergado em nome da atual conjuntura que vivemos, uma vez que formação de qualidade e democrática somente é possível com interação e dialogia presencial entre docentes e discentes. Não há substituições possíveis sem que massacre a carreira docente, a produção científica e a formação de profissionais de diversas áreas comprometidos com a educação e com uma formação de qualidade e excelência. A Universidade é complexa! E nem cheguei a fazer a devida referência à pesquisa e extensão, às dinâmicas de centros, grupos, laboratórios, núcleos de estudos e pesquisa e demais Iniciativas que dão vida e sentido a sua existência.

⁶ <https://www.sonoticiaboa.com.br/2019/09/13/jovem-vira-aluno-universidade-ajudou-construir-como-pedreiro/>
Capturado: 28.05.2020.

Quem as ergueu, quem construiu seus alicerces? Na Amazônia, Vicente Salles (1971) demonstra que o negro foi uma presença marcante. A formação da classe operária no Pará é, inclusive, predominantemente negra.

Cornell West, em *Dilema do Intelectual Negro*, tem como crítica os modelos burgueses de vida intelectual que levam o intelectual negro a conflitos sobre sua competência e humanidade postas em prova sob estereótipos racistas e sexistas (hooks, 1995, p. 472). Para as classes trabalhadoras, tais espaços de estudo são onde dá. Um dos critérios para a produção exige novas configurações de espacialidades em suas próprias residências que são postas como questões eminentemente individuais. As demandas da organização doméstica.

A disposição física das residências para a família e acesso à internet, horas em casa com gastos de energia elétrica, água, refeições e espaços para estudos em metragens muito pequenas, como também a real dificuldade que as Universidades passam com cortes de verbas para bolsas de permanência, no acesso à Universidade, todos os dias, torna-se cada vez mais difícil.

O racismo, o sexismo e discriminação de classe operam em várias dimensões simbólicas, individuais, coletivas e institucionais e, como nossas produções vão além de publicações, já que nos mobilizamos, no interior da Universidade, na formação, orientação, grupo de estudos e fomento de reflexões em dialogia com a realidade social de cada um são rotuladas como uma questão à parte nas estruturas de poder, ganhando estatuto de optativas sobre feminismos negro, feminismo decolonial, relações raciais. O que conclamo como desarticulação do racismo epistêmico é a ruptura de hierarquização de saberes vinculados aos corpos docente e discente que emanam linguagens e modos de vida em suas heterogeneidades e, portanto, como produtores de conhecimento em espaços acadêmicos.

O NOSMULHERES é um grupo de estudos e pesquisa fundado no ano de 2008 em prol da Equidade de Gênero Étnico-racial, em dialogia com o movimento negro, com o objetivo de salientar o debate de gênero, tomando emprestado a perspectiva de que há, sempre, uma dimensão racial na questão de gênero e uma dimensão de gênero na questão da problemática étnico-racial, parafraseando Sueli Carneiro (2003), considerando que as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva de recriação constante de mecanismos sociais que produzem desigualdades raciais e de gênero. Este grupo é um dos protagonistas do feminismo negro como base teórica no interior da UFPA para articularmos o racismo e sexismo em seminários acadêmicos, grupos de estudo e disciplinas.

Em um dos eventos organizados pelo grupo, intitulado “I Workshop sobre Racismo Epistêmico”, realizado no dia 29 de março, trouxemos para o debate a Profa. Dra. Marilu

Campelo (Faculdade de Ciências Sociais (FACS/UFGA)), uma das fundadoras do GEAM/UFGA; Rebecca Sousa (assessora civil da Organização das Nações Unidas (ONU)), que abordou o assunto “Mulheres para o debate sobre ciganos”; Virgínia Arapasso (Presidente da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFGA); Flávia Santos (Coordenadoria de Diversidade e Gênero da Associação de Discentes Quilombolas (ADQ/UFGA)); Profa. Dra. Lilian Sales (UFGA/Castanhal), fundadora do Coletivo feminista ZO’É; Juliana Damasceno, integrante da Rede de Mulheres Negras, Coletivo Sapato Preto e Rede Nacional de Ciberativistas Negras; Flávia Câmara (NOSMULHERES, da Rede de Mulheres Negras, da Rede Fulanas e da Rede de Ciberativistas Negras). Neste evento, eu que abordei como tema o racismo epistêmico.

Contamos com mais de cem pessoas na audiência. As pautas trazidas abordaram discriminações, racismo. A ausência de diversidade étnico-racial na maioria das pós-graduações da UFGA também foi um dos pontos discutidos pela audiência e expositoras. Houve consenso sobre fazer parte do quadro como docente e discente não é garantia alguma de vínculo de pertencimento com reconhecimento. Coube então destacar práticas de dominação e subordinação que visam a suprimir o protagonismo de mulheres negras, sustentadas em correntes teóricas dominantes (COLLINS, 2000) e de homens negros, de povos indígenas e ciganos.

O conceito de *outsider within* (forasteira de dentro) de Collins (2016, p. 99, 100) nos mostra que:

por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos [...]. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

bell hooks (1995, p. 468) comenta o que Patricia Williams, professora de Direito negra, afirma que o *status* de fora é uma espécie de ferida aberta.

Grada Kilomba (2019, p. 83) enfatiza que “ser uma pessoa de “dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos”. Para a autora, a perspectiva biográfica de trabalhar com o racismo é fundamental, de extrema importância por conta da experiência contínua e de seus atravessamentos em toda a biografia por envolver, dentre outras, uma memória histórica de opressão racial por não se poder considerar episódica ou pontual.

A própria construção discursiva na luta antirracista no interior da Universidade é ameaçada por ser “demasiado subjetiva”, “muito pessoal”, “muito específica”, “muito emocional” (*ibid.* p. 51), como ela constata. E a alegada natureza emocional nos dá subsídio para refletirmos aqui em nosso contexto particular, específico.

Kilomba (2019, p. 53) é enfática ao dizer que “não é somente uma imensa, mas também urgente tarefa de decolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento”. Contestar as condições de validação do que é conhecimento ou não acadêmico, como afirma Kilomba, e de desafiar o conhecimento acadêmico referendado.

Ramón Grosfogel (2011, p. 343) denomina racismo epistêmico como um dos privilégios de uma política essencialista das elites masculinas ocidentais, uma vez que as ciências sociais ocidentais assumem a (crença) na superioridade do conhecimento “ocidental”.

Em debate sobre decolonizar a Universidade, Castro Gomez (2007, p. 85) menciona que a Universidade não pode ser o lugar que deixa de refletir sobre si mesma. E sobre a importância de gerar novos campos de saber dentro da Universidade, diferentes formas de saber convivendo no espaço universitário, uma vez que a Universidade que funciona complexamente deve se pensar complexamente. Em outras palavras, deve-se fomentar um diálogo de saberes para que diferentes formas de conhecimento convivam, sem hierarquizações no espaço acadêmico.

Collins (2015, p. 15) nos adverte que “Necessitamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros. Essa discussão se dirige, então, à necessidade de novos padrões de pensamento e ação”. E, ainda, não cairmos na sedução de leituras das epistemologias negras sem perder de vista de quem lê porque nos exige um repensar crítico e reflexivo como exercício analítico de um fazer em nossas próprias práticas acadêmicas, o tempo todo.

Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Zélia Amador nos ensinam, em suas biografias, como se interseccionam atuando na área da cultura, artes, militância em órgãos, coletivos, e entidades de movimento negro e trilharam carreira acadêmica. Não há dicotomias, mas intersecções. Elas transitam como protagonistas em vários espaços fazendo circular ideias, produzindo conhecimento no ativismo político e na Academia.

Lélia, Beatriz, Sueli e Zélia, como outras de tão igual importância para nós, são sinônimo de inquietar-se porque elas transitaram em espaços não pensados, não possíveis, não imaginados, nos quais a mulher negra estaria ou poderia estar e, assim, ao buscarmos compreender a potência do que elas trouxeram não se devem estabelecer muros que separem,

que compartimentalizem para fixar o pensamento e o ativismo de cada uma delas, sem interseccionar.

Como construir vínculos de pertencimento na Universidade pública com a incorporação de sujeitas e sujeitos racializados, trans e cis que têm histórias a contar, que dão sentido às nossas próprias lutas em comum, em contexto de desmonte, desde o golpe em 2016, e com o desmantelamento como tragédia com práticas genocidas de um (des)governo a que estamos submetidas em resistência, ganhando magnitude com a Covid-19 que adoece e mata, escancarando desigualdades sociais. Precisamos de uma agenda única no enfrentamento do sucateamento das Universidades públicas dando sentido, inclusive, às questões trazidas nesse artigo.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n.1. jan./abr. 2016.

AMADOR DE DEUS, Zélia. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 11, 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2011.

BAY, Mia; GRIFFIN, J.; JONES Martha S.; SAVAGE, Barbara D. Introduction: toward an intellectual history of black women. In: Toward an intellectual history of black women. University of North Carolina Press., 2015. E-book.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Ashoka Empreendimentos Sociais Takano Cidadania (org.). **Racismos Contemporâneos..** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

Castro-Gómez, Santiago. (2007) "Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes". En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (comps.). El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 99-127.

_____. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2015. Cadernos Sempre Viva. p.13-42

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionality**. USA, Polity Press, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana. Editora Filhos da África, 2018.

GROSFÖGEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n. 14, p. 341-355, enero-junio, 2011.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p.464-478, 1995.

_____. **Where we stand: class matters**. New York: Routledge, 2000.

_____. & WEST, Cornell. **Breaking Bread**. Insurgent Black Intellectual Life. Nova York, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LEMOS, Isabele. **Cotas Raciais Na Ufpa**: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas. Orientadora: Mônica Prates Conrado. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Inclusão Social) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial, **Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3): 320, set./dez. p. 935-952, 2014.

PARKER, R. **Corpos, Prazeres e Paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, v. 1, p. 81-108.

DO RESPIRAR AO ESCREVER: FORMAS DE ANIQUILAMENTO E SUBVERSÃO DAS EXISTÊNCIAS NEGRAS

Flávia Danielle da Silva Câmara¹

RESUMO: O racismo impõe marcas profundas na subjetividade da população negra, em particular, das mulheres negras. Falar e escrever se somam à luta por existir em um país que nega a existência de violências estruturais e institucionais que vêm se acumulando ao longo do tempo. Por outro lado, é possível lançar mão de estratégias que comunicam outras formas de expressão e produção de conhecimento não atreladas a um modo ocidental de conhecer e de intelectualidade que leva em consideração as diferentes narrativas e seus atravessamentos territoriais, de classe, gênero, sexualidade, entre outros. Assim, pretendeu-se costurar conversas que explanassem sobre o medo de mulheres negras se expressarem a partir de relatos de mulheres negras que se dispuseram a responder “por que mulheres negras têm medo de falar?”, em diálogo com autoras negras e não negras que abordam a problemática das relações raciais atualizadas em um contexto de pandemia por Covid-19 e seus efeitos na vida da população negra. Observou-se que o racismo empurra mulheres negras para o silêncio a partir da transformação das diferenças em desigualdades na tentativa de aprisionar as subjetividades negras em estereótipos que desumanizam e inferiorizam mulheres negras. A raiva quando compreendida enquanto uma possibilidade de deslocamento das narrativas impele mulheres negras a se movimentar e transformar o silêncio em ação. Da mesma maneira, acessar outras formas de produção do conhecimento como os Griots e Griotes, o pretuguês e as adinkra nos levam a romper com o modo único com que propositalmente as histórias da população negra foram contadas abrindo espaço para outras formas de identificações saudáveis com as negritudes e a oportunidade de re-contar as histórias, agora a partir das sujeitas e sujeitos que paulatinamente têm rompido o pacto do silêncio racial.

PALAVRAS-CHAVE: Falar. Escrever. Silêncio. Mulheres negras. Produção de conhecimento.

FROM BREATHING TO WRITING: WAYS OF ANIQUILATION AND SUBVERSION OF BLACK EXISTENCES

ABSTRACT: Racism imposes deep marks on the subjectivity of the black population, in particular, black women. Speaking and writing add up to the struggle to exist in a country that blackens the existence of prevalent and institutional violence that they provide accumulating over time. On the other hand, it is possible to use a strategy that communicates other forms of expression and knowledge production not linked to a Western way of knowing and intellectuality that takes into account how different narratives and their territorial crossings, class, gender, sexuality, among others. others. Thus, it pretended to sew conversations that explained about the fear of black women in expressing themselves from reports of black women who were willing to answer “why are black women afraid to speak?” in dialogue with black and non-black authors who address an issue of racial relations updated in a context of a pandemic by Covid-19 and its effects on the lives of the black population. It was observed

¹ Psicóloga formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA) e doutoranda na linha de pesquisa Saúde e Sociedade em Psicologia pelo PPGP/UFPA, integrante do grupo de pesquisa NOSMULHERES pela equidade de gênero étnico-racial. E-mail: psi.flaviacamara@gmail.com

that racism pushes black women into silence based on the transformation of differences into inequalities in an attempt to trap black subjectivities in stereotypes that dehumanize and lower black women. Anger when understood as a possibility of displacement of narratives impels black women to move and transform silence into action. In the same way, accessing other forms of knowledge production such as the Griotes and Griotes, the Pretuguês and as adinkra lead us to break with the unique way in which the stories of the black population were told, making room for other forms of healthy identifications with the blackness and the opportunity to report as stories, now based on preferences and subjects that have gradually broken the racial silence pact.

KEYWORDS: Speaking. Writing. Silence. Black women. Knowledge production.

DE LA RESPIRACIÓN A LA ESCRITURA: FORMAS DE ANIQUILACIÓN Y SUBVERSIÓN DE LAS EXISTENCIAS NEGRAS

RESUMEN: El racismo impone marcas profundas en la subjetividad de la población negra, en particular, de las mujeres negras. Hablar y escribir se suma a la lucha por existir en un país que ennegrece la existencia de violencia estructural e institucional que se ha ido acumulando a lo largo del tiempo. Por otro lado, es posible utilizar estrategias que comuniquen otras formas de expresión y producción de conocimiento no vinculadas a una forma occidental de conocimiento e intelectualidad que tome en cuenta las diferentes narrativas y sus cruces territoriales, de clase, género, sexualidad, entre otros. Así, se pretendía coser conversaciones que explicaran el miedo de las mujeres negras a expresarse a partir de informes de mujeres negras que estaban dispuestas a responder "¿por qué las mujeres negras tienen miedo de hablar?" en diálogo con autores negros y no negros que abordan el tema de las relaciones raciales actualizado en un contexto de pandemia por Covid-19 y sus efectos en la vida de la población negra. Se observó que el racismo empuja a las mujeres negras al silencio a partir de la transformación de las diferencias en desigualdades en un intento de atrapar las subjetividades negras en estereotipos que deshumanizan y rebajan a las mujeres negras. La ira entendida como una posibilidad de desplazamiento de las narrativas impulsa a las mujeres negras a moverse y transformar el silencio en acción. De la misma forma, acceder a otras formas de producción de conocimiento como los Griots y Griotes, los portugueses y los Adinkra nos llevan a romper con la forma única en que se contaban intencionadamente las historias de la población negra, abriendo espacio a otras formas de sana identificación con la negritud. y la oportunidad de volver a contar las historias, ahora de los sujetos que poco a poco han roto el pacto de silencio racial.

PALABRAS CLAVE: Hablar. Escribir. Silencio. Mujeres negras. Producción de conocimiento.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma das faces mais perversas do racismo é a sutil presença da negação e a “tirania dos silêncios”, como informa a escritora e feminista afro-estadunidense Audre Lorde (2019, p. 52). Negação de nossos corpos, nossas memórias, histórias individuais, compartilhadas e ancestrais. Aquela ideia de que negam o direito de existir em plenitude, fazendo-nos coexistir com as migalhas de oportunidades que se apresentam como o limite de até onde poderemos chegar.

Esses silêncios nos fazem entrar em contato com a expressão do medo: medo da aprovação, medo da reprovação, medo de errar, medo de acertar e arcar com as consequências disso. Silêncios cravados pela máscara de flandres/de ferro que dificulta que nos alimentemos da nossa negritude e gritemos nossa revolta. Romper as amarras dessas prisões coloniais-modernas tem sido desafios pesados: respirar, falar, escrever, existir e fazer com que nossas vozes ressoem.

Nenhum silêncio nos protegeu (LORDE, 2019), por isso muitas de nós estamos entrincheiradas nos remendos das escritas, tentando nos autodefinir e apostar na potência criativa desse processo, reinventando quem podemos ser e denunciando o sistema racista que tenta nos aprisionar em personas embranquecidas.

Fiquei tateando por onde começar a romper esses silêncios para este artigo, e quanto mais eu tentava, mais sentia medo e desânimo. Não são tempos fáceis para sentar-se e escrever sobre nós. O distanciamento social e a impotência de, mais uma vez, ver que somos a maioria entre os corpos levados pela pandemia², são de fazer amargar silêncios e engolir choros. São de não conseguir respirar por mais de cinco minutos e de sufocar até a morte como George Floyd³ ou de estar em casa, em distanciamento social, e ter seu corpo atravessado por um tiro de fuzil, como aconteceu com João Pedro⁴.

Começarei dizendo que este artigo é entrincheirado por relatos de experiências e faz uso da primeira pessoa do plural (nós) como forma de subversão da nossa existência negra, tal qual informa a socióloga e uma das pioneiras do feminismo negro brasileiro Lélia González:

² É uma pandemia em curso devido à COVID-19, que causa síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV2). Esta doença foi identificada na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019 e já tomou proporções globais. Possui um alto poder de transmissibilidade por contato. O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de mortes em números absolutos (UFPA, 2020). Do total de óbitos no Brasil, 50,1% são autodeclarados negros, segundo o Ministério da Saúde e o Boletim Epidemiológico (abril/maio). Com base nas subnotificações existentes, os números podem ser maiores!

³ Em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos da América (EUA), o afro-estadunidense George Floyd (46 anos) foi assassinado pela polícia estadunidense por suspeita de comprar um maço de cigarro com uma nota de U\$20 falsa em um supermercado. Por 8 minutos e 46 segundos o policial branco Derek Chauvin, que se encontrava acompanhado por outros três (Thomas Lane, J. Alexander Kueng e Tou Thao), ajoelhou-se no pescoço de George, que já estava algemado e repetia: I can't breathe! (Não consigo respirar). O assassinato foi gravado e divulgado. A cidade de Minneapolis foi às ruas exigindo que Vidas Negras Importam e um movimento se espalhou por outras 75 cidades dos EUA. George Floyd era motorista e trabalhava como segurança em estabelecimentos. Ele era um dos muitos demitidos em virtude da pandemia.

⁴ Em 17 de maio de 2020, no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro, Brasil, João Pedro Mattos Pinto, menino negro de 16 anos brincava com seus primos dentro de casa quando foi assassinado durante a operação policial da Polícia Federal e da Polícia Civil. Levou um tiro de fuzil calibre 5,56 pelas costas disparado do mesmo fuzil utilizado durante a operação policial, segundo o laudo da Polícia Civil, após estes jogarem bomba de gás lacrimogêneo e dar mais de 70 tiros na direção da sua casa, segundo testemunhas.

Quando falo de experiência, quero significar um duro processo de aprendizagem na busca de minha identidade de mulher negra, no interior de uma sociedade que me oprime e discrimina justamente por isso. Porém uma questão de ordem ética-política se impõe de imediato. Não posso falar em primeira pessoa do singular, de algo que é dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; me refiro às ameríndias e às amefricanas, subordinadas por uma latinidade que faz legítima sua inferioridade (GONZÁLEZ, 1988, p. 134, tradução minha).

Nessa perspectiva, as vozes da população negra carregam histórias atravessadas pelo racismo que se estruturou na sociedade e alcançou os modos de afirmação e negação das existências negras. Esse lugar da experiência do racismo marca o corpo negro e o coloca em lugares sociais dos quais se espera que jamais a pessoa negra saia, a saber, o lugar do silêncio, da servidão e do embranquecimento.

E por falar em branquidade (e não em branquitude), conforme a professora e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Zélia Amador de Deus (2008), cabe ressaltar que a sua história, em nosso País, é contada e alimentada pelos silêncios pactuados na sociedade, como

um fenômeno que podemos dizer surgido do tráfico transatlântico e da Diáspora africana. Portanto, nesse contexto, o Brasil não pode ficar de fora das discussões sobre a branquidade. O que distingue a branquidade, da negritude, é o fato da negritude se constituir um processo político de tomada de consciência de pertencer a uma raça que foi submetida à opressão colonial eurocêntrica. Enquanto que a branquidade, não é um processo de luta, mas um valor hegemônico que confere supremacia aos brancos. Valor que se mantém muito mais pelo silêncio que encobre uma memória herdada do grupo familiar (AMADOR DE DEUS, 2008, p. 121).

Compreender esse fenômeno implica recolocar a discussão no âmbito das relações raciais e trazer a brancura à responsabilização. Se negritude é um processo de luta e tomada de consciência, a branquidade⁵ é um sistema que atribui *status* de humanidade, superioridade, trânsitos e privilégios. Ou seja, trata-se de um processo coletivo, não podendo ser, portanto, resumido em brancos de maneira individual.

Quando Lélia González (2018) propõe a Amefricanidade, está preocupada em forjar referenciais que nos possibilitem romper os silêncios impostos pela branquidade, informando outra unidade histórica e cultural que marca as subjetividades e modos de constituição social que foram e continuam a ser apagados/embranquecidos desde a língua “portuguesa”. Acerca desta língua, ela aponta que está mais para um Pretuguês à lógica imperialista de considerar as

⁵ Ver Guerreiro Ramos em Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, 1957; Ruth Frankenberg em White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness, 1993; Zélia Amador de Deus em Ananse Tecendo Teias Na Diáspora: Uma Narrativa de Resistência e Luta das Herdeiras e dos Herdeiros de Ananse, 2019.

experiências de um continente diverso e marcado por um processo anterior ao de colonização resumido em um único país: “A América para os americanos⁶”.

As experiências dos negros que foram colonizados passam pela idiossincrasia da diáspora africana, que foi marcada pela ideologia da supremacia branca, com reflexos em uma hierarquia que pode dispensar ou não formas evidentes de políticas de segregação, a exemplo do *Apartheid* na África do Sul, e das leis estadunidenses “Jim Crow” ou, como ocorre no Brasil, com o mito da democracia racial, todas guiadas pelo embranquecimento e genocídio físico e simbólico da população negra (GONZALEZ, 2018).

O Pretuguês, enquanto um modo de ressignificação da linguagem, e a Amefricanidade, como uma construção diaspórica político-cultural, evidenciam esse embranquecimento das nossas histórias e memórias negras africanas, ao mesmo tempo em que criam possibilidades de romper com o discurso hegemônico e a língua oficial. São, portanto, formas de produzir conhecimento com base na dinâmica viva das experiências da população negra que seguem invisibilizadas e, se não lançadas ao esquecimento, são fixadas em temas ou recortes, mas raramente trazidas como fundamento da história e cultura desse País.

Assim, não pretendo esgotar as possibilidades de caminhos que essa temática pode seguir e muito menos ser representativa de todas as vozes negras, mas compartilhar relatos de experiências com o objetivo de acender a centelha para a questão do porquê mulheres negras têm medo de falar e escrever?

2 GRAFANDO OUTRAS NARRATIVAS E GARFANDO RESISTÊNCIA NEGRA

Acreditamos com frequência que não estamos produzindo conhecimento ao falar de nossas experiências vividas, as quais, a propósito, nada têm a ver com a “tábula rasa” dos empiristas. Trata-se, sim, de um lugar de referência e validação de saberes apoiados em um corpo histórico, localizável temporal e contextualmente (COLLINS, 2000), considerando que este corpo negro é dotado de uma expressão individual, coletiva e ancestral (AMADOR DE DEUS, 2011).

Uma das características de perpetuação do conhecimento de nossos antepassados foi/é a oralidade. Os Griots e as Griotes, acompanhados de instrumentos musicais, como o agô e

⁶ Doutrina Monroe. Proposta por James Monroe, em 1823, que advogava o fim da intervenção europeia na “América”. Por consequência de uma política imperialista de expansão capitalista-liberal, os EUA despontaram com seu julgo sobre os demais países da América e do mundo com intervenções militares, financeiras e de modos de vida.

o akoting, uma espécie de banjo, foram mensageiros oficiais e guardiões das tradições na África antiga, eram eles os responsáveis pela transmissão cultural, assim como pelas transações comerciais.

[...] estavam presentes em inúmeros povos, da África do Sul à Subsaariana, transitando entre os territórios para firmar tratados comerciais por meio da fala e também ensinando às crianças de seu povo o uso de plantas medicinais, os cantos e danças tradicionais e as histórias ancestrais. Diferente da civilização ocidental, que prioriza a escrita como principal método para transmissão de conhecimentos e tem historicamente fadado povos sem escrita ao âmbito da “pré-história”, em sociedades de tradição oral a fala tem um aspecto milenar e sagrado, e deve-se refletir profundamente antes de pronunciar algo, pois cada palavra carrega um poder de cura ou de destruição (PEREIRA, 2019).

São outras perspectivas de expressão e criação do conhecimento pouco reconhecidas ou valorizadas dentro de uma supremacia branca que elegeu a escrita, nos moldes como a conhecemos na atualidade, em um modelo de excelência, na tentativa de universalizar a codificação e as transposições da maneira de se comunicar e produzir conhecimento.

O povo Akan (atualmente, localizado na região de Gana e Costa do Marfim), por meio dos Adinkras grafados em suas vestimentas, expressam filosofias de vida, visões de mundo, suas histórias, memórias e cultura. São símbolos que comunicam memórias vivas. Adinkra significa “adeus”, pois seus primeiros usos foram em manifestações fúnebres. A partir de então, um vasto repertório de signos foi incorporado em sua língua e cultura e chegam aos dias de hoje como símbolos de resistência (CASTRO; MENEZES, 2009). Deste modo, assim como a Sankofa, um Adinkra carrega o sentido de retornar ao passado como referência para o agora.

Com esse movimento de olhar para os Griots e para as Griotes, para os Adinkras, para o Pretuguês e para outras possibilidades de construção de saber e validação de conhecimentos como linguagens epistêmicas, podemos encontrar formas para subverter a noção de intelectualidade branco ocidental que se fundamentou na escrita, sobretudo a acadêmica, tanto quanto para alimentar nossas negritudes nos reconectando com nossas histórias colonialmente interrompidas.

Quando nos questionamos por que as mulheres negras têm medo de se expressar, quase nunca levamos em consideração o racismo e suas interseccionalidades, bem como e a violência diaspórica que se atualiza ao longo das décadas. Uma das interlocutoras que

relataram suas experiências é a Flávia Ribeiro⁷ (2020), jornalista, mãe e ativista em movimentos negros, para quem:

Não é só uma questão de medo, é uma questão de vergonha também, de timidez, de achar que o que ela vai falar não é tão relevante, não é tão importante. Ela sente insegurança de falar, porque talvez esteja errado, talvez as pessoas riem, então é aquela questão de achar que tem uma outra pessoa que vai falar melhor que ela sobre esse determinado assunto. Talvez ela até saiba a resposta, mas ela tá acostumada a duvidar dela mesma e isso é muito fruto do racismo né, do machismo, enfim dessas opressões que estão impostas às mulheres negras, porque ela tá tão acostumada a ficar, a se sentir bem sendo invisível, porque ela tem medo até da exposição, porque, em alguns casos, a exposição quase nunca é feita de uma maneira positiva pra ela, quase sempre é uma experiência ruim se exposta né. Então eu acho que é basicamente isso, a gente luta a vida inteira contra isso pra ficar invisível, no cantinho da sala, para não ser exposta que as poucas que a gente viu que foram expostas, foram expostas de uma maneira ruim e a gente tem vergonha. É um medo-vergonha-insegurança, tudo junto.

Falar e escrever é se expor, colocar para fora anos de raiva e dor. Parece um atrevimento ousar ser vista e se colocar por nossos próprios parâmetros de autodefinição (COLLINS, 2016). Aquela pergunta da escritora chicana Glória Anzaldúa (2000, p. 230) fica martelando na cabeça: “Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever?”, pois, o racismo molda nossas subjetividades e chegamos a duvidar de nós mesmas, das nossas capacidades e habilidades de falar sobre algo que conhecemos profundamente.

A exposição dos nossos corpos é, historicamente, construída e resumida à figura estereotipada do negro como sinônimo de escravo. Quem quer ser aquele corpo acorrentado, sinônimo de olhares e risos durante as aulas de história? Ou aquele que rápido vira apelido ou motivo de piada quando associado a uma personagem de novela ou de programa de humor? Aprendemos a odiar ser negras e negros e vamos usar todo e qualquer subterfúgio para nos afastar de imagens que nos desumanizam e nos inferiorizam ainda nos dias de hoje.

Assim como mercadorias, o corpo negro serviria para o trabalho, para diversão hedônica e para a exposição – a vênus de Hotentote⁸ é exemplo fiel dessa violência e

⁷ Desde a minha dissertação de mestrado (2017), apresento relatos de experiência de mulheres negras, grafadas em primeira pessoa, registradas em itálico e com poucas partes suprimidas. Os nomes são mantidos ou não a critério delas mesmas. Nesse caso, todas as que trouxe como interlocutoras optaram por registrar seus nomes verdadeiros. Faço isso para trazê-las como coconstrutoras, e não como meros exemplos a serem respaldados por alguma referência acadêmica, seja branca ou negra. O procedimento foi perguntar em um grupo de mensagem instantânea composto por 26 mulheres negras: “Por que mulheres negras têm medo de falar, escrever, se expressar?” Quatro delas me responderam no privado e eu as trouxe aqui.

⁸ Nascida na África do Sul em 1789, com 1,35m de altura, aquela que ficou conhecida como *Vênus Hotentote*, ou *Vênus Negra*, pertencia ao povo Khoisan, cujos invasores europeus denominaram, mais tarde, de Hotentotes ou Bosquímanos. Saartjie Baartman, como foi denominada por seus senhores, permeou o imaginário europeu

“exposição ruim”. Se Elza Soares⁹ gritou a plenos pulmões que o corpo negro ainda é a carne mais barata do mercado; “Maju” Coutinho, que está à frente do Jornal Hoje, na emissora Globo, teve seus “erros” (gestos, nervosismos, falas, gramáticas) contabilizados e visibilizados em matéria da empresa UOL de 9 de outubro de 2019; do mesmo modo, a tese de doutorado¹⁰ de Luiz Valério Trindade pela Universidade de Southampton, na Inglaterra, apontou que, no interstício de 2012 a 2016, mulheres negras, na faixa de 20 e 35 anos, somam 81% dos alvos de discursos depreciativos na internet.

Desde o ano 2016, mulheres negras ativistas de diferentes grupos, e de forma independente, organizam, no dia 25 de julho¹¹, a Marcha das Mulheres Negras em Belém. Este evento envolve ações precedidas por uma campanha que visa fazer o tema e os debates em torno do racismo circularem pela sociedade. No dia da Marcha, o microfone é destinado, exclusivamente, para mulheres negras. Como este é um lugar de medo, mesmo quando a maioria esteja entre outras mulheres negras, são as mesmas pessoas que o assumem, raramente, uma voz diferente desponta entre a multidão. Do que temos medo?

Nesse âmbito, lembrei-me dos relatos da mamãe. Ela sempre conta que eu aprendi a ler muito cedo, em casa mesmo, por meio de um jogo de quebra-cabeça de madeira. Assim, ao ir para a escola, eu já sabia ler e escrever. Naquela época, como se podia adiantar séries, não fiquei na alfabetização. Fiz uma prova, cujo cheiro de álcool do papel com letras roxas ainda me vem à memória, e fui levada para a 1ª série do ensino fundamental, aos 6 anos de idade, pois eu “estava atrapalhando o desenvolvimento dos demais”, disse a professora. Eu me lembro da mamãe contando isso e me falando: “eu te dizia, quando chegar lá não é pra ler as coisas! Aí tu fazias tudo ao contrário, saía lendo e respondendo as coisas!” Uma outra professora chamou minha mãe para conversar, porque eu era uma ótima aluna, mas eu só vivia correndo no intervalo do recreio e jogando bola com os meninos. Eu era “uma pimentinha”, segundo a professora.

Nossa! São tantas lembranças. A inquietude e a curiosidade sempre me acompanharam! Mas eu não sei em que momento isso adormeceu e foi esquecido por mim.

devido a seus atributos físicos (hipertrofia dos lábios vaginais, esteatopigia etc.), foi considerada exótica, exposta em feiras, circos, desumanizada, tornada objeto e estudada *post-mortem* (BRAGA, 2011).

⁹ A música “A carne”, autoria de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti em 1998, foi reinterpretada em 2002 por Elza Soares no álbum do “Cóccix até o pescoço”.

¹⁰ Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2018, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/discurso-de-odio-na-internet-tem-mulheres-negras-como-principal>, acessado em: 1 de junho de 2020.

¹¹ Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A escolha da data de 25 de julho é oriunda do I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas realizado em Santo Domingo, na República Dominicana em 1992, ano em que foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas.

Demorei cinco anos para entrar em uma Universidade pública, pois eu não aceitava outra opção; sabia que, por mais trânsitos e possibilidades que continuo tendo, seria pesado, para os meus pais, me manter muitos anos em uma Faculdade particular. Por vezes, sentia-me muito burra, mas, no momento seguinte, lembrava-me de que eu dava aulas para minhas amigas sobre diferentes assuntos das mais diferentes matérias. Estudava diuturnamente até altas horas da madrugada, e a diferença era quase sempre uma questão, 1 décimo ou menos. Alguns diziam que era falta de sorte, porém eu acreditava que aquele lugar/esse lugar era inacessível para mim, que não era para mim.

Ganhei bolsa integral em cursinho, após gabaritar a prova. Gabaritei toda uma primeira fase de vestibular e, no final, o resultado era o mesmo. Pensei em desistir. Fiquei deitada na cama, chorando por horas. Minha mãe se sentou ao meu lado e me disse que estava tudo bem eu ficar triste, mas que eu era de uma família de mulheres fortes, que minha avó (mãe dela), minhas tias, ela e eu éramos mulheres fortes e, por isso, desistir não cabia. Mas se eu quisesse mudar de planos, ela me apoiaria.

Eu entrei na Universidade, cavei esse lugar, furei esse bloqueio perverso do racismo estrutural, que faz a gente crer que esse lugar não é para nós! Somente três pessoas da minha família entraram em uma Universidade pública: um tio meu já falecido, um primo e eu, a primeira mulher negra da minha família a ocupar esse lugar, sim! Conforme eu disse, o racismo nos faz crer que esse lugar não é nosso!

Como é notório, a minha história se trata de uma exceção, e não de apoio a uma meritocracia. Meus pais apostaram nos meus estudos, pois sabiam que ou era isso ou era trabalhar na estiva, no comércio. Não que isso seja demérito, mas em uma sociedade como a nossa, entrar na Academia é subir na vida, é ter a filha doutora! Pena que a realidade é mais cruel quando foge aos sonhos e às idealizações.

A idealização se sustenta até o momento de findada a graduação, pois, agora, já pode ser lançada ao mercado de trabalho e ser des-empregada. Ainda na graduação em Psicologia, eu entrei em contato com pessoas e movimentos que me fizeram ver a realidade da Universidade pública sob outras óticas e, com isso, ver a possibilidade de ir além da graduação, coisa que eu não sabia existir até então. Ser pesquisadora? Graduação bastaria, porém, hoje, venho tentando explicar em casa a minha presença em um doutorado.

Não tive nenhuma disciplina obrigatória ou optativa que me levasse à reflexão racial, embora eu estivesse em uma formação de Psicologia, que visa à compreensão das subjetividades, comportamentos, fenômenos, pessoa ou qualquer que seja o viés interpretativo

escolhido; o racismo, por exemplo, é uma realidade silenciada na Psicologia. Como se faz Psicologia antirracista? Recebi esta pergunta em certa manhã. Pois bem, eu não tenho a resposta e nem tenho obrigação de tê-la, mas ensaio que a resposta deve começar pela ação da branquidade de falar sobre racismo desde as epistemologias até as práticas que têm contribuído para o adoecimento da população negra ao não acolher nossos corpos e existências em sua plenitude, porém, principalmente, deve estar em “desaprender o racismo” (bell hooks¹², 2019).

Digo isso, porque, um País que alimenta as hierarquias por meio do mito da democracia racial e nos ensina a odiar tudo que é preto, africano, indígena, nega-nos nossa história, solapa nossa memória, mata nossos saberes e nossos corpos. Como ser uma intelectual negra sem sentir medo-vergonha-insegurança, se eu nem consigo respirar!?

É compreensível sentir o medo-vergonha-insegurança que acompanha mulheres negras e nos faz sustentar, por muito tempo, a máscara de ferro. Quantas vezes fui procurada por mulheres negras angustiadas porque sentiam que não conseguiam escrever, por mais que soubessem que eram muito boas nisso! Ou porque não tem creche na Universidade para deixar seus filhos. Ou porque o seu tempo de permanência no curso já estava acabando! Um tempo institucional que não respeita que, para além de todas as atividades acadêmicas para dar conta, é preciso livrar-se do medo-vergonha-insegurança e sentar-se para ler autores que, embora muito bons e instigantes, não falam sobre outras possibilidades de existir negro nesse mundo!

O silêncio nunca vai nos proteger! Pensei em diferentes formas de arrumar um emprego e largar o mestrado (2015-2017), pois eu não aguentava mais. O que me deu forças para terminar foi lembrar que eu estava ali/estou aqui como um corpo individual, coletivo e ancestral, atuando em prol de uma transformação social por meio da pesquisa que tem papel relevante diante da sociedade. Estou continuando os passos das minhas percussoras ao cavar um lugar para aumentar o número de pessoas negras nessas trincheiras.

Pessoas brancas podem se identificar com esse relato? Sim. Sem dúvidas, o processo de classe também é um marcador que aprofunda as desigualdades. Mas lembrem-se e, com honestidade, assumam que o processo histórico que os empurrou para a pobreza não é acompanhado pela vivência cotidiana do racismo. Não tiveram suas intelectualidades e formas de produção de conhecimento aniquilados historicamente, como informa a socióloga e

¹² bell hooks, nome adotado por Gloria Watkins como forma de subversão escrita, é sempre grafado em minúsculo.

doutora em Filosofia Sueli Carneiro, apoiando-se nas contribuições de Boaventura de Sousa Santos:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

É preciso trazer à baila a formação histórica do processo de construção e fundamentação dos conhecimentos para compreender por que mulheres negras têm medo de falar e escrever, para não cair nos vícios das respostas fáceis e racistas. Escrever também é subverter, é fazer levantes intelectuais, ativismo e pressão na estrutura mesmo sabendo que as ferramentas do senhor não derrubarão a casa grande, como disse Audre Lorde (1979-2019). Contudo, como um espaço de formação de opiniões e com ares de autoridade de saber e poder, precisamos, taticamente, seguir trilhando os passos das mais velhas – na luta por educação libertadora e antirracista (ver Zélia Amador de Deus, 2008; Ângela Davis, 2016).

Esse cuidado é circular, no qual mais velhas e mais novas se encontram em processos de trocas comunitárias. Por isso mesmo, a responsabilidade e o comprometimento que temos é grande, para não reproduzirmos as práticas coloniais que nos aniquilam também. Aprendemos a nos odiar e, por consequência, a direcionar o mesmo ódio para aqueles que vão se assemelhando conosco e lembrando nossas raízes. Assim, é preciso estar atentos e vigilantes, como informa Socorro Clemente, professora de Letras (Língua portuguesa) e ativista no movimento negro:

Em primeiro lugar, em um encontro da Rede Fulanas¹³, fui escolhida pelo meu grupo, que era formado por professoras, para falar em relação ao sistema educacional sendo professora preta, onde teríamos que dizer o que nos faltava. Cheguei até uma das responsáveis do evento e relatei que eu havia sido escolhida

¹³ Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira surgiu em 23 de março de 2008, sendo apresentada oficialmente no dia 23 de novembro de 2008. A ‘Fulanas’ foi lançada durante o V Encontro de Mulheres Quilombolas, na sede do município de Inhangapi-PA e, em 11 de dezembro de 2008, foi oficializada a Regional Amapá da Rede Fulanas. O termo Fulanas se refere a etnia africana Fulas que foi traficada para o Brasil. Disponível em: <https://redefulanas.com>

para falar. Veja o que eu ouvi de uma mulher preta igual a mim: "olha lá vê bem o que vais falar, tu estás preparada?" Eu te pergunto: de que maneira eu não ficaria temerosa em falar em eventos? Se até uma mulher preta igual a mim subestima a minha inteligência? Isso me marca profundamente. Muitas vezes tenho argumentos em eventos, mas me mantenho em silêncio. Isto que ouvi de uma igual mexeu com a minha segurança em falar em público.

As artimanhas que nos silenciam são muitas. É preciso que aprendamos a amar a negritude, ou seja, a descolonizar as mentes e romper “com o tipo de pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização etc.” (bell hooks, 2019, p. 58). Esse autoexame é um mergulho traumático nas violências sofridas, e se configura como um processo descontínuo e dolorido que, invariavelmente, nos coloca diante da raiva.

Audre Lorde (2019) fala que reagimos com raiva ao racismo. Diferentemente do ódio, que tem por um de seus destinos o corpo negro, a raiva tem potencial de mudança se experienciada e direcionada para nos movimentar. Para Lorde, expressar a raiva também é aprender a ir de encontro àqueles que nos queriam amordaçados e satisfeitos com as migalhas, internalizando o (auto) ódio em um ciclo retroativo para afastar a negritude. Como não sentir raiva diante das mortes de George Floyd, João Pedro, Ágatha, Cláudia e Marielle, da prisão de Rafael Braga e do cotidiano do racismo, que parece infinito na vida das pessoas negras?

Nas Academias, ainda somos vistos como pessoas hostis se desafiamos os lugares onde nos querem deixar. Mesmo depois de furar os bloqueios seletivos para sentar nas cadeiras das Universidades e não mais apenas limpar o chão de suas salas de aula, somos excluídos dos ciclos referenciais da produção de conhecimento por docentes (mesmo negros, mas colonizados) que não conseguem sair dos seus círculos de leitura e referência branco-ocidental para expandir o seu arcabouço de vivência/intelectual para estudar o que têm dito e produzido intelectuais negros. Como não sentir raiva?

Fomos impedidas, historicamente, de sentir raiva em uma dualidade: sentimentos bons e sentimentos ruins, sendo que estes últimos precisariam ser expurgados. Audre Lorde (2019) diz que devemos nos permitir ser afetadas pela raiva para melhor conhecer a nós mesmas, deslocando-a para um processo de aprendizagem em que precisa ser comunicada para não nos levar à destruição. Afinal, a raiva que todos deveriam sentir em relação a existência do racismo deveria ser maior do que aquilo que sentem ao se depararem com a raiva expressa por mulheres negras e homens negros.

Se a expressão da raiva gera culpa, paralisa a todos, pois não permite que as diferenças sejam percebidas como possibilidade de agência em um País multicultural como o nosso. Assim:

Mulheres de cor na América cresceram em meio a uma sinfonia de raiva, de serem silenciadas, de serem derrotadas, sabendo que, ao sobrevivermos, fazemos isso apesar de um mundo que odeia o simples fato de existirmos quando não estamos a seu serviço. E chamo de *sinfonia* em vez de *cacofonia* porque tivemos que aprender a orquestrar essas fúrias para elas não nos destruírem. Tivemos que aprender a nos operar entre elas e a usá-las como força, e potência, e clareza no dia a dia. Aquelas de nós que não aprenderam essa difícil lição não sobreviveram. E parte da minha raiva é sempre uma saudação às minhas irmãs que se foram (LORDE, 2019, p. 162).

3 FALAR E ESCREVER: ESCAPANDO ÀQUILO QUE NOS APRISIONA

“Escrever é perigoso” (ANZALDÚA, 2000, p. 34), informa Glória Anzaldúa, escritora chicana estadunidense que nos incentiva a ver a escrita como uma aliada e, ao mesmo tempo, a lançar mãos das várias formas de grafar nossas memórias, seja como poesia, crônica ou autobiografia.

Nesse jogo com a branquidade, a população negra segue existindo e sobrevivendo em negociações constantes tanto para afirmar um lugar, pertencer e combater as violências cotidianas quanto para construir territorialidades que nos permitam enegrecer. Em uma condição limítrofe que acompanha os corpos negros na luta pela sobrevivência, às vezes calamos e recuamos como tática de sobrevivência, mas sempre esperando a hora certa de jogar a capoeira da vida¹⁴.

Retomei o acompanhamento psicanalítico tem mais ou menos um ano e meio e percebi que sempre tive necessidade de aprovação e achava que o tanto que fosse o que eu me doasse, nunca seria suficiente. Isso tem muito a ver com diversas violências racistas dentro e fora de casa. Acho que sempre tive dificuldades em falar, de mim principalmente, por medo do que eu iria ouvir e por não ter recurso psíquico mesmo pra sustentar as mágoas que vinham junto do que se transforma em discurso. Além disso, ficava um pé atrás com a maneira como o outro ouvia o que foi dito, se com escuta de fato ou deslegitimando aquilo que me causava sofrimento. Tudo tem várias explicações né, mas acho que o medo de transformar em discurso e se deparar com esse trauma é impeditivo pra que se fale.

¹⁴ Essa ideia foi proferida pela agrônoma e uma das fundadoras do CEDENPA, Nilma Bentes, e batizada por Zélia Amador de Deus como “estratégia ginga do capoeirista”, durante o Encontro de Negras e Negros do Pará, realizado em Belém-PA no dia 10 de agosto de 2019.

A cientista social e mestranda Tainara Pinheiro (2020) informa sobre o medo de se deparar com os traumas que não são acolhidos pela audiência em geral, mas especificadamente pela escuta psicológica. Ao nega-se a dor, nega-se a sujeita/o sujeito. E nesse acordo ao pacto do silêncio racial, impossibilitamos a pessoa negra de se reconstruir positivamente e de forma saudável. Em um processo longo e dolorido de estar diante dos traumas causados por uma sociedade que tem no racismo uma “neurose cultural brasileira” (GONZÁLEZ, 2018, p. 191), falar tem por imperativo a escuta de si, mas também a escuta do outro. Quem é esse outro que ouve?

No geral, a pessoa negra tem que provar que é boa em algo duas vezes mais que qualquer branco “mediano”, para mostrar que é capaz de estar em uma Universidade, por exemplo, que é capaz de pensar por si só, que é legítima para produzir conhecimentos, que pode respirar em um mundo racista. Mesmo assim, às vezes isso não funciona e coloca as pessoas negras em lugar exaustivo e causador de estresse e angústias.

Sabe quanto tempo demora para reconstruir a autoestima de uma pessoa negra? Eu também não sei! Por mais que o discurso esteja na ponta da língua e tenha havido a transformação da linguagem em ação (LORDE, 2019), isso coexiste com choros, dores e sufocamentos por não conseguir respirar, “pra sustentar as mágoas”. Ainda que tenha havido avanço, por exemplo, a cada “black” solto e pentes garfos para o alto em um brado de “Preto é lindo”, aumento de traduções para o português das obras de intelectuais negras, aumento de estudantes negros nas Universidades, o racismo permanece. São anos de dores e traumas que ainda estão sendo ressignificados.

É o que informa a Dennyse Sousa (2020), concluinte no curso de Enfermagem e artesã, uma daquelas mulheres que não se vê como uma intelectual negra:

Eu acredito que é por conta da construção que o racismo faz né, desde... a gente sempre fala que a escola é um lugar muito violento pra crianças negras e isso é muito verdade porque as nossas falas não são levadas em consideração desde esse processo, desde lá de trás. Eu já vi muitas piadas também de professoras, professores em relação a crianças negras dentro da sala de aula, casos de racismo mesmo de falar do cabelo e tal e tem sempre aquelas comparações da criança “nerdzinha”, branquinha que é mais bonitinha. Isso tem muito em escola. Mesmo em escola pública que a maioria é negra, a branquinha é que vai ser bonitinha, a criança né. Então a criança negra vai sendo negligenciada mesmo até nesse processo de aprendizagem de se expressar e, com a construção disso, a gente vai crescendo e vai ficando com medo de falar, porque a pessoa preta não pode errar, nem na escrita, nem na fala, em nenhuma forma de se expressar pode errar, tem que ser sempre melhor que o outro pra conseguir. Nem é pra ficar em evidência né, mas não ser repreendido né, e acho que é isso. E aí, quando a gente cresce, esses medos, essas coisas vêm todas com a gente, a gente carrega tudo isso. E no meu exemplo, eu por exemplo, tinha muito, muito, muito medo de me expressar, eu tinha muito

medo de falar, eu tenho ainda. Esse medo eu consegui romper um tanto né, porque eu entrei na Faculdade, tive acesso a umas leituras que me permitiram ter um conhecimento mais preciso sobre algumas questões. Mas tem coisa que eu não sei tudo, óbvio, ninguém sabe tudo. Então esse medo de errar, medo de ser rejeitada, falo de ser rejeitada mas não essa palavra, por exemplo, te postar algum conteúdo nas redes sociais e ser rejeitada ou ser cancelada, sei lá, ou não ver, ou a galera não ver, não aderir e tal. É... eu consegui romper esse processo de silêncio, eu já consegui falar um pouquinho, me expressar um pouco mais né, com alguns assuntos que eu domino. Mas a escrita, nesse momento, vem sendo assim uma pisa porque a gente é tão negligenciada mesmo desde lá, de pequena, a gente não é estimulada e nem ensinada a escrever. Isso é uma unanimidade né. Mas aí, quando a gente tem uma oportunidade que não é muita gente que tem, por exemplo, eu tive a oportunidade de entrar na Faculdade né; eu saí do ensino médio né, eu também tive o privilégio de estudar no IF[PA] por um tempo e, lá, a gente teve uma iniciação assim bem basicona de como escrever e tal. Não é nem de como escrever, é de como, só de conhecer mesmo o que é introdução, o que é metodologia, o que é isso e o que é isso. Mas a gente pouco fazia isso né, a gente tinha um projeto de conclusão, mas assim né, não é nada de extraordinário, até porque é ensino médio. Então, quando eu entrei na Faculdade, eu tava crua nisso, não tinha leitura de metodologia, de nada dessas coisas, e a maioria não tem né, mas assim, muita gente já tinha. Então eu fui ficando pra trás e eu fui negligenciada também nesse processo. Apesar de eu correr muito atrás disso, eu nunca consegui alcançar. Quando eu tava aprendendo alguma coisa sobre metodologia, já tinha alguém escrevendo, publicando, sabe. E agora, esse processo de escrita do meu TCC, por exemplo, vem sendo uma pisa porque eu tô aprendendo, assim, eu sempre quis fazer isso sozinha né, porque o que eu...eu sempre fiz sozinha as coisas né, e como eu quis fazer isso sozinha, eu acabei errando tudo, é mais difícil fazer. E aí, na hora quando eu pedi ajuda, já tava muito em cima e, enfim, é isso. É muito difícil esse processo mesmo de escrever, vem sendo horroroso, de me expressar através da escrita, apesar de eu saber muita coisa, eu saber o que eu quero escrever. Mas, essa negligência mesmo, do ensino e do aprendizado, tá refletindo completamente na minha escrita, na minha não escrita né.

De quantos modos diferentes o sistema desumanizou Dennyse Sousa e muitas de nós para chegarmos ao ponto de não acreditarmos em nós mesmas? Particularmente, presenciei um desses momentos em que seu silêncio foi rompido. Era um ato intimista em frente ao Quilombo da República¹⁵, em virtude do assassinado da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. Aquele microfone, de uso exclusivo para mulheres negras, fez ressoar a sua voz trêmula, tentando buscar as palavras e conter as lágrimas. Às vezes, conseguimos romper com o medo e o silêncio!

A negligência, o medo, a insegurança, a pisa. “A gente carrega tudo isso”, não porque aguentamos tudo, mas sim porque a carne negra foi forjada na dor e aprendendo a se reinventar para sobreviver, porém não por um processo romântico de superação. A negra e o negro são aqueles que precisam andar na corda bamba do sistema, senão o chicote afiado

¹⁵ Espaço de resistência do povo negro, localizado na Praça da República. Atualmente, é similar uma banca de revista com estrutura de ferro que serve para venda de roupas, livros e para realização de atividades do movimento negro. Esta estrutura foi colocada por Nilma Bentes durante uma madrugada quando a administração pública responsável pela praça da República queria tomar o espaço das posses do CEDENPA. Disponível em: <http://cedenpa.org.br/Quilombo-da-Republica>

estará sempre pronto para acertar o corpo negro, que sofre com o não pertencimento em um mundo branco e pelo medo constante da rejeição pública em um pelourinho qualquer.

Não se espera ver uma mulher negra ou um homem negro ocupando as cadeiras da erudição, e sim o banco do réu. O movimento deve ser o de subverter a noção de intelectualidade e de conclamar outros saberes e vozes como intelectuais para dentro e para fora das Universidades. Como informa a socióloga e feminista afro-estadunidense bell hook (1995, p. 468) “Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. [...] intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla”. Quem outorgou à ciência o direito de dizer que uma negra pobre e periférica não seria intelectual? Carolina Maria de Jesus, escritora negra, está aí para provar o contrário com sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”. Minha avó que curava a garganta com copaíba e as demais que não puderam entrar nas Universidades, também são intelectuais!

A essa altura, alguém que ousou continuar a ler este artigo já deve ter vociferado que “é militante demais”. Eu concordo, embora tenha preferência por ativismo, ativista. Durante séculos, o saber hegemônico branco-colonial se impôs como único e universal, pregando uma neutralidade apolítica, ahistórica, milimetricamente previsível e controlável. Quando mulheres brancas, mulheres e homens negros chegam à Academia e, nesse espaço, começa-se a marcar/denunciar quem são os corpos predominantes, aponta-se que nossas vozes não são produtoras de conhecimento, no entanto, historicamente, os nossos corpos foram transformados em objeto a ser estudado por uma ciência pretensamente neutra.

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Ou seja, se a pessoa negra está fora da Academia, dizem que ela não conhece os paranauês da ciência; se está dentro, é militante demais. Na verdade, dentro ou fora, o que deve ser excluído, na visão da branquidade, é a voz, a escrita, a expressão da negritude, a pele preta, o negro e seus dramas, que precisam ser recontados como mais um que vai servir de exemplo: o negro sofrido que veio de baixo e venceu; se os outros negros não conseguem é

porque não querem. Assim, a responsabilidade é deslocada da branquidade e apontada para o negro e a negra, desde a escola discriminados.

Em minha dissertação de mestrado, apontei como o racismo, enquanto experiência subjetiva, mata em vida e desumaniza até alcançar as camadas mais íntimas da nossa existência ou o modo como nos vemos, que sempre é instituído a partir da lente do colonizador. Invariavelmente, essa comunicação se dá no momento de violências. Mesmo quando a aparente certeza da cor da pele não deixa dúvidas, a experiência dos racismos anuncia esse lugar a ser subvertido e ressignificado. Assim, mesmo que não haja como afirmar que, para ser negro, tem que ter sofrido racismo, não há dúvidas de que todo negro vive essa experiência (CÂMARA, 2017).

Nesse processo, embranquecer é a regra que guia o ideal de mestiçagem e sustenta o mito da democracia racial apoiado em identidades embranquecidas como morena, pardo, mestiço ou qualquer outro termo que nos afasta da negritude e corrobora com o genocídio da população (CÂMARA, 2017). Por isso, é indispensável o contato com referências que comuniquem outras possibilidades de existir negro em uma sociedade racista, e que contribuam para o despertar de uma consciência-movimento crítica a respeito de nós mesmos, rompendo, assim, o pacto do silêncio racial.

Romper em alguns âmbitos os vários silêncios não significa que esses silêncios deixaram de existir, porque “quando eu tava aprendendo alguma coisa sobre metodologia já tinha alguém escrevendo, publicando”. Isto é, as regras do jogo estão sempre mudando. Quebrar o silêncio é começar a controlar o medo e se deixar afetar pela raiva que dará início a outros processos, ainda que continuem caminhando lado a lado com os traumas e as sequelas do racismo persistente.

Escrever, de fato, pode ser uma experiência horrorosa, porque aprendemos o quão cruel é a audiência que quer nos fixar em estereótipos ao nos fazer crer que não somos capazes de produzir conhecimento e, minimamente, fazer-nos ser compreendidos. Faz parte dessa estratégia deixar quem, hegemonicamente, já está nas Academias ir aos quilombos, às aldeias ou fuçar nossa mente e nossos corpos, para serem os únicos a poder escrever e falar sobre nós. Por que também nos privam de falar sobre nós? E, mais ainda, por que têm medo dos nossos próprios critérios de validade e de legitimação dos saberes?

A negra e o negro quando conseguem, por fim, romper os silêncios e escrever, com todo suor e lágrima, ou caem no esquecimento (ostracismo intelectual) ou o negro/a negra vira tema, isto é, negro só é lembrado para falar sobre racismo. Em outros casos, por exemplo,

transformam o “Novembro Negro – Dia da Consciência Negra (20)” que, para nós, é um marco a qual muitas entidades lutaram para colocá-lo no calendário nacional, num momento de caça aos negros que sempre estiveram aqui para falar sobre os racismos de todos os dias do ano.

O problema nisso tudo é que, mais uma vez, o sistema tenta nos aprisionar: você quer falar sobre isso? Ok, toma aqui teu lugar e momento para isso. Como se nos demais meses do ano, por exemplo, não estivessem em vigor as Leis 10.639/03 e 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino das histórias afro-brasileiras e indígenas no País. É preciso, inclusive, que as Instituições de Ensino Superior aprofundem e, verdadeiramente, também se comprometam com a formação antirracista dos futuros profissionais, e não restrinjam este assunto apenas às licenciaturas.

A negra e o negro tema também aparecem em uma mesa composta por cinco participantes brancos e apenas uma pessoa negra. Isso não significa estar rompendo com a ordem instituída. Quantos negros existem no País? A representatividade também pressupõe proporcionalidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dados de 2019, pessoas pretas e pardas somam mais de 56,10% do total demográfico. Onde está, então, a grande parcela de nós, se não aprisionados, desempregados, abandonados, enterrados, sufocados?

Dessa forma, continuam a nos afastar, paternalmente, dos caminhos da produção e dos estados de arte da ciência, encerrando-nos em uma permissão tutelada para existir: como aquele que fala sobre si, de um problema nosso, para aqueles que estão “curiosos” para nos ouvir falando sobre “isso”, e que não seja de maneira muito ríspida, pois temos que estar dispostos ao diálogo. Não à toa, ainda é real que, para ter contato com algum pensador negro ou negra, é preciso um professor, geralmente, também negra/negro que, igualmente, rompeu obstáculos para estar ali. Quando não é assim, o contato é feito por meio de alguma disciplina que aborde o tema das “relações raciais” em algum campo maior de pensamento, por exemplo, de “Direitos Humanos”. Neste caso, sendo disciplina optativa, quando deveria ser obrigatória ou, indo mais a fundo, que deveria ser estudada transversalmente em todas as outras, afinal, o racismo é um problema que os brancos precisam se responsabilizar e assumir para si.

Ainda sobre as questões das políticas afirmativas, já sabemos que a quantidade de estudantes negros vem aumentando ao longo do tempo na maioria das Universidades do Brasil, ainda que estejamos atrás da quantidade de brancos. A pergunta é: por que essa mesma

mudança não vem acompanhada de uma maior quantidade de docentes negros? Precisaremos esperar mais uma Zélia Amador de Deus desbravar o caminho para que esse quadro se altere? E por falar nela, precisaremos esperar mais quantas décadas de novo para que as contribuições de outras/os docentes negras sejam notadas? É melhor nem começar a falar sobre as pífias políticas afirmativas de cotas que, raramente, são implementadas e respeitadas nas pós-graduações.

Por fim, nesse processo, coloquei-me em dúvidas várias vezes, questionei-me diversas vezes, mas sigo tentando me livrar pouco a pouco dos obstáculos que me aprisionam em silêncios. Assim, ao me perguntarem o que eu faço com a minha raiva, direi que escrevo.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

4 ESTAMOS APENAS NAS CONSIDERAÇÕES

A essa altura dessa escrita, fui tomada pela raiva, mais uma vez, com a morte do menino Miguel de cinco anos de idade ocorrida na cidade de Recife, Brasil. A criança negra estava aos cuidados da patroa branca enquanto a mãe negra havia descido para levar a cachorra para passear no térreo. Nesse momento, a criança queria ver a mãe. A patroa leva Miguel para o elevador e aperta um número acima do andar no qual estavam. A criança negra sai do elevador perdida, consegue avistar a mãe por uma entrada de ar-condicionado localizada no 9º andar, de onde cai.

Assim, ninguém tem o direito de nos pedir calma, dentro ou fora das Academias, pois nós temos pressa. Lélia González (2018) relembra uma frase de Sartre ao ser questionada se suas ações e pensamentos seriam um tipo de racismo às avessas. Ela responde:

“Se você manteve a coluna vertebral de alguém dobrada durante anos, no momento em que a pessoa se levantar não espere um olhar de gratidão”. [...] Por outro lado, quem criou o racismo não fomos nós. O racismo, enquanto teoria, enquanto ideologia que sustenta toda uma formulação científica, é uma invenção dos brancos. [...] (GONZÁLEZ, 2018, p. 371),

Dessa forma, não esperem um olhar de gratidão se não conseguem assimilar seus racismos e os impactos que isso tem sobre as nossas vidas concretas. Combater o racismo está para além de autodeclarações, pois também é um processo de desconstrução que posiciona os racistas diante das violências que nos causam. É, além disso, colocar os benefícios que pessoas com privilégio racial colhem a favor do fim do racismo, por não serem alvos diretos da violência policial ou não serem “serviços essenciais”¹⁶, e serem obrigados a trabalhar durante uma pandemia, por exemplo.

A nós cabe a difícil missão de reconstruir a nossa potência criativa de aprender a amar nossa negritude (bell hooks, 2019), mesmo que isso signifique encarar os traumas e violências que nos assombram cotidianamente, por meio de outros processos que nos levem a ressignificar a nossa existência com base em outros modelos de identificações pautados em nossas próprias referências e legitimações de saber. Foi, por exemplo, o que levou à constituição do grupo de estudos “Feminismo Negro: a voz que querem calar” no ano 2018 em uma Universidade particular no Pará, após diversos relatos de racismo na Instituição (MARTINS, OLIVEIRA, MOURA, 2019). Esta é uma das formas de tensionar, acolher e dar sentido às existências negras nesta cidade, conforme o texto “A voz que tentam calar: relatos de um grupo de estudos” (2019).

Nesse processo, somos levadas a nos organizar de diversas formas e a atuar em coletividade para, junto com outras semelhantes, ter esse espaço da escuta, que é rotineiramente negado, ter um lugar para pensar as pluralidades das existências negras e reinventar formas de pensar e agir. Foi o que inspirou o texto “Rede de Mulheres Negras e Rede de Ciberativistas Negras - Pará - Construção identitárias negra amazônidas coletiva e contra narrativas insurgentes” (SOUSA, 2019).

E dentro dessa diversidade de modos de ser negras, quando interseccionadas com marcadores que fogem à heterossexualidade, faz-se necessário que as diferenças movimentem mudanças intragrupo de mulheres negras e rompam com essas imposições que violentam e

¹⁶ Referência à medida decretada pela prefeitura de Belém no dia 6 de maio de 2020 ao considerar o serviço das empregadas domésticas como serviços essenciais durante o período de *lockdown*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/06/prefeito-de-belem-inclui-domesticas-entre-essenciais-antes-de-inicio-de-lockdown>

matam outras de nós. Foram essas as contribuições trazidas no texto “Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta” (LUZ, MIRANDA, SILVA, 2019).

Os três artigos mencionados são autoria de mulheres negras da Amazônia que produzem conhecimento, um outro atravessamento que aprofunda a dificuldade de ressonância das nossas vozes. Foram aqui citados, pois trazem as suas contribuições para alargar o espectro do que consideramos fazer ciência e para subverter aos que dizem que não escrevemos. Por fim, são mencionados para mostrar a outras mulheres e homens negros que, por mais difícil que seja e medo que tenhamos, nós podemos escrever!

Assim, para compreender por que mulheres negras têm medo, insegurança e timidez para se expressar, busquei abordar, no presente artigo, o sufocamento de nossas formas de produção de conhecimento e como isso gera impacto em nosso cotidiano perverso. Apresentei, posteriormente, o negro tema como formas de captura do sistema neoliberal-racista e, por fim, tentei apontar que escrever é perigoso, porque pode incendiar ideias e mudanças que o racismo não quer escutar e, por isso mesmo, tenta nos silenciar e sufocar até a morte.

Diante do cenário de caos e pandemia, o único silêncio aqui advogado é o Atotô! Pois, devemos reverência ao Senhor que está na terra e aos nossos ancestrais. Que minha mãe interceda pelo seu povo negro, Salubá!

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Os Herdeiros de Ananse**: Movimento Negro, Ações Afirmativas, Cotas para Negros nas Universidades. 2008, 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **O corpo negro como marca identitária na diáspora Africana**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Bahia: UFBA, 2011.

ANZALDÚA, Glória. Falando em Línguas: Uma Carta para as Mulheres Escritoras do Terceiro Mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 229-236, 1º semestre 2000.

bell hooks. Amando a negritude como resistência política. In: bell hooks. **Olhares Negros: Raça e Representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

bell hooks. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jun./dez.1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>. Acesso em: 08 ago. 2013.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres Negras Amazônidas Frente à Cidade Morena: o Lugar da Psicologia, os Territórios de Resistência**, 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação). Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Jacqueline Aparecida Gonçalves Fernandes de; MENEZES; Marizilda dos Santos. Design étnico: A Identidade Sociocultural dos Signos. In: MENEZES, Marizilda dos Santos; PASCHOARELLI, Luis Carlos (org.). **Design e planejamento: aspectos tecnológicos** [online]. São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mw22b/pdf/menezes-9788579830426-03.pdf>

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: Patrícia Hill Collins **Black Feminis Thought. Knowledge, Conciousness, and the Politics of Empowerment**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000. Tradução solidária Heloísa Adegas e Juliana Lopes, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, janeiro/abril, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo latinoamericano. In: Mujeres, Crisis y Movimiento. América Latina y el Caribe. **ISIS INTERNACIONAL**, Chile, v. 9, p. 132-141, jun., 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Mujeres, Crisis y Movimiento. América Latina y el Caribe. **ISIS INTERNACIONAL**, Chile, v. 9, p. 190-214, jun., 1988 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf

GONZÁLEZ, Lélia. Primavera para as Rosas Negras. In.: Lélia Gonzalez/ União dos Coletivos Panafricanistas **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em Primeira Pessoa**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p. 369-379.

GONZÁLEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. In: Lélia Gonzalez/ União dos Coletivos Panafricanistas. **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em Primeira Pessoa**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p.321-334.

LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. As Ferramentas do Senhor Nunca Derrubarão a Casa Grande. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. Os Usos da Raiva: As Mulheres Negras Reagem Ao Racismo. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUZ, Agatha Leticia Eugênio da; MIRANDA, Juliana Damasceno de; SILVA, Aiana Hana Sarges. Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 15, jan./jun., 2019.

MARTINS, Ingrid Fabiane Gonçalves; OLIVEIRA, Jessica Mariane Gonçalves de; MOURA, Thaís de Souza. A voz que tentam calar: relatos de um grupo de estudos. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_9109105cca2dc48c36d.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

PEREIRA, Joseane. **Até os Dias de Hoje os Griots Seguem em Seu Papel de Guardiões da Tradição**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/griots-os-contadores-de-historias-da-africa-antiga/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOUSA, Sabrina Figueiredo. Rede de Mulheres Negras e Rede de Ciberativistas Negras - Pará - Construção identitárias negra amazônicas coletiva e contra narrativas insurgentes. In.: VI Simpósio Internacional LAVITS, 2010, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, LAVITS, 2019. Disponível em: <http://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/FigueiredoSouza-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 04 jun.2020.

NOIVAS COM CLASSE: ECONOMIA E MORALIDADE NA DISPUTA PELO VALOR DE VESTIDOS NO MERCADO DE CASAMENTOS

Michele Escoura¹

RESUMO: Por ano, o mercado especializado na produção de festas de casamento tem movimentado cerca de R\$ 17 bilhões no Brasil. Sob novo impulso comercial, as tradicionais festas de família têm se transformado em eventos espetaculares, feitos para surpreender e fascinar centenas de convidados. E, nesse cenário, o traje de gala daquela que se pressupõe a “personagem principal” da ocasião é item que aparece recoberto por uma áurea de magia, alvo de imprescindível engajamento e, consequentemente, de disputa. O presente artigo parte de material de campo produzido com base em observações em diferentes lojas de vestidos de noivas em São Paulo e de entrevistas com noivas no processo de organização de suas festas na capital paulista e em Belém, no Pará. Mostra como, dentro da enorme variação de produtos disponíveis no setor, um vestido de noiva é sempre previsto como um artigo de luxo e, portanto, caro para quem o veste. Desse ponto, persegue as controvérsias sobre materiais, técnicas e atendimentos que delimitam as fronteiras da concorrência do mercado; especialmente, problematiza a disparidade de preços entre as mercadorias tensionando sua noção de “valor”, para evidenciar como seus aspectos econômicos também estão intimamente imbricados a disputas morais.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia. Valor. Distinção Social. Casamentos.

CLASSY BRIDES: ECONOMY AND MORALITY IN DRESSES VALUE CONTEST AT THE WEDDING MARKET

ABSTRACT: Per annum, the specialized market in the production of wedding receptions moves about \$ 17 billion in Brazil. Under a new commercial momentum, traditional family parties have turned into spectacular events designed to surprise and fascinate hundreds of guests. And, in this scenario, the gala costume of supposed "main character" of the occasion is an item that appears covered by a magic spell, focus of indispensable engagement and, consequently, of dispute. This article starts from field material produced from observations in different bridal dress shops in São Paulo, and from interviews with brides in the process of organizing their parties in São Paulo and Belém, Pará. In the text I show how, within the huge range of products available in the industry, a bride dress is always predicted as a luxury thing and therefore expensive for those who wear it. From this point, I pursue the controversies over materials, techniques, and attendance services that delimit the boundaries of wedding market competition, and especially I question the price disparity between commodities by tensing their notion of 'value' to show, finally, how their economic aspects are also closely intertwined to moral disputes.

KEYWORDS: Ethnography. Value. Social Distinction. Weddings.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA) na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com tese vinculada aos Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP).

NOVIAS CON CLASE: ECONOMÍA Y MORAL EN LA COMPETENCIA DE VALOR DE VESTIDOS EN EL MERCADO DE BODAS

RESUMEN: Cada año, el mercado especializado en la producción de bodas se ha invertido alrededor de R\$ 17 mil millones en Brasil. Bajo un nuevo impulso comercial, las fiestas familiares tradicionales se han convertido en eventos espectaculares hechos para sorprender y fascinar a cientos de invitados. En este escenario, el traje de gala de lo que se supone que sea el "personaje principal" de la ocasión, es un artículo cubierto por un aura mágica, objeto de comprometimiento indispensable y, en consecuencia, de la disputa. Este artículo parte del material de campo producido a partir de observaciones en diferentes tiendas de vestidos de novia en São Paulo, y de entrevistas con novias en el proceso de organizar sus fiestas en São Paulo y Belém, Pará. Muestro cómo, dentro del Gran variedad de productos disponibles en la industria, un vestido de novia siempre se proporciona como un artículo de lujo y, por lo tanto, es costoso para quien lo usa. Desde este punto, persigo las controversias sobre los materiales, las técnicas y los servicios que delimitan los límites de la competencia en el mercado y, especialmente, cuestiono la disparidad de precios entre los productos básicos al tensar su noción de 'valor' para mostrar cómo sus aspectos económicos también están estrechamente entrelazados a disputas morales.

PALABRAS CLAVE: Etnografía. Valor. Distinción Social. Bodas.

1 NO TERRENO DO VÉU E DA GRINALDA

“Faltou a vendedora”, foi a conclusão de Alice, de 30 anos, enquanto reconstituía, por meio de sua memória, as cenas de rejeição provocadas por seu vestido². Ao contrário das outras noivas, como uma interlocutora de Belém que havia desembolsado quase R\$ 50 mil na compra de seu traje especial, Alice, de São Paulo, decidiu pagar não mais do que R\$ 500 reais em seu vestido de noiva importado via *internet* de uma confecção chinesa³. A ideia era mesmo economizar. Em São Paulo, dificilmente a noiva encontraria um “primeiro aluguel”⁴ naquele valor, muito menos um vestido novo disponível para compra. Então, Alice descobriu um *website* de vendas de vestidos, elegeu uma fornecedora, visitou seu catálogo de modelos e, assim, descreveu o momento de escolha da roupa:

² Os nomes de interlocutoras/es diretas/os deste trabalho foram modificados para garantir sigilo de pesquisa. Tal procedimento foi adotado mesmo para quem não fez do anonimato uma exigência, e também para os profissionais do setor com os quais eu não tive contato pessoal, mas foram referidos pelas interlocutoras (como é o caso de algumas estilistas mencionadas ao longo do texto).

³ Para dimensionamento dos preços apresentados nesse artigo, vale sempre ter em vista que em 2016, quando a maior parte do trabalho de campo foi feita, o salário mínimo brasileiro estava em R\$ 880 reais.

⁴ Modalidade de aluguel de trajes de gala que, em algumas lojas, significa ser a primeira pessoa a alugar e usar um produto específico, ou, em outras lojas, acessar um vestido personalizado e confeccionado especialmente para si, mas que, depois de seu uso, regressa à loja e fica disponível para aluguel entre novas clientes. Nos dois casos, um vestido em “primeiro aluguel” é sempre comercializado por um preço significativamente mais alto do que os demais produtos de uma mesma empresa.

Eu não fui em nenhuma loja de roupa de noivas. E eu não tive esse momento suntuoso que todo mundo fala, esse momento *glamour*... E aí eu fui escolhendo. Escolhi uma fornecedora lá e fui olhando, fui olhando. A hora que eu bati o olho, eu falei "é esse!". "Eu gostei desse". E foi esse, entendeu? (Alice, informação verbal)⁵.

Com ajuda de uma amiga de trabalho, Alice anotou as medidas do seu corpo, acrescentou informações traduzidas para o mandarim e fez a compra *online*. Como o item viria de longe e a chegada da encomenda via contêiner marítimo poderia atrasar mais que o previsto – ou, pior, chegar uma peça que não a agradasse muito quando experimentasse – a escolha do vestido foi uma das primeiras coisas que a noiva resolveu mobilizar quando decidiu se casar. Felizmente, nenhum dos problemas aconteceu: o vestido chegou, serviu e ela gostou. Quem não gostou, entretanto, foi a sua mãe.

Enquanto todas as noivas vão e experimentam e todo mundo chora “ai, que lindo, você é a pessoa mais linda do universo!”, minha mãe olhou e falou: “ai, não sei”. E ela não deixou eu me ver. Eu não tinha espelho na minha casa. Eu coloquei, ela não gostou. Eu só conseguia me ver assim olhando pra baixo. Ela falou que não gostou, que estava largo, que estava muito simples... E ela acabou comigo. Eu me senti a pior pessoa do universo, mas eu tinha gostado do vestido. [...] Aí ela: “parece que você tá com um vestido de outra pessoa, que não foi feito pra você. Eu te dou os R\$ 5 mil. Se o problema são os R\$ 5 mil, eu te dou, você vai lá e aluga”. E eu estava com meu vestido, e eu estava feliz com meu vestido. Mas ela deixou nítido que ela não tinha gostado. Mas ela não estava vendo com o enchimento, ela não estava vendo com uma luz de uma loja, nada daquilo. E eu queria pelo menos me ver pelo celular, pedi pra ela tirar uma foto pra me ver e ela “não, que você vai divulgar para as pessoas”. Então foi um *stress* muito grande. Aí, depois de uma ou duas semanas que ela não deixou ninguém ver, falou que no máximo minha irmã. Mas aí eu falei que então nem minha irmã. Não mostrei pra ninguém. Então aí a filha de um cabeleireiro famoso, de não sei quem na mídia, apareceu na Globo e ela viu que o vestido era parecido com o meu. Aí então ele tá na moda, ele é bonito e ele vale a pena. Precisava de um ideal externo, de alguém rico, famoso. Faltou a vendedora. Como não tinha a vendedora, não tinha quem fizesse essa alusão “está na moda, é o vestido do ano...” (Alice, informação verbal)⁶.

No ambiente de trabalho, a notícia do vestido comprado via *internet* da China também não foi aprovada. Funcionária da administração de um shopping, Alice contou que, desde a divulgação da notícia, os “murmúrios na empresa” começaram. Colegas comentavam com ela sobre o vestido em tom de piadas e perguntavam com ironia sobre a compra. Ninguém se intimidava em confrontar sua decisão:

⁵ Entrevista realizada em São Paulo em 2016.

⁶ Entrevista realizada em São Paulo em 2016.

“Você é louca! Você é louca! Vai chegar um negócio que você não tem respaldo nenhum, de um país que nada de lá é bom, ninguém de lá é confiável. Você não recebeu cartinha de ‘me socorra, eu sou um escravo costurando?’” Entendeu? Como se nenhuma dessas marcas caras também não fizessem lá. Eu só fui direto na fonte [rindo]. Então o que mudou? Na minha cabeça nada, eu tenho essa consciência de como é essa questão da escravidão. Mas bom, é o que eu posso pagar (Alice, informação verbal)⁷.

Em um primeiro momento, Alice pensou que o desconforto causado por sua escolha devia-se ao fato de ela ter comprado um vestido sem nunca o ter experimentado, uma vez que não tinha ao menos pisado em alguma loja para saber quais modelos e estilos poderia provar. Mas, depois, ponderou que o motivo do *stress* era outro: “tô comprando da China e a China, pra muitas pessoas aqui, é uma coisa negativa”. E se o país de origem do vestido incomodava tanto, para a noiva o motivo de tanta indisposição era claro: “porque é barato”, dizia. “[para as pessoas] um vestido bom é o que custa R\$ 20 mil”.

Essa é uma pesquisa que se debruça sobre relações sociais e conflitos envolvidos durante a preparação de festas de casamento orçadas entre R\$ 20 mil a R\$ 300 mil em São Paulo e em Belém. Parte do meu processo de doutoramento, a investigação tem como base indagações sobre o apelo que a referida ocasião, narrada como “sonho”, é transformada em projeto prioritário entre mulheres (das mais variadas idades, identificações raciais, origens regionais e de classes) a despeito de, ao longo de décadas, o casamento ter sido alvo de duras críticas no debate feminista e identificado como um *lócus* do exercício de relações desiguais de gênero e sexualidade. Ao aliar observação participante a entrevistas em profundidade no trabalho de campo, não demorou para que eu percebesse que o cenário de realização de casamentos no Brasil, contemporaneamente, não poderia ser entendido de maneira apartada do crescimento vertiginoso e recente de um mercado especializado em produção de eventos: um setor de bens e serviços que, desde meados dos anos 2000, se segmentou, profissionalizou e, por ano, movimenta mais de R\$ 17 bilhões⁸.

Recentemente, diferentes etnografias evidenciaram a amplitude do mercado de casamentos e o seu impacto nos formatos das tradicionais festas familiares (PINHO, 2017); nas dinâmicas de criação e alteração de carreiras profissionais (MARINS, 2016, 2018); nos referenciais da indústria de mídia, que tem circunscrito as experiências pessoais de consumo (BLANK, 2017); e nas disputas entre os registros simbólicos do mercado e das instituições

⁷ Entrevista realizada em São Paulo em 2016.

⁸ Dados levantados e divulgados pelo Instituto Locomotiva, organização liderada pelo influente pesquisador de mercado Renato Meirelles (ex-Data Popular) em parceria com a Associação Brasileira de Eventos (ABRAFESTA). Para mais, ver: <https://exame.abril.com.br/pme/a-reinvencao-do-mercado-de-casamentos/>

religiosas na trajetória de casais durante o noivado (ALENCAR, 2019). Em meu caso (ESCOURA, 2019a), as análises se voltaram para as relações criadas, afrouxadas, rompidas e tensionadas durante a organização de festas preparadas em relação direta ao mercado especializado e planejadas para parecerem grandes espetáculos.

O material trabalhado foi produzido com base em observações de campo em três diferentes contextos comerciais especializados em vestidos de festa na cidade de São Paulo: 1) uma loja de bairro de aluguel de “trajes a rigor” em São Mateus, localizada num dos principais endereços de comércio popular da zona leste paulista e frequentada, essencialmente, por moradores da região; 2) uma loja localizada na Rua São Caetano, endereço popularmente conhecido como “Rua das Noivas”, no centro da capital paulista, que faz parte de uma região comercial por onde circulam diariamente milhares de pessoas, muitas delas, inclusive, vindo de outras cidades e estados brasileiros em busca dos bons preços divulgados em grande medida pelos mercados informais; e 3) diferentes espaços de atendimento na região dos Jardins. Neste último contexto, as análises derivam tanto do material produzido por minha observação em loja situada na centenária Avenida Rebouças, como de relatos das noivas sobre os momentos de compra dos seus vestidos em lojas localizadas nas alamedas transversais da mesma avenida. Embora a área dos Jardins seja formada por bairros diferentes entre si, a região caracteriza-se pela presença de imóveis de valores elevados, predominantemente residenciais, com paisagens arborizadas e especial aderência de negócios de bens e serviços voltados às elites econômicas e culturais, tais como lojas de carros importados e restaurantes internacionalmente conceituados.

Nesse artigo, detenho-me nos conflitos inerentes ao processo de produção material de vestidos e noivas analisando-os com base no debate sobre a relação entre pessoas e objetos, com a intenção de, teoricamente, produzir alargamentos analíticos sobre a articulação entre a antropologia do consumo e os estudos interseccionais. Primeiro, desloco o olhar para as diferentes camadas de disputas acionadas no momento de escolha do traje da noiva e, em seguida, questiono as dinâmicas de imbricação entre preço e valor de vestidos frente à noção de “qualidade”, que é reivindicada pelas mais diferentes lojas na concorrência do mercado. Como argumento, busco ressaltar a justaposição intencional entre as esferas econômicas da definição de “valor” das mercadorias às convenções morais que balizam não só o lugar do vestido de noiva em um casamento, mas também as prescrições de gênero, classe e sexualidade que legitimam as atuações profissionais das/os diferentes agentes do setor. E, nesse processo, retomo um investimento analítico que, vale destacar, compõe uma empreitada mais ampla que

tenho enfrentado junto com Renata Macedo (2018): a de analisar desigualdades de cunho econômico por meio de abordagens descritivas e em alternativa às aproximações mais estáticas ou generalizantes que comumente capturam o conceito de “classe” (ESCOURA; MACEDO, 2018).

2 ENTRE VESTIDOS, CONCORRÊNCIA E CONTROVÉRSIA

Sob uma aura de magia e, constantemente, descrito como parte de um “sonho”, um vestido de noiva deve, a princípio, ser capaz de fazer sua portadora – literalmente – cintilar no altar. Composto de sedas, cetins, tules, enchimentos, rendas, bordados e muitas pedrarias, um vestido como esse é considerado uma peça de grande complexidade de confecção e, dada a importância da ocasião na qual seu uso é previsto, é também tomado como o traje de maior prestígio dentro da hierarquia das roupas femininas.

Com o vestido da protagonista de um casamento não se compete. A nenhuma outra convidada se permite o uso de sua cor – o branco – pois um vestido de noiva, na festa, é feito para ser único. Ele é o principal segredo do casamento, é inigualável em relação a qualquer outro traje de gala feminino, é o que singulariza a própria ocasião e se fixa como um objeto ímpar na biografia de suas portadoras. Naquele instante, apontado para ser o “seu dia”, como muitas noivas acreditam, o vestido materializa o “RG de um sonho”, tal como dizia Juliana, uma noiva de Belém. Para uma noiva, o casamento se supõe um instante feito para ser único, tal como o vestido o é.

Fosse um evento realizado em salões de *buffet*, ambientes religiosos, sítios ou até mesmo espaços públicos, como praias ou praças, um casamento é composto com elementos que, facilmente, poderiam ser contratados em muitas outras celebrações. Flores, decorações, cardápios, estruturas de som, *playlists* musicais, bolos, trajes de gala e, inclusive, ambientes cerimoniais que podem muito bem compor cenários para aniversários, bodas, batizados ou formaturas. Mas na presença de um vestido, de noiva pois branco, uma ocasião se torna, incontestavelmente, um casamento. Dada sua centralidade na composição da própria ocasião (no caso das uniões heterossexuais como aquelas que recortam essa pesquisa), ao seu redor um mercado específico se constituiu e o instante de sua reunião com o corpo de uma cliente materializa e coloca em marcha os preparativos de uma grande festa. É o vestido que produz uma noiva, que produz um casamento.

Elemento imprescindível que diferencia um casamento dos demais tipos de festa, o vestido de noiva não aleatoriamente aparece como marco inicial para o processo de organização da ocasião, e o instante em que a noiva o escolhe é previsto como uma etapa tão protocolar e cerimonial quanto o próprio evento. Nas lojas de aluguel e compra de tais itens, era sobre um pedestal que, literalmente, as noivas eram colocadas. Antes de uma mãe ser chamada para entrar na sala de provas e ver a filha “montada”, toda uma cenografia era composta em torno da cliente para a melhorar a avaliação do vestido. O corpo da noiva era modulado pelo ajuste da roupa, adornado por um penteado, seguido por um véu sob coroa, acrescido de um buquê, erguido sob um sapato de salto e posto em frente aos focos das luzes. Nas lojas, sob o reflexo nos espelhos, para um negócio ser firmado, a figura montada da noiva tinha que ser capaz de levar os olhos às lágrimas.

Em artigo escrito anteriormente (ESCOURA, 2017), mostrei como o espaço geográfico da cidade de São Paulo é tomado como elemento de diferenciação relacional entre as lojas do segmento, conformando, do centro à periferia da cidade, uma complexa hierarquia entre “lugares” e distintos efeitos nas relações de gênero entre clientes e profissionais. Em outra análise (ESCOURA, 2019b), olhei para as tensões sobre os modelos de vestidos (“princesa” ou “sereia”) como uma faceta das convenções morais de gênero e sexualidade que ocorriam em paralelo às disputas por prestígios de classe entre noivas em circulação pela cidade e entre cidades. Entre clientes e lojas, no mercado especializado em vestidos para noivas, uma espécie de “cartografia da distinção” é materializada conforme os espaços e os objetos, e coloca mulheres e vestidos em constante deslocamento territorial em um projeto comum de emulação da própria mobilidade social. Para garantir-se enquanto “chique”, “elegante” e “com classe”, uma noiva deve, antes, e à avaliação de todos, atestar o seu vestido como aquele da mais alta “qualidade”: único, especial e exclusivo. Mas diante de todas as possibilidades de modelos, estilos e peças comercializadas pelo mercado, como, na prática, atestar esse “diferencial”?

Sem um vestido, Alice não seria uma noiva, tanto quanto a sua festa, sem uma noiva, não seria um casamento. E, nesse cenário, o vestido da protagonista é sempre uma prioridade, ou ao menos deveria ser, tal como a jovem do vestido chinês descobriu quando foi humilhada por sua mãe e seus colegas. A ela não havia seda, cetim ou bordado que fosse suficiente para amenizar a recusa que seu vestido causava entre seus pares.

Luiza, por sua vez, não queria correr qualquer risco. “Eu quero que olhem e digam: ‘que casamento chique’, sabe? Chique”, dizia-me a noiva quando estava prestes a se casar, em Belém, em uma festa calculada em R\$ 120 mil paga por seu pai. Filha caçula de um influente

profissional liberal da capital paraense, a jovem, arquiteta de profissão, controlava a organização da ocasião em detalhes, e chegava até a se dizer “fresca” para evidenciar a sua preocupação e exigência com o padrão dos produtos e serviços oferecidos aos 450 convidados – a maioria deles, vale destacar, convocados por seu pai sob o interesse de fortalecimento de seus negócios e vínculos profissionais⁹.

Na preparação de sua festa, Luiza não fez nenhuma economia para criar, na catedral da cidade e na luxuosa recepção, um efeito de deslumbre entre todos que estavam presentes. O que valia, decerto, contratar os mais prestigiados – e caros – profissionais do ramo na capital paraense, bem como, ainda, trazer de São Paulo um vestido de R\$ 25 mil confeccionado sob medida para a noiva por Valquíria Almeida, uma das mais conhecidas estilistas do setor. “São Paulo tem um glamour”, dizia ela enquanto justificava a qualidade do atendimento “mais profissional” que recebera longe de casa e sua aposta em uma peça feita com as “rendas maravilhosas” que a estilista famosa traria “da Europa”.

É maravilhosa! tudo é muito chique lá! É uma casa no Jardins; uma casa toda de era. Aí tu chegas na casa e é tudo almofadado, sabe? As poltronas são todas antigas, Luís XV, não sei o que... Tudo meio bege, as cortinas grandes, com as flores perto da janela, tudo bonito. E ela é uma postura assim, parece que ela é uma *lady*. Ela atende a gente muito calma, fala muito baixo. E as coisas dela são muito bem-feitas. E o forro que a gente experimentou, cada botão estava encapado com seda. O forro já parecia o vestido. Sabe? Tudo certinho (Luiza, informação verbal)¹⁰.

O alto custo do vestido comprado pela noiva paraense, entretanto, ainda era a metade do valor pago por Juliana, sua conterrânea, quando fez o mesmo trajeto até o Jardins, em São Paulo, para, de lá, levar um vestido sob medida no valor de R\$ 50 mil de Olívia Hoffmann, que, segundo a noiva, “modéstia à parte, [...] foi um dos mais bonitos que já teve aqui nessa cidade”. Na festa orçada em R\$ 300 mil para celebrar sua união com o herdeiro de uma grande rede varejista do norte do país, o traje foi descrito como aquilo que ela não se preocupou em fazer economia: “a noiva é a personagem principal da noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, dizia ao revelar que sua intenção era mesmo parecer “uma princesa” quando entrasse na Basílica de Belém.

⁹ Analisando casamentos em Belém na virada do século XIX para o XX, Cristina Cancela (2008, 2009) apontou para a imbricação entre uniões matrimoniais, economia e política local. Seu trabalho, aqui, é inspirador para nos lembrar das dimensões de poder e diferenciação que um casamento pode acionar desde muito antes do espraiamento de um mercado especializado em eventos como esse.

¹⁰ Entrevista realizada em Belém, 2016.

Em São Paulo, diante da variedade de profissionais renomados que Juliana conhecia e, inclusive, visitou, a escolha pelo trabalho de Olívia Hoffmann deu-se por uma identificação imediata da noiva com a estilista: uma profissional que atendia numa sala que parecia “uma casinha de boneca”, “pintada em cor-de-rosa e azul bebê” com “coroinhas” na decoração, onde “tinha uma cadeira, uma poltrona de rainha, muitas fotos de celebridades vestindo os vestidos dela”. De lá, do “*atelier*”, Juliana saiu com vestido sob medida composto por três tipos diferentes de rendas – um outro diferencial do trabalho da profissional que, segundo a noiva, mantinha “uma pequena fortuna em materiais”.

Na loja da Rua das Noivas, tirados de um discreto armário localizado no canto do espelho da sala de atendimento, os rolos de rendas serviam de incremento às negociações dos estilistas, que não poupavam elogios e atenção aos detalhes do material, habitualmente decorado com desenhos em temas florais. Os funcionários pediam para que as noivas tocassem nos objetos, destacavam as diferenças de peso ou caimento e explicavam que elas não usariam o tecido tal qual estava ali no rolo, pois cada conjunto de desenho da renda seria manualmente recortado e depois aplicado no tule do vestido ou do véu, formando um complexo e sofisticado mosaico.

Em um dos atendimentos, Maurício fez a cliente tatear um dos tecidos enquanto explicava que o material “parece uma renda, mas não é uma renda de verdade”. Destacou o seu peso e chamou atenção ao relevo, que denunciaria sua condição como um bordado e não uma renda. Renda “de verdade”, dizia ele, era aquela mais “molinha, mais leve”, na qual o desenho é criado pela trama da própria linha que produz o tecido como um todo, sem sobreposições, explicava. Em seguida, continuando o atendimento, o estilista pegou outro rolo de tecido e abriu-o efusivamente sobre a mesa causando comoção na noiva. “Que lindo!”, exclamou ela antes de o profissional voltar às suas explicações. “Isso aqui é uma renda ‘*chantilly*’ francesa. Percebe a diferença? É muito mais delicado!”, dizia ele ao orientar o olhar da cliente e o meu, na mesa ao lado.

O curioso, entretanto, era que, longe dos ouvidos das clientes, o trato dos estilistas com os tecidos era outro. “É tudo poliéster!”, disse Maurício, estilista da Rua das Noivas, enquanto enumerava os diferentes materiais usados nos vestidos disponíveis para o aluguel na loja onde era funcionário. A exclamação acontecia após alguns meses de meu trabalho de campo no local e vinha somada ao deboche de Carlos, seu colega de trabalho, que, apontando discretamente para uma das clientes refletidas no espelho ao nosso lado, dizia: “se tiver uma faísca, pega fogo em tudo em dois segundos, é tudo plástico!”.

Todos rimos. E, mais tarde, aproveitando a calmaria, pedi para Maurício me mostrar as diferenças entre as rendas que ele havia apresentando no outro atendimento. Solícito, ele logo recuperou os tecidos e, antes de reabri-los na mesa, novamente debochou em confissão: “essas rendas, a gente chama de francesa, mas 90% vem da China hoje em dia”. “É *tipo* francesa”, mas “não é que vem da França”, complementou enquanto me revelava parte de suas estratégias de venda daquele tecido que, afinal, aparecia ali apenas em forma de reprodução inspirada nas antigas rendas produzidas no povoado francês de Chantilly.

Diante das rendas francesas que vinham da China e eram todas de “plástico”, como dizia Carlos, comecei a elucubrar sobre o que justificaria as diferenças de preços dos vestidos no mercado. Solange, costureira da loja de bairro em São Mateus, bairro na periferia de São Paulo, e uma de minhas primeiras interlocutoras de pesquisa, identificava a Rua das Noivas como um território imediatamente acima em “qualidade” do que a sua loja, porque lá, afinal, os vestidos seriam modelados do “jeito certo, com régua” por estilistas. Mas indo até a Rua das Noivas no centro da capital paulista, vi que os estilistas raramente modelavam os vestidos e que a habilidade técnica que teriam adquirido nos cursos formais não parecia tão relevante naquele contexto, como a costureira pensava. A diferença de preço dos produtos comercializados em certo lugar ou em outro estaria, então, nos materiais?

Maurício riu de mim quando perguntei se ele achava que um vestido Olivia Hoffmann era mais caro porque seus materiais eram diferentes. Apontou para a noiva em prova na sala, pediu para a vendedora mostrar a camada de tule paetizado e complementou: “os tules são os mesmos; só tem um, seja o do vestido vendido por R\$ 8 mil ou o por R\$ 20, R\$ 30 mil”. Com o apoio de Carlos, mostrou-se desconfiado da narrativa segundo a qual as rendas utilizadas pela estilista famosa seriam de procedência diferente da chinesa, e defendeu que, mesmo se fosse francesa “de verdade”, a quantidade de tecido utilizado não explicaria, por si, um preço de quase R\$ 50 mil para confeccionar uma peça.

Então, a diferença de preço seria justificada pela técnica? O estilista também não pareceu se convencer. Ponderou que entre os poucos vestidos produzidos em sua oficina, na modalidade “primeiro aluguel”, as tendências de estilo os deixavam cada vez mais fáceis de serem produzidos. Maurício concordou com Carlos ao dizer que as noivas “querem efeito, querem brilhar” e, por isso, ao invés de um vestido mais bem construído, querem modelos com mais “decoração”. Explicou, assim, que as aplicações de rendas e os bordados em pedrarias, tão em moda, serviriam como uma espécie de “maquiagem” da roupa, capaz de esconder todas as imperfeições da modelagem ou da costura. Mas que tal artifício, contudo, só era por eles

usado porque suas condições de trabalho e o pouco tempo para a confecção das peças, impediam maior esmero na finalização dos seus produtos. Não porque suas técnicas de trabalho seriam diferentes daquelas aplicadas nos “ateliers”.

Em conclusão, nem os materiais e nem as técnicas utilizadas na confecção, segundo os estilistas, eram responsáveis por tamanha de variação de preços. Para eles, o que definiria, de fato, o valor de um vestido seria, então, a sua “marca”. Uma espécie de poder vinculado ao “nome”: uma lógica segundo a qual um vestido Olivia Hoffmann é caro não porque em sua composição física algo o distinguiria de outros modelos, mas porque é “Olivia Hoffmann”. E logo depois de apontar para o vestido na noiva ao lado, Maurício, então, sublinhou: “se fosse na vitrine do concorrente seria vendido por R\$ 30 mil, aqui é R\$ 8 mil”.

3 VALOR DE USO, VALOR DE TROCA

Reivindicados por sua “qualidade”, vestidos de noivas circulam pelo mercado especializado acionando uma correlação que se pretende direta entre seu preço e seus atributos materiais. Entretanto, um olhar mais detido sobre as disputas em torno da produção dos vestidos revela o quanto não é possível tomar como definitiva ou inquestionável a justificação de seus preços como resposta neutra e direta às suas qualidades materiais. Havia algo de, intrinsecamente, tão discrepante na produção dos vestidos de Alice e de Juliana para justificar a variação de preço em que o valor de troca de um equivalia a apenas 1% do valor do outro?

Embora as teorias de economia política mais clássicas tenham se dedicado a analisar a correlação entre lucro, custos variáveis de insumos e tempo de trabalho para problematizar as formas de precificação de uma mercadoria (MARX, 1985), aqui, as controvérsias sobre os vestidos de noiva pareciam direcionar a uma concorrência sobre o valor dos produtos posta em termos outros do que aqueles restritos ao do processo de produção.

Marshall Sahlins (2003) sublinha que o processo produtivo não pode ser visto como uma esfera externa e independente das intenções sociais explicitadas nas interações de consumo. Segundo sugere, as mercadorias são tanto produzidas para serem vendidas, como precisam corresponder às expectativas específicas para que sejam, por outro lado, compradas. Um objeto só se torna mercadoria porque há nele algo que o torna “necessidade” ou “desejo” para alguém. Isso confirma o seu valor de uso e, conseqüentemente, o habilita para a troca. Mas, em defesa do conceito de “cultura” e afastando-se das análises utilitaristas, o autor

descarta que essa “necessidade” ou esse “desejo” sejam abstrações genéricas aplicáveis a qualquer tempo, pessoa ou lugar.

Nem o valor de uso e nem o valor de troca, expresso pelo preço, são objetivos ou consequências apenas das propriedades físicas dos objetos. São antes, segundo Sahlins (2003), derivações da forma como as dimensões concretas das mercadorias se diferenciam umas das outras e são significadas dentro de um sistema cultural¹¹. Nesse caso, a produção de uma mercadoria “sedimenta um pensamento [e] o objeto fica como um conceito humano fora de si mesmo, como se fosse homem falando com homem usando as coisas como meio de comunicação” (SAHLINS, 2003, p. 177-178). Tal como na fala, em que as palavras só têm sentido quando em interação, no consumo, a flexibilidade do valor de uma mercadoria só se estabiliza quando colocada à prova em uma relação comercial.

A consideração do autor em questão é foco também de Arjun Appadurai (2008) em discussão sobre “a vida social das coisas”. Ao repensar as formulações econômicas de mediação entre pessoas e objetos, o autor ressalta, em defesa de um olhar antropológico sobre as mercadorias, o momento da troca econômica como arena de definição do valor “concretizado nas mercadorias que são trocadas” (APPADURAI, 2008, p. 15). Nessa perspectiva, propõe uma agenda de pesquisa em defesa da análise das coisas na esfera de consumo e nos seus contextos de circulação, na qual mercadorias seriam perseguidas e analisadas a partir de seu movimento para, assim, compreender o que se inscreve sobre suas formas, seus usos e suas trajetórias (APPADURAI, 2008, p. 17).

No empreendimento de uma perspectiva etnográfica sobre a produção de valor das mercadorias via a esfera de consumo, tanto Sahlins quanto Appadurai demarcam suas diferenças em relação à teoria marxista fincada nos processos de produção. Todavia, ambos também ressaltam quanto o próprio Marx havia oferecido instrumento para uma importante brecha em favor de uma dimensão mais contextual (e relacional) da análise de valor.

Sob o conceito de “fetichismo”, Sahlins pondera que Marx teria reservado a qualidade simbólica das mercadorias e, assim, estabelecido “a problemática de uma ciência antropológica não nascida” (SAHLINS, 2003, p. 169) – ao menos aquela que ele mesmo tem defendido, de busca pelos significados culturais no “processo contínuo de vida social na qual os homens

¹¹ Ao questionar a correlação entre as propriedades materiais de uma mercadoria com as variações de valor de uso e valor de troca, Sahlins se pergunta: por que um filé é mais caro do que a língua de um boi, sendo que numa rês há mais filé do que língua? E o que significa comer um filé, e não a língua?

reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos” (SAHLINS, 2003, p. 169)¹².

Para Appadurai (2008), a fenda aberta pelo conceito marxista de fetichismo é importante por desvelar o caráter dissimulador das mercadorias que, embora se apresentem como impessoais, quando em circulação nas interações mediadas pelo dinheiro, na verdade estão apenas escondendo as relações sociais das quais são produto. Mas mercadorias, ele ressalta, nunca deixam de ser também materializações de pessoalidades (APPADURAI, 2008, p. 25).

Assim como Sahlins (2003), a proposta de Appadurai (2008) também está dedicada em uma aproximação cultural sobre a definição de valor das mercadorias. Entretanto, ao reconhecer que os significados das mercadorias são dados não apenas contextualmente, mas, ainda, sob disputa, o autor adiciona, então, uma dimensão agonística e de tensão às suas camadas de análise sobre valor. Como argumenta, o preço de uma mercadoria é configurado na esfera da troca por meio de intensas negociações entre produtores e sua demanda – o que Marins (2016), por exemplo, já tinha percebido em sua pesquisa com cerimonialistas de casamentos, em situações nas quais as profissionais variavam o preço de seus serviços quando “não iam com a cara da cliente”.

Entre as controvérsias provocadas pelos “regimes de valor” conflitantes nas interações no mercado, como Appadurai sugere, a definição do preço dos objetos é sempre passível a questionamentos e embates de interesses. Aberto a discordâncias e barganhas, o valor de uma mercadoria só se dá enquanto resultado de um acordo que é, afinal, contingente. E do mesmo modo como “desde Marx e os primeiros economistas políticos, não houve muito mistério sobre a relação entre política e produção” (APPADURAI, 2008, p. 79), o autor conclui que, tratando-se das esferas de circulação de uma mercadoria, é também pela política – “no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder” (APPADURAI, 2008, 78) – que se dá o vínculo entre o valor e a troca.

A querela instaurada pelos diferentes materiais e técnicas de confecção de vestidos por todo tempo foi algo difícil de ser capturado pelo meu olhar leigo no universo da moda e da indústria têxtil, afastando-me por muito tempo de suas implicações na discussão sobre o preço das mercadorias. Meu tato nunca foi capaz de diferenciar uma renda chinesa do “tipo chantilly” francesa na loja da Rua das Noivas daquela renda do vestido de Luiza, supostamente trazida

¹² Formulação próxima à definição que McClintock também faz sobre o conceito marxista de fetiche da mercadoria, por ela sintetizado como uma “forma social central da economia industrial através da qual a relação social entre pessoas se metamorfoseia numa relação entre coisas” (MCCLINTOCK, 2010, p. 255).

“da Europa” por Valquíria Almeida. E, assim como eu, a noiva também não era capaz de discorrer sobre os insumos que compuseram sua peça senão com base naquilo que a estilista lhe informou.

Desprovidas desse treino sensitivo, o que podíamos perceber de nuances físicas entre os vestidos estava sempre mediado pelas disputas narrativas no momento de troca das mercadorias, em que as/os profissionais do mercado reivindicavam, de maneira sempre imediata e incontestável, a qualidade de seus materiais e suas técnicas de trabalho. E se, nesse meu campo de pesquisa, é de comum acordo que o vestido é o principal segredo de uma noiva, certamente a origem dos materiais e o processo de confecção do vestido são os grandes segredos das/dos estilistas.

O controle sobre as informações dos vestidos nas dinâmicas comerciais das lojas parecia ser um elemento importante nas tensões do mercado sobre a definição dos preços de seus produtos e na composição da autoridade profissional. Valquíria Almeida é conhecida por ter excelentes materiais, mas é igualmente famosa por não deixar as clientes se aproximarem do seu acervo de rendas, pois escolhe, sozinha, aquela que irá compor a peça da noiva. “Estilista é que nem o papa: você falou, todo mundo obedece”, gabava-se Maurício, profissional da loja da Rua das Noivas, na tarde em que me ensinava as etapas de confecção da peça e trabalhava em uma dinâmica de atendimento na qual nenhuma noiva tinha acesso ao seu estoque de vestidos.

A autoridade de um produtor/vendedor, é importante destacar, aparecia como consequência direta da afirmação da autoria dos produtos nesse mercado. Vestir um vestido com uma “assinatura” reconhecida e prestigiada era justificativa suficiente e inquestionável de aumento de preço de um traje. Para muitas interlocutoras, usar um vestido de uma estilista ou de outra significava, em sentido direto, uma forma de vincular sua personalidade às relações que garantiam prestígio para a estilista – por exemplo, se sentir um tanto celebridade por vestir-se pela estilista das “celebridades” da televisão. Uma espécie de dinâmica de retroalimentação de reputações entre profissionais e clientes que garantiam a circulação de vestidos e noivas pelos diferentes territórios do mercado, constituindo o que, em outro texto, discuti como uma “cartografia da distinção” (ESCOURA, 2019b).

Mas além da autoridade imediata de uma “marca” ou de um reconhecimento público de habilidades técnicas formais de um/a profissional – quem “estudou e trabalhou pra aquilo”, como dizia a costureira de loja de bairro ao rebaixar seu trabalho diante ao dos profissionais do centro da cidade – a atuação de um/a estilista tem valor distintivo também porque seu produto tem efeito de materializar um processo criativo. Usar um vestido sob medida, por exemplo, é

acessar um objeto único, exclusivo e sigiloso. Por isso, não me parecia aleatório que tantas reações no espelho das lojas fossem exclamações de que o vestido parecia “uma obra de arte” ou “uma joia”.

Obras de arte e joias são objetos valorizados tanto por serem caros, como por serem restritos – e porque preço e restrição andam juntos. Mas, além disso e tal como Alfred Gell (1998) afirmou sobre objetos de arte que fascinam e encantam, o valor de determinados artefatos se dá em correspondência à virtuosidade técnica necessária para produzi-los. Fascinantes, vestidos de noivas se tornavam valiosos também porque apareciam sob uma forma mágica de insígnia de luxo, pois presumida como uma condensação de conhecimentos técnicos e de composição de difícil acesso ou reprodução.

A possibilidade de um vestido de noiva ser produzido em escala industrial, sem conexão entre produtor e o corpo que faria seu uso, é ideia rechaçada no cenário composto pelo mercado de casamentos. Com Alice, a escolha por um vestido chinês se tornou centro de controvérsias e confrontações, nas quais a noiva era acusada de contribuir com um suposto regime de trabalho escravo de larga escala e de “parece[r] que você tá com um vestido de outra pessoa, que não foi feito pra você”. Uma recusa à sua peça que evidenciava de maneira indireta também, e ainda, uma acusação de submeter um objeto que deveria ser prioritário à uma lógica de consumo pelo menor preço, que se justificaria apenas aos bens efêmeros (como aqueles em circulação nos mercados informais). Algo que podemos aqui analisar sob uma inescapável ponte com o trabalho de Pinheiro-Machado (2009) sobre as camadas de desvalorização de objetos “*made in China*” que circulam no Brasil. Em especial, suas considerações sobre a forma como as mercadorias baratas produzidas pela indústria chinesa tem adesão e são justificáveis como itens de consumo individual e privado, mas são contrapostas, todavia, aos “bens caros e originais” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2010, p. 352) centrais ao consumo em sua dimensão pública e coletiva – quando algo é comprado também para se mostrar que se tem condições de adquiri-lo.

Oferecer “personalização” e “exclusividade” eram requisitos mínimos para o prestígio de uma loja que oferecia um artigo usado para ser visto, admirado, que se pressupunha de luxo, portanto, justificadamente, caro. Porém se, nas lojas de aluguel, a “exclusividade” de uma peça não podia ser garantida diante da alta rotatividade e reuso de um mesmo vestido por diferentes noivas, os “ajustes” ganhavam uma dimensão crucial de criação de personalidade para os

vestidos não comprados¹³. Sempre por meio de um “jeitinho” dado pelas costureiras em longas horas de trabalho nos bastidores das lojas, os modelos eram personalizados para a noiva por meio de adequação material do produto aos contornos físicos, morais e de gosto das clientes, a fim de garantir, em última instância, o valor de troca em negociação.

O vestido produz uma noiva e a noiva produz o vestido. Uma noiva não pode parecer que está vestindo o vestido de outra pessoa. E fosse nas lojas de aluguel, fosse nos “*ateliers*”, vestidos e noivas precisavam se garantir em simbiose, na qual um podia ser visto como extensão do outro, sob um efeito de contiguidade. Ao ser customizado sob medida à personalidade da cliente, o vestido se tornava a própria noiva. E quem tinha o poder de tal realização mágica aos olhos das noivas era, afinal, a/o estilista.

Mas a autoridade profissional constituída a partir da reputação do processo autoral e do peso de uma marca, embora imprescindíveis, por si não garantia completar um negócio de venda ou aluguel. Diante do variado cardápio de lojas espalhadas pela cidade e entre as cidades, era no processo de atendimento direto que clientes colocavam não só vestidos, mas também o prestígio profissional de um estilista à prova.

“Na loja normal a pessoa compra uma geladeira de R\$ 10 mil e leva a geladeira pra casa. Aqui eu preciso convencer a pessoa a pagar R\$ 10 mil e levar só um papel pra casa”, analisava Fernanda, dona da loja da Rua das Noivas, quando a questionei sobre a especificidade da demanda de seu mercado. Seja na modalidade aluguel ou venda, vestidos de noiva geralmente estão entre os primeiros itens contratados no processo de organização de uma festa de casamento. Embora nos casos que acompanhei em São Mateus, na loja de bairro, isso representasse um tempo inferior a seis meses de antecedência, em todas as outras lojas o tempo decorrido entre a escolha até a retirada da peça facilmente ultrapassava um ano.

Para a proprietária da loja da Rua das Noivas, seu principal trabalho era “fazer a pessoa confiar” que, depois de tanto tempo passado desde a negociação, o vestido seria entregue dentro das condições contratadas e nas “qualidades” esperadas. Solange, a costureira de São Mateus, concordava: “a coisa mais importante é você dar segurança pro cliente pra ele te deixar trabalhar, senão você não consegue”, dizia.

Em festa de casamento, o vestido da noiva não pode faltar. Mas dado o nível de detalhamento de diferenças possíveis de serem destacadas entre as peças de roupa, como um

¹³ No mercado de aluguel de vestidos de noivas, cuja maior parte dos produtos é produzida antes de a cliente chegar à loja, o incentivo para ajustes e reformas que reconfigurassem os modelos era uma estratégia amplamente incentivada para firmar negócio, pois, pelos remendos, o vestido ganhava o encanto de ser exclusivo e personalizado.

olhar leigo em moda, modelismo ou avanços da indústria têxtil, como o meu ou o das noivas, pode distinguir tais nuances na “qualidade”? Diante de tantas controvérsias sobre os materiais e as técnicas utilizadas na confecção dos vestidos para justificar a sua qualidade, como saber em quem confiar?

Neste momento, as performances de gênero – de um lado articuladas a contornos de sexualidade e, de outro, às insígnias de classe – entre as/os profissionais do mercado durante o atendimento despontavam como elemento crucial para o julgamento das noivas. Em campo, a dinâmica do atendimento na loja da Avenida Rebouças, no Jardins, foi a primeira vez que um tipo de diferenciação entre estilistas homens e mulheres sobressaiu-se. Enquanto vestia a noiva no provador e me contava que seu cargo era de assistente embora também tivesse titulação formal em moda, Bianca justificava a escolha da loja colocar apenas homens no posto profissional de estilista pelo fato de que “quando é uma estilista mulher, a cliente não vai muito com a cara”.

Da mesma forma, na Rua das Noivas, a presença de homens pelos ambientes não era apenas muito mais perceptível, mas formava o núcleo central de qualquer interação comercial: a relação entre os vestidos e as noivas só se dava depois da autorização e orientação masculina. Tais informações contrastavam imediatamente à minha experiência na loja de bairro em São Mateus, onde o predomínio feminino no território era atestado, inclusive, pelos cartazes de “proibida a entrada de homens” em seus espaços¹⁴. Entretanto, com o decorrer da pesquisa e de minha chegada à Rua das Noivas, percebi com maior clareza que, embora homens disputassem uma posição de grande destaque nesse tipo de mercado de produtos femininos, não era qualquer contorno de masculinidade que estava ali previsto.

“Os *gays* mandam”, repetia Solange, de São Mateus, enquanto falava sobre a Rua das Noivas. “Nas lojas chiques que tem lá, eles já contratam o *gay* porque tem aquelas pessoas mais chiques, de classe mais alta, que já vêm procurando por eles”, dizia ponderando que tal reputação devia-se a uma associação entre a homossexualidade masculina com o próprio universo de trabalho, uma vez que, segundo ela, “os *gays* gostam dessas coisas de moda”. Além

¹⁴ As assimetrias profissionais entre costureiras (mulheres) e estilistas (homens) na minha pesquisa de campo foi um tema que trabalhei mais detalhadamente em outro texto (ESCOURA, 2017), inspirada na discussão de Briguglio (2015) sobre a correlação entre profissionalização e masculinidade em algumas carreiras de trabalho. Em seu caso, a autora mostra que se, popularmente, a cozinha é vista como “lugar de mulher”, a máxima é posta em xeque quando a atividade culinária se profissionaliza por vias de qualificação formal e a imagem da “cozinheira” é substituída pelo “chef”. De modo análogo, a “costureira” sai de cena quando o “estilista” é quem se torna o *locus* identificado de saber sobre moda e técnicas para a confecção de vestidos de noivas na Rua das Noivas e na loja da Avenida Rebouças.

disso, continuava, “eles dão atenção pra cliente assim, de colocar no pedestal né? Eles atendem muito, muito bem”.

De fato, no centro de São Paulo, produzir uma performance reconhecível como “*gay*” era um modo de mediar a relação entre clientes e os objetos, bem como de gerenciar a sensação de confiança prevista para a conclusão do negócio. Ao compor o seu salário mensal pelas comissões advindas de cada uma das “vendas” fechadas nos contratos de locação dos vestidos, Maurício, estilista, uma vez me disse avaliar que seu trabalho não deixava de ser um tanto “maligno”, pois, em suas palavras, a cada atendimento sua função seria “entrar na mente da cliente”. Um ofício cuja vocação estava também relacionada à sua habilidade em iludir. E, nisso, dizia não ter dúvidas de que o sucesso de sua trajetória de 30 anos de trabalho na Rua das Noivas devia-se ao que chama de uma “sensibilidade homossexual”.

Os gestos incontidos, a fala sibilada, o topete grisalho, sempre armado pelo uso de laquê, e o traje social completo faziam parte da composição estética que salientava a sexualidade de Maurício sobre seu corpo. Por considerar que “ser homossexual” o capacitaria a entender melhor o que chamava de “universo feminino”, ele performatizava, cotidianamente, uma expressão corporal que dava lugar àquilo que, em outros contextos, poderia designá-lo negativamente como “bicha”, e explicitava uma vinculação entre gênero e sexualidade para realizar o seu trabalho.

Isadora Lins França (2010), ao dedicar especial atenção a três diferentes festas voltadas ao público de homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens em São Paulo, indicou uma confluência de convenções entre gênero, classe, raça e sexualidade que produziam diferentes versões de masculinidade. Da relação entre as “cenas” masculinas e seus espaços de consumo, a autora evidenciou o mecanismo de diferenciação pelo qual a hierarquização dos lugares era posta em paralelo também à valorização ou desvalorização de seus frequentadores.

Na pesquisa de França (2010), a imagem “bicha” apareceu como referencial muitas vezes negativo, do qual parte de seus interlocutores buscava se afastar, em recusa, ao mesmo tempo, da associação entre feminilidade e homossexualidade, mas também de modelos de homossexualidade identificados como ultrapassados ou de classes populares. Paralelamente, interlocutores de classes populares muitas vezes transformavam a posição de “bicha”, tão cedo a eles atribuída, em um lugar possivelmente vantajoso, como ocorreu com um dos interlocutores da autora que narrou sua ida à Rua das Noivas, a fim de comercializar uma peruca pertencente à sua avó, cuja iniciativa que valeu, posteriormente, a sua inserção no ramo de maquiagem e

cabelos na mesma região frequentada pelas noivas (FRANÇA, 2010, p. 223). Em anedota que buscava mostrar como as “bichas” tinham mais tino para ganhar dinheiro, o espaço de interação com as noivas já aparecia posicionado, na pesquisa da autora, como um lugar daqueles onde a posição social de “bicha”, tantas vezes desvalorizada, poderia ser remanejada de maneira positiva.

Deixar claro, para as noivas, que se era estilista e, também, “bicha” garantia aos funcionários das lojas de vestido uma posição privilegiada nas interações. Era uma forma de assegurar a vinculação do trabalho do estilista com noções comuns que identificariam, em si, a legitimidade de quem “entende de moda”. Mas, ao mesmo tempo, como acreditava Maurício, era também um modo de se vincular ao “universo feminino” por meio de sua sexualidade, garantir um conjunto de conhecimentos e sensibilidade específica para “entrar na mente da cliente”. Mais do que uma performance valorizada, no mercado voltado para as noivas a vinculação entre “sensibilidade homossexual” e o “universo feminino” era reivindicada, pelos estilistas, para constituir autoridade no processo produtivo dos vestidos. E enquanto na Avenida Rebouças e na Rua das Noivas, a “confiança” para se fechar um negócio parecia vir de uma conjuração de expressões de gênero e sexualidade materializadas nas performances corporais dos estilistas, nos “*ateliers*” de roupas sob medida fincados na região dos Jardins, essa “confiança” vinha de outro lugar.

Sem modéstia, “a noiva é o personagem principal da noite e as pessoas esperam que ela esteja deslumbrante”, dizia Juliana, uma noiva de Belém, quando em busca do vestido que julgava ter sido “um dos mais bonitos que já teve” em sua cidade. Mas antes de a noiva examinar qualquer renda no “*atelier*” de Olivia Hoffmann, de onde comprou a peça de R\$ 50 mil, o efeito de deslumbramento com o cenário montado para recebê-la já tinha se transformado em elemento prévio de avaliação sobre a reputação da estilista.

Uma sala que parecia “uma casinha de boneca”, pintada em cor-de-rosa e azul bebê com coroinhas na decoração era o que Juliana, a noiva paraense, precisava para se sentir “uma princesa”, tal como sonhava para a ocasião. Falou que lá “tinha uma cadeira, uma poltrona de rainha, muitas fotos de celebridades vestindo os vestidos dela” enquanto descrevia a loja da estilista famosa entre as ruas arborizadas da região dos Jardins. Algumas alamedas distantes dali, o “*atelier*” de Valquíria Almeida parecia conter várias características semelhantes àquelas. E Luiza, também chegando de Belém especialmente para realizar a compra de seu vestido em São Paulo, contava: “tudo é muito chique lá”, e destacava, ainda, as poltronas antigas estilo “Luís XV” ao falar sobre a decoração bege e almofadada do antigo casarão.

Com o uso de um léxico aristocrático que evocava noções de riqueza e nobreza em suas falas para materializar uma qualidade sensorialmente avaliada (e presumida), princesas, rainhas e reis pareciam corresponder a uma medida daquilo que seria melhor ou, nas palavras de Luiza, “chique”. Tal como observado por Maria Filomena Gregori (2016) na organização do mercado de bens eróticos em São Paulo, o território espacial das lojas tendia a se constituir em uma espécie de cenário altamente planejado e controlado para criar um efeito de valorização dos produtos ali comercializados. Ao atribuírem outros sentidos de valor às suas mercadorias, tais salões de vendas demarcavam os limites entre os territórios de consumo e a hierarquia da concorrência.

O valor de um vestido, a princípio, começava a ser produzido antes mesmo do primeiro contato de qualquer renda com o corpo das clientes. Luiza, que se casaria em uma festa de mais de R\$ 120 mil em Belém, sentiu-se ofendida com o e-mail da secretária da estilista antecipando o valor mínimo das peças com o intuito de afastar clientes que não fossem endinheiradas. Mas, ainda assim, lembrou o episódio a fim de exemplificar, para mim, como, desde o agendamento, havia um “profissionalismo” inquestionável vindo da estilista que escolhera no bairro dos Jardins, em São Paulo. E enquanto resgatava os detalhes da decoração da loja para construir um quadro ilustrativo da sua impressão de “chique”, a noiva me fez tomar nota sobre como a estilista era uma *lady* – novamente expressando-se por termos que, vindos de contextos aristocráticos, descreviam uma marca de nobreza em relação direta à riqueza e que seria identificável no próprio corpo da profissional.

“Ela atende a gente muito calma, fala muito baixo”, dizia a noiva antes de sua lembrança sobre o forro do traje, em que “cada botão estava encapado com seda”. Os critérios de avaliação da noiva sobre o trabalho da estilista, nesse caso, pareciam remeter às análises de Arlie Hochschild (2003) sobre o ofício das comissárias de empresas de transporte aéreo, em contexto no qual a qualidade dos produtos e serviços prestados dependia de um trabalho de contenção e estabilidade emocional das funcionárias. No casarão dos Jardins, o controle da estilista sobre sua postura corporal, a moderação de seus gestos e a gestão do volume de sua voz pareciam elementos simetricamente relacionados a uma garantia de controle da qualidade do próprio vestido. Entre a performance corporal da estilista e seu trabalho “muito bem feito”, a noiva assegurava-se de estar entre quem e o que eram “chiques”.

Para afastar do argumento apresentado qualquer acusação de que a “qualidade” de um vestido se atrelaria à concepções de “profissionalismo” apenas entre noivas destacadamente pertencentes às elites nacionais, vale lembrar, neste momento, também de Gabriela: uma noiva

do Jardim Conquista, localizado no extremo leste paulistano, que justificou a sua ida até a Rua das Noivas, para alugar um traje que custava 30% de todo o orçamento de sua festa, pois, lá, esquivava-se do “pessoal super antiprofissional” que havia em São Mateus. Ser “bem tratada desde o dia que eu peguei [o vestido] até o dia que eu entreguei” foi uma experiência crucial para a noiva no processo de escolha do seu vestido, e também uma espécie de reconfiguração daquilo que entendia por uma troca comercial à altura da ocasião. “Profissionalismo”, para ela, bem como para Luiza e Solange, nesse sentido, não se restringia apenas à confirmação de legitimidade do profissional sobre seu ofício, mas também, à garantia de cumprimento dos acordos, como no acionamento de uma postura e uma performance reconhecidamente legítimas e prestigiosas nas interações.

O atendimento, compreendido desde o agendamento, passando pela recepção, a performance corporal e discursiva das/os profissionais e o cumprimento do acordo de entrega do produto contratado, surgia, entre as clientes de todas as lojas, como espaço-tempo em que as noivas podiam, finalmente, mensurar a “qualidade” dos vestidos e colocar a autoridade das/os profissionais sob apreciação. Nesse ambiente criado para negociações, firmar-se como um estilista “de verdade”, pois *gay*, ou manter uma postura de nobreza e vínculo com celebridades, era elemento fundamental para garantir a segurança da cliente e o objetivo de contratação.

O atendimento, afinal, tinha que produzir como efeito a confirmação da reputação do produtor ou do contexto em que se presumia de produção dos vestidos da noiva. Esse era o arremate final para a constituição de uma autoridade que Maurício traduzia ao dizer “estilista é que nem o papa: você falou, todo mundo obedece”. Na contenda do mercado e na disputa pela definição dos preços dos produtos, mais do que ter o melhor vestido ou os melhores materiais, era preciso convencer que se tinha. E, nesse processo, garantir a melhor experiência de consumo, materializada pelo encontro comercial nos atendimentos, era garantir que se oferecia o melhor vestido. Valioso, justificava-se seu preço.

4 FEITA NOIVA, COM CLASSE

O atendimento nas lojas de aluguel e venda de trajes é elemento central na disputa pela “qualidade” de um vestido e na definição de seu valor. Ao concorrerem no mercado entre si, as lojas disputam reputações para suas marcas e conferem prestígio aos seus produtos, em um processo de atribuição de valor aos vestidos de noiva também pela experiência de consumo

propiciada pela performance cênica dos profissionais envolvidos nas interações comerciais. Alice percebeu essa correlação quando tentou compreender o porquê de tantas rejeições sobre o seu vestido e lembrou-se de que sua mãe não o viu sob os efeitos da “luz de uma loja”.

Pagar “o que eu posso pagar”, como Alice dizia, foi um posicionamento que disparou tensões até então não previstas. A compra, via *internet* e sem ter passado sequer por alguma loja para antecipar a prova do modelo escolhido, parecia ter suprimido um passo incontornável do processo de organização de sua festa. À Alice e ao seu vestido “barato”, faltou aquele “momento suntuoso que todo mundo fala, esse momento *glamour*” previsto em antecipação ao casamento. Por ser econômica, prestígio também foi poupado à noiva. De sua experiência, o que parecia revelado junto à decepção de sua mãe e de seus colegas, era a pressuposição de que a escolha do vestido deveria ser um grande projeto de engajamento, em que cálculos econômicos fossem explicitamente reconfigurados. O barato saiu caro. E a facilidade em adquirir um vestido a preços módicos sem sair de casa, em seu revés, trouxe-lhe a dificuldade de comprovar o valor moral de sua peça.

Se por um lado, tantas noivas elencavam o vestido como um item com o qual não se preocuparam em economizar, o caso de Alice, por outro lado, mostra que, independentemente das pretensões ou justificativas pessoais, o vestido era algo que não *podia* ser economizado. Uma festa de casamento se propõe única e extraordinária. Daí presume-se que alugar ou comprar um vestido dentro das expectativas criadas em torno de uma noiva era, de maneira explícita, partir de uma extrapolação do que estava previsto como um gasto ordinário. Mesmo que isso significasse entrar em uma dinâmica de endividamento, a conjuntura de extraordinariedade da festa de casamento e a centralidade do vestido na produção de uma noiva pressupunha “sacrifícios”.

Nem tempo, nem dinheiro ou expectativa eram passíveis de serem poupados quando noivas se colocavam em busca daquilo que era pressuposto como um dos itens mais importantes do casamento. E a despeito da concorrência entre as lojas intentar fixar o preço do vestido de noiva como garantia de sua qualidade, isso não equivalia dizer que somente os produtos mais caros seriam capazes materializar o prestígio esperado de uma noiva. Valioso, pois produzindo a “personagem principal” de um casamento, um vestido de noiva sempre deve ser caro, mas para quem o veste.

Nos territórios do mercado, o preço de um vestido é propositadamente confundido como seu “valor”. É pela circulação nesse território que mulheres se garantem como noivas em complexa cartografia de distinção. Único e alvo de tanta curiosidade em uma festa de

casamento, um vestido de noiva se pressupõe sempre objeto de luxo. E, aqui, novamente, as considerações de Appadurai (2008) são importantes, especialmente quando o autor nos previne contra a dicotomia simplista entre “objetos de luxo” contra “objetos de necessidade”, ao destacar a excepcionalidade atribuída a determinadas mercadorias que, tornadas específicas, são também postas em outro “regime de valor”.

Tal como Appadurai (2008) enumera, restrições de preço ou legais; complexidade para aquisição; capacidade em se legitimar como mensagem social; exigência de conhecimento especializado para usá-lo; e alta associação entre o seu consumo e o corpo do consumidor, numa transitividade entre pessoa e personalidade, são elementos essenciais de transformação de uma coisa em objeto de luxo. Conforme conclui, o caráter de luxo atribuído a determinados bens não deriva de uma presunção de sua inutilidade. Para o autor, e tal como encaro um vestido de noiva, bens de luxo são aqueles “cujo uso principal é retórico e social, bens que são simplesmente símbolos materializados”. A sua dimensão de necessidade, antes que ausente, “é fundamentalmente política” (APPADURAI, 2008, p. 56).

No “tempo do casamento”, como tenho definido, pessoas e coletividades são criadas ao mesmo tempo em que suas reputações são forjadas e postas em negociação. O suposto é que um casamento não é uma festa qualquer, seus anfitriões não são quaisquer pessoas e nem é convidado qualquer um. Casar significa aliar-se. Mas ainda, e sobretudo, também se diferenciar. Nessa etnografia, tenho buscado dar força à uma análise sobre a dimensão antagônica das relações e, assim, evidenciar, pelo processo de organização de festas de casamento, as dinâmicas pelas quais vinculações surgem como produto não apenas de reciprocidades e de solidariedades, mas também de ambivalências em que não se excluem hierarquias e posições de poder.

Enquanto o casamento aparece como um projeto de diferenciação entre seus anfitriões, o vestido da noiva, em consequência, também deve ser capaz de materializar-se em insígnia inquestionável de prestígio e distinção. Levado muito a sério, o vestido é motivo de grande disputa seja entre as noivas, seja entre os profissionais do mercado. E na dianteira de comitivas femininas compostas por mães, sogras, amigas ou pela própria pesquisadora, quando em busca por seus trajes, noivas engajam-se em um intenso e valoroso empreendimento de constituição de si enquanto *lócus* de poder – seja de gênero, seja de classe.

Dada a enorme variação de preços no mercado, um vestido de noiva é sempre um artigo de luxo para quem o veste, o acesso ao traje não pode ser “fácil”, tal como o execrado vestido comprado pela *internet*, e sua configuração está longe de ser “simples”. Mas o que há de

diferente em uma peça vendida por R\$ 500 reais daquela comprada por R\$ 50 mil? O que significa vestir um vestido ou vestir outro? O que torna o vestido um item tão requisitado a ponto de as noivas afirmarem que não se pode fazer nenhuma economia para adquiri-lo?

Se por um lado, e olhando primeiro para as formas pelas quais os profissionais do mercado justificavam os preços dos seus produtos, encontramos uma complexa disputa narrativa sobre a “qualidade” dos atributos físicos das peças; por outro lado, a controvérsia imposta pelas dinâmicas da concorrência só seria resolvida, afinal, na negociação simbólica do próprio atendimento, um momento em que a legitimidade de um preço era avaliada pelo crivo sensível das noivas sobre a dimensão cênica das lojas e performática de seus profissionais.

Mais do que comprovar que uma renda vinha da França, cabia à/ao estilista convencer que uma renda podia ser francesa. E, assim, ao lado dos insumos ou técnicas utilizadas na confecção das peças, as estruturas cenográficas dos espaços das lojas e uma performance profissional composta por convenções de nobreza, gênero e sexualidade compunham o quadro de materialização da “qualidade” dos produtos pelo olhar das clientes. Uma dinâmica na qual, antes que uma consequência imediata do processo de produção, o valor de um vestido era produzido apenas quando ele era posto em circulação pela interação de troca.

Assim, em meio as controvérsias entre profissionais e clientes, como busquei demonstrar, não apenas cada uma das lojas cria mecanismos internos de diferenciação dos seus vestidos, como, também, o valor de uma loja se constitui em sua relação com outras lojas, fundamentando aquilo que, depois, materializa-se no próprio valor de troca do produto. A “qualidade” de um vestido nunca é consensuada, mas mesmo assim serve de horizonte para avaliação e produção de reputações profissionais. É uma dinâmica em que as disputas comerciais, enfim, justapõem, intencionalmente, o preço da mercadoria-vestido de noiva ao valor moral do próprio objeto.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. **Noivado e ritos pré-nupciais**: um estudo sobre significados, experiências e as codificações de uma unidade cultural. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

BLANK, Marina. **A princesa, a gata e a borralheira**: imaginários, construções e desconstruções de casamentos. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRIGUGLIO, Bianca. Trabalhadoras no preparo de comida: um olhar sobre a divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. In: Encontro Nacional da ABET, 14., 2015, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2015.

CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: **Cadernos Pagu**, v.30, p. 301-328, 2008.

_____. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi**, v. 10, n. 18, p. 24-38, 2009.

ESCOURA, Michele. **Fazer festa é uma guerra. Relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados na organização de casamentos**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019a

_____. Formal attire from one side of the “bridge” to the other: the wedding market and class and gender relations inscribed in the territory of the city. In: **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v.14, n.3, p. 1-19, 2017.

_____. Vestida de noiva. Diferenciação e prestígio em disputa no mercado de festas de casamento. In: **Cadernos Pagu**, v.55, p. 1-31. 2019b.

ESCOURA, Michele; MACEDO, Renata Mourão. Tensionamentos e negociações de desigualdades: notas etnográficas sobre consumo, classe e gênero. In: SAGGESE, Gustavo et al. (org.) **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma, 2018.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GELL, Alfred. **Art and Agency**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Managed Heart. Commercialization of Human Feeling**. Berkeley: University of California Press, 2003.

MARINS, Cristina Teixeira. **Quando o céu é o limite**: um olhar antropológico sobre o universo dos casamentos e dos cerimonialistas. Niterói: Eduff, 2016.

_____. **Entre palcos e flashes**: reflexão etnográfica sobre trajetórias, construção de reputação e circuitos de consagração de fotógrafos de casamento. 2018. Tese (Doutorado em

Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.1.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n.1, p. 321-359, 2010.

PINHO, Érika Bezerra de Menezes. **“Um sonho não tem preço”**: uma etnografia do mercado de casamentos no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SEXISMO, CIÊNCIAS HUMANAS E AS POTENCIALIDADES DO PENSAMENTO FEMINISTA

Patrícia da Silva Santos (UFPA)¹

O fato de que o pensamento lógico possa ser realizado apenas por meio do pênis parece ser um axioma inextirpável da medicina vulgar.

(Hilde Domin)

RESUMO: Este texto apresenta uma discussão acerca do caráter sexista das ciências, em geral, e das ciências humanas, mais especificamente, ao mesmo tempo em que busca sublinhar o papel do pensamento feminista na desconstrução do ideal de universalidade dos postulados científicos. Com base em perspectivas teóricas críticas e feministas, a intenção é expor a dominação masculina inerente à ciência, a despeito de suas pretensões de universalidade. O objetivo geral consiste em compreender por que é importante a atuação das mulheres nas ciências humanas, a despeito da linguagem científica ter sido historicamente moldada com base em um princípio masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências humanas. Sexismo. Universalidade. Feminismo.

SEXISM, HUMAN SCIENCES AND THE POTENTIALITIES OF FEMINIST THOUGHT

ABSTRACT: This text presents a discussion about the sexist character of science, in general, and of the human sciences, in particular, and seeks at the same time to highlight the role of feminist thought in deconstructing the supposed universality of scientific postulates. Based on critical and feminist theoretical perspectives, the intention is to expose male domination inherent to science, despite its claims to universality. The general goal consists in understanding why the protagonism of women in human sciences is important, despite the fact that scientific language has historically been shaped by a masculine principle.

KEYWORDS: Human sciences. Sexism. Universality. Feminism.

EL SEXISMO, LAS CIENCIAS HUMANAS Y LAS POTENCIALIDADES DEL PENSAMIENTO FEMINISTA

RESUMEN: Este texto presenta una discusión a cerca del carácter sexista de las ciencias, en general, y de las ciencias humanas, en particular, al mismo tiempo en que busca subrayar el papel del pensamiento feminista en la desconstrucción del ideal de universalidad de los postulados científicos. Con base en perspectivas teóricas críticas y feministas, la intención es exponer la dominación masculina inherente a la ciencia, no obstante sus pretensiones de universalidad. El objetivo general consiste en comprender por que es importante la actuación de las mujeres en las ciencias humanas, a pesar del lenguaje científico haber sido moldeado históricamente por un principio masculino.

PALABRAS CLAVE: Ciencias humanas. Sexismo. Universalidad. Feminismo.

¹ Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: patricia215@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A ciência moderna construiu-se sob o manto da neutralidade. É como se tal esfera de saber tivesse alcançado um ponto de observação que jamais conhecimento algum havia logrado conquistar: o ponto de onde se pode contemplar, dissecar e classificar o universo. Nesse sentido, acostumamo-nos a pensar a ciência como uma linguagem puramente objetiva, universalmente válida, isenta de padrões de subjetividade, limpa de qualquer traço individualizante; nessa perspectiva, mundo objetivo e suas representações imaginárias via ciência coincidiriam com exatidão inquestionável. As humanidades contribuíram muito para essa percepção, inicialmente, por meio do pensamento filosófico.

Os pensadores iluministas foram os primeiros a disseminar ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e emancipação universais que tinham como parâmetro fundamental a razão. Como afirmam Adorno e Horkheimer, na ciência moderna “nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do ‘fora’ é a verdadeira fonte da angústia...” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 29).

O postulado baconiano da *una scientia universalis* é, apesar de todo o pluralismo das áreas de pesquisa, tão hostil ao que não pode ser vinculado, quanto a *mathesis universalis* de Leibniz à descontinuidade. A multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao facto, as coisas à matéria. Ainda de acordo com Bacon, entre os primeiros princípios e os enunciados observacionais deve subsistir uma ligação lógica unívoca, medida por graus de universalidade (idem, 1985, p. 20).

Contudo, nessa pretensão de universalidade, não levamos em conta que a própria razão que conhecemos possui a dominação como elemento constitutivo. Interesses, disputas, cisões também pontuam, de um extremo ao outro, o conhecimento racionalmente elaborado.

O que denominamos universo é repleto de fissuras historicamente produzidas – porém, fortemente enraizadas e ideologicamente mascaradas – que lastreiam relações de dominação de classe, de raça, de gênero. Nossa ciência, ao menos essa que conhecemos no mundo tal como o processo civilizatório ocidental configurou, está impossibilitada de ser universal, justamente porque a razão burguesa², embora disfarce de universalidade suas perspectivas parciais, é feita de domínio, repressão e submissão do múltiplo à classificação idêntica a si

² Emprego a concepção conforme a interpretação de Gabriel Cohn ao lidar com as aporias presentes na obra *Dialética do esclarecimento*, enquanto reflexão que não abre mão de se constituir como uma “crítica racional à razão”: “Deve portanto interrogar a razão respeitando todas as suas exigências intrínsecas, sem no entanto perder de vista que, sob a capa da razão sem mais, efetivamente está em cena a sua forma historicamente dominante, a razão burguesa.” (COHN, 1998, p. 5)

mesma. Os conceitos científicos e filosóficos, ainda que se apresentem sob a “pretensão de validade universal”, carregam um inexorável caráter excludente, que é, ao mesmo tempo, sexista, geracional, racial e classista: esses conceitos, desde Platão e Aristóteles, “refletiam com a mesma pureza as leis da física, a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade das mulheres, das crianças e dos escravos” (Idem, p. 35 – tradução modificada).

Nessa reflexão, sem abandonar o pensamento científico (por isso o caráter aporético), gostaria de lidar com alguns de seus elementos regressivos e autodestrutivos do ponto de vista específico de uma de suas fissuras constitutivas: o da dominação masculina. A razão e a ciência moderna se pautaram na expulsão das mulheres.

No caso da razão, como bem articula Jeanne Marie Gagnebin ao lidar com textos filosóficos clássicos, a filosofia ocidental se esforçou, primeiro, por estabelecer uma coerência discursiva para as mulheres a fim de, em um segundo passo, excluí-las de “outros tipos de palavras” – em especial, a palavra própria ao discurso racional e lógico (GAGNEBIN, 2005, p. 45). Nesse sentido, vinculadas à natureza, ao sentimento, à emoção e às sombras, as mulheres não estariam aptas a filosofar.

Por sua vez, ao refletir especificamente sobre a ciência moderna, a pensadora feminista Silvia Federici (2004) argumenta que um de seus aspectos não problematizados é precisamente o fato de que essa forma racional de explicar os fenômenos se construiu com base na perseguição de mulheres que mobilizavam conhecimentos populares e tradicionais para atuarem como parteiras, médicas, detentoras de conhecimentos químicos para a fabricação de perfumes e medicamentos; em suma, mulheres que operavam como bruxas:

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração, uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranha para as “classes baixas” (FEDERICI, 2017, p. 364).

Mas, afinal, qual a importância das mulheres cientistas, em geral, e nas humanidades, em particular, se a própria linguagem científica é, por princípio histórico e fundante, sexista? Por que as mulheres deveriam mobilizar para elaborar, compreender e dizer o mundo humano e social uma linguagem historicamente construída, de maneira autoritária e pautada na dominação, pelos homens?

A questão é complexa, mas adianto que procuro elaborá-la com base em uma perspectiva próxima daquela pensada por autores como Adorno e Horkheimer, que tão taxativamente denunciaram a falácia da universalidade da razão. Nesse sentido, do mesmo modo que, ao desnudar o nexos fatídico entre mito e esclarecimento, tais autores indicavam que “a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor” e que, portanto, “se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse momento regressivo, ele está selando seu próprio destino” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13), penso que, se as mulheres não se dedicarem à ciência, estarão abrindo mão de qualquer utopia emancipatória possível à razão científica.

E, do ponto de vista do pensamento crítico, qualquer perspectiva de emancipação deve incorporar, necessariamente, a diferença, o múltiplo, o diverso e ambivalente que o processo desencantamento do mundo trabalhou para extirpar.

2 CIÊNCIA E SEXISMO

Pontuarei um pouco melhor o caráter sexista da ciência moderna.

No âmbito da teoria social – com o qual melhor me familiarizo – aquela suposta universalidade da ciência costuma ser veiculada por vozes quase exclusivamente masculinas. É nesse sentido que, por exemplo, todos os clássicos da sociologia são homens (de todo modo, o caráter sexista das ciências humanas vale para todas as outras disciplinas que a constituem, o que pode ser observado nas ementas que compõem seus currículos, nas quais os homens são a maioria absoluta). Quando os discentes de ciências sociais, por exemplo, são apresentados às teorias que elaboraram as transformações operadas pelo mundo moderno advindas de processos capitalistas, mecanismos de racionalização burocrática, diferenciação social e individualização oriundas da divisão do trabalho, urbanização, secularização, constituição dos Estados modernos etc., isso é feito com base em uma visão de mundo masculina – que, em um quiproquó, é exposta de maneira objetiva, neutra, “universal”. Embora homens e mulheres tenham participado de modos muito distintos desses processos históricos, estes aparecem como se fossem igualitários, universais, assexuados.

Ao opor-se a essa maneira de articular a conformação da sociedade civil, Carole Pateman denuncia uma das facetas do sexismo constitutivo do processo de formação do mundo moderno por meio de uma leitura feminista do contrato social. Essa autora argumenta que o estabelecimento do “indivíduo universal” instituiu a sociedade civil e determinou uma

posição peculiar para as mulheres, de modo que elas são tanto objeto do contrato como parte contratante, na medida em que tomam parte apenas na “esfera privada” da “sociedade civil”. “O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação” (PATEMAN, 1993, p. 16). Portanto, diferentemente do que pensadores iluministas argumentavam, “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (Idem, p. 19).

Nesse passo, contudo, é necessário reconhecer que ao menos um daqueles clássicos da sociologia aludidos teve sensibilidade suficiente para elaborar de modo taxativo o “princípio masculino” dessa modernidade, ao denunciar o caráter sexista da nossa objetividade moderna nos seguintes termos inequívocos:

[...a mistura ingênua dos valores masculinos com os valores, propriamente,] é sustentada por relações de poder históricas que se expressam logicamente no fatídico duplo sentido do conceito de “objetivo” [Sachliche]: o objetivo aparece como a ideia puramente neutra, na mesma medida sobre as unilateralidades masculino-feminino; mas o “objetivo” é também a forma especial de realizações que corresponde ao modo de ser especificamente masculino (SIMMEL, 2001, p. 259)

O que Georg Simmel³ reconhece, com uma sensibilidade bastante precoce acerca das desigualdades de gênero constitutivas do moderno, ancora-se em um aspecto central ao pensamento feminista, a saber: a divisão moderna fundamental entre vida pública e vida privada é uma divisão sexista. Conforme afirmaria Seyla Benhabib, essa divisão “serviu para confinar mulheres em esferas de atividade tipicamente femininas, como trabalho doméstico, reprodução, nutrição e cuidado com crianças, doentes e idosos, ao domínio ‘privado’ e mantê-las fora da agenda pública no Estado liberal” (BENHABIB, 1992, p. 108). Dessa maneira, as mulheres também foram mantidas afastadas do pensamento científico, poderíamos acrescentar.

Em tal divisão abissal, de um lado, foi instituído o domínio moral voltado para questões de justiça, cujo palco é a historicidade da esfera pública; de outro, foi estabelecida a esfera privada restrita à questão da vida boa, ou seja, a dimensões não universalizáveis, não passíveis de discussão pública. Ainda conforme Benhabib, “a desistoricização do domínio privado significa que, enquanto o ego masculino celebra sua passagem da natureza para a

³ Não me alongarei nas reflexões do autor, mas, em outro lugar, procurei elaborar um pouco mais demoradamente essa discussão de Simmel acerca do “princípio masculino” da modernidade sob a perspectiva do caráter truncada da reciprocidade que cabe às mulheres em suas interações sociais (SANTOS, 2020).

cultura, do conflito para o consenso, as mulheres permanecem num universo interminável, condenadas a repetir os ciclos da vida” (BENHABIB, 1987, p. 97).

Outra feminista, ainda no início do século XX, também reconhecia o alijamento das mulheres de todas as instituições concebidas sob a égide da razão ocidental moderna. Alice Rühle-Gerstel, ao discorrer acerca das relações entre mulher e capitalismo, argumenta:

As sociedades nas quais os assim chamados povos civilizados vivem são – em relação à questão de gênero – designadas pelo fato de que são sociedades masculinas. Todas as instituições, leis, determinantes, costumes, opiniões públicas são construídas com base no gênero masculino. Nessa sociedade, os homens exercem, exclusiva ou predominantemente, as funções mais importantes e mais influentes (RÜHLE-GERSTEL, 1932/1972, p. 13).

Ou seja, a civilização moderna, como um todo, apoia-se em uma divisão sexista, na qual as mulheres são alocadas “na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado”, conforme argumenta Margareth Rago (1996/1997), e os homens atuam na construção do discurso público, das normas universais, das leis científicas e das regras jurídicas. Essa divisão sexual do mundo social contribui para configurar modos de ser, de pensar, de agir e de sentir específicos.

Os homens são moldados como sujeitos soberanos e configuram uma identidade supostamente fixa, que é precisamente aquela do indivíduo moderno por excelência, pretensamente idêntico a si mesmo e capaz de uma unidade interna necessária às formulações lógicas, precisas e objetivas do debate científico – tudo isso opera de maneira a contribuir com a separação entre razão e emoção, entre postulados lógicos e postulados sentimentais. Ao passo que a vinculação das mulheres à atmosfera dúbia do mundo privado, do cuidado e dos afetos impede que elas lidem de maneira inequívoca com a separação das esferas vigente na sociedade moderna.

De todo modo, clareza em vez de ambiguidade; unidade no lugar de diferença; objetividade opondo-se à subjetividade são os mecanismos que buscam tingir de neutralidade e universalidade o debate científico. Tendo em vista aquela conformação histórica de homens e mulheres, temos como resultado o fato de que a ciência se configure como território eminentemente masculino.

Porém, o pensamento contemporâneo tem buscado denunciar as falácias da universalidade científica, provocando abalos em concepções basilares da ciência moderna como identidade, normas e cultura. Esse aspecto relaciona-se diretamente ao tema aqui em

pauta, pois o pensamento feminista é precisamente uma das vertentes mais importantes dentre aquelas contestações. Juntamente a outras formas de denúncia do caráter não homogêneo dos postulados científicos, o feminismo contribui para a exigência de autorização de sujeitos de discurso até há pouco silenciados pelas nossas formas de conhecimento. É nesse sentido que podemos falar em uma urgência de que a ciência se dispça da pretensa neutralidade e incorpore os ruídos da subversão, do não-idêntico, da diferença (SANTOS, 2019).

3 O PAPEL DAS *OUTSIDERS WITHIN* NA CIÊNCIA

Ao refletir acerca do pensamento feminista negro, Patrícia Hill Collins argumenta que há uma potencialidade no lugar marginal ao qual as mulheres afro-americanas foram historicamente alocadas: desde esse ponto específico, elas seriam como estrangeiras internas, portanto, estariam capacitadas a observar o mundo de uma perspectiva inacessível aos grupos hegemônicos. Collins mobiliza sua reflexão no sentido de pensar as vantagens que podem ser alocadas à sociologia caso a ciência incorpore essa capacidade do pensamento feminista negro para a compreensão do mundo social:

As mulheres negras não são apenas *outsiders within* na sociologia. Como um caso extremo de *outsiders* que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de *insiders*. Nesse sentido, uma variedade de indivíduos pode aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo tendo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios do *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último consideradas como certas (COLLINS, 2016, p. 122).

A pensadora destaca o pensamento feminista negro como uma forma de provocar abalos e, simultaneamente, desenvolvimento nos paradigmas científicos da sociologia. Certamente, a intersecção entre opressão de gênero, de raça e de classe reforça a marginalidade das mulheres negras e, ao mesmo tempo, a potencialidade para que elas sejam capazes de interpretar o mundo social com base em perspectivas não acessíveis aos grupos tradicionais. Contudo, penso que, ressalvadas as devidas proporções, seria interessante mobilizar a perspectiva presente no conceito de *outsider within* para pensar uma ciência produzida pela perspectiva feminina, em geral. É precisamente essa capacidade de dizer o

mundo de um ponto de vista inacessível aos homens que potencializa a incursão das mulheres nas ciências humanas. O caráter subversivo dessa capacidade consiste no fato de que toda essa ciência, agora mobilizada também pelas mulheres, foi construída sobre bases falocêntricas.

Em analogia à reflexão feita por Collins a respeito das mulheres negras, é possível considerar que, não tendo sido historicamente conformadas de acordo com o padrão de subjetividade e individualidade masculinos, as mulheres atuam no mundo da ciência moderna com base em uma perspectiva pária, ao mesmo tempo, interna e externa. Isso faz com que elas sejam sim capazes de operar conceitos, metodologias e teorias, porém, sempre o fazem questionando a visão parcial masculina que formatou o domínio científico de tal modo a dotá-lo da aparência de universalidade. A resposta prática e sucinta da cientista Shirley Malcolm à questão acerca das relações entre gênero e ciência também aponta nessa direção:

[...] talvez eu deva explicar, tenho 59 anos e, se você pensar como a ciência era em 1963, vai perceber que havia muito poucas mulheres que estavam realmente escolhendo entrar nos estudos científicos e, quanto mais eu avançava, menos pessoas via, e acho que sempre havia a pergunta: “Onde está todo mundo, onde estão as mulheres, onde estão as afro-americanas?” Como mulher descendente de africanos, eu me perguntava onde todas estavam se escondendo. Também comecei a compreender que eu olhava para meus estudos de maneira muito diferente de muitas pessoas à minha volta e, quando percebi isso, comecei a pensar que talvez fizesse diferença quem fazia ciência. E que as questões de como o gênero interage com a ciência, com o que você escolhe estudar, com as prioridades que se colocam em relação à pesquisa, quais representações e modelos são trazidos de fato para o estudo, eu pensava que essas coisas fariam a diferença; elas me impactaram muito, mas não havia nada que eu pudesse fazer. Porque, francamente, até que se esteja legitimado e trabalhando no campo... é muito difícil ser levado a sério quando você está tentando dizer coisas que parecem ir contra a visão tradicional de uma área (RIAL; GROSSI; STEFANELLO LIMA, 2006, p. 697).

O que a cientista afirma é que o sujeito da ciência, a/o cientista, importa nos resultados obtidos. *Quem* concebe a ciência faz diferença no *que* é concebido – a objetividade, embora deva ser mantida como ideal, nunca é plena, conforme já reconhecia Max Weber (1991).

No caso específico das ciências humanas, interpretações feministas vêm escovando a contrapelo ciências como a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia e a filosofia, apontando para o sexismo dos postulados disciplinares nelas estabelecidos – vale mencionar que o fazem, inclusive, desconstruindo a fixidez das fronteiras disciplinares.

É nesse sentido, por exemplo, que o postulado clássico a respeito do processo de acumulação capitalista feito por Karl Marx foi reinterpretado por Silvia Federici com a finalidade de indicar como esse aspecto fundamental de surgimento do mundo capitalista moderno atingiu as mulheres e foi por elas atingido (FEDERICI, 2016). Nas palavras da

autora: “A tarefa que *Calibã e a bruxa* se propôs realizar foi a de escrever a história esquecida das ‘mulheres’ e da reprodução na ‘transição’ para o capitalismo” (Idem, p. 12).

Observamos, também, filósofas feministas de diferentes matizes provocando ranhuras na ordem do discurso filosófico, ao indicar que o pensamento não é privilégio exclusivo dos homens e, apenas nesse sentido, pode incorporar a pluralidade própria ao universal – o que é feito reescrevendo os próprios parâmetros constitutivos da filosofia, como a identidade, a metafísica e a linguagem (BENHABIB; BUTLER; CORNELL; FRASER, 2018, DAVIS, 1981).

Há cientistas políticas, como o caso citado de Carole Pateman, que buscam reler o processo de formação da sociedade civil moderna com base na atuação específica das mulheres e de sua condição peculiar, tanto marginal como interna, na constituição do contrato social (PATEMAN, 1993).

Historiadoras feministas também contribuem para o movimento de (re-)narração da história por meio de uma perspectiva que dota de visibilidade e agência as personagens femininas (PERROT, 1992).

A psicanálise feminista, por sua vez, desloca o discurso falocêntrico ao indicar que a mulher consiste no sexo irrepresentável – o que desarticula todo o ideal do sujeito autocentrado construído com base no sexo masculino e desafia a própria linguagem como instrumento uniforme de representação do mundo (IRIGARAY, 1985).

Para além dessas e de tantas outras importantíssimas reelaborações teóricas, na prática cotidiana de investigações empíricas do âmbito das humanidades a necessidade de levar em conta o aspecto gênero vai se tornando constante, mesmo em pesquisas que não tomem essa dimensão como aspecto central. Vale lembrar que, no campo das humanidades, as pesquisadoras brasileiras já constituem a maioria. É certo que há inúmeros constrangimentos às mulheres em sua atuação acadêmica ao adentrarem o universo do discurso público – do qual são sistematicamente alijadas pelas instituições sociais vigentes, a começar pela família e suas formas de educação pautadas na desigualdade de gênero e na heteronormatividade. Porém, sua atuação também pode contribuir para uma paulatina, mesmo que muito lenta e difícil, desconstrução de aspectos estruturais e estruturantes.

Diferentemente do pontuado por Pierre Bourdieu (2012), penso que o pensamento feminista pode efetivamente contribuir para a subversão das conformações históricas de gênero. É certo que as instituições sociais são moldadas pelo “arbitrário cultural” próprio às desigualdades de gênero, inscrevendo-se nos corpos e nas relações sociais como um todo.

Porém, justamente porque é histórica, a fixação das identidades de feminino e masculino pode ser questionada quando o lado dominado dessa relação de forças logra atuar de maneira distinta do padrão identitário que o discurso social lhe atribuiu. É na afirmação de sua diferença, de sua irredutibilidade ao discurso de simultânea coerência e exclusão ao qual foram alocadas que as mulheres podem contribuir para provocar fissuras na linguagem androcêntrica da ciência e apontar para outras formas possíveis de dizer o mundo e suas relações humanas. Obviamente, não se trata de um trabalho fácil, do mesmo modo que não é um processo que se realiza apenas por meio do voluntarismo. De toda forma, a afirmação das identidades dominadas pode operar como contraponto aos padrões instituídos historicamente. Mesmo porque, como feministas de variadas matizes teóricas argumentam, a identidade das mulheres nunca pode ser reduzida aos padrões normativos da linguagem científica masculina (GAGNEBIN, 2005; BUTLER, 2003; IGARAY, 1985).

Nesse sentido, embora persistam diversas dimensões das desigualdades de gênero tanto no pensamento teórico, como em aspectos mais institucionais e práticos, ligados à distribuição ainda extremamente desigual de homens e mulheres nas hierarquias acadêmicas, os postulados desenvolvidos pelo pensamento feminista atuam no sentido de questionar, irrevogavelmente, o ideal de universalidade e neutralidade científica. Ao fazê-lo, não operam propriamente um ataque à razão de fora da razão.

O pensamento feminista não consiste na afirmação da irracionalidade. Diferentemente do que o discurso científico muitas vezes fez pensar, as mulheres não estão conectadas, essencialmente, à natureza enquanto os homens seriam os senhores da cultura, da razão e da lógica. Destarte, também é de dentro da razão que elas falam, mas agora, reconhecendo os limites e aporias da racionalidade ocidental, justamente porque se trata de uma voz oriunda do polo dominado dessa razão com pretensões de universalidade. Nesse sentido, ao mobilizar a razão contra os seus impulsos autodestrutivos (dentre os quais, a dominação masculina ocupa um dos lugares de destaque), o pensamento feminista contribui para a “reflexão sobre o momento regressivo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13) inerente ao esclarecimento.

Por isso, o que as mulheres cientistas fazem, seja no campo específico das humanidades, seja no caso das ciências exatas e da vida, interessa à sociedade como um todo. Assim como outras pessoas marginalizadas da produção social de conhecimento e discurso, sua atuação contribui para abalar as formas de dominação incorporadas à linguagem científica e, posteriormente, dissimuladas sob o manto da neutralidade. Nesse processo, aos poucos,

outras linguagens de conhecimento podem ser construídas, contribuindo para reinserir no horizonte utópico de nossas sociedades práticas mais plurais e emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (org). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas. Um intercâmbio filosófico**. Trad. de Fernanda Veríssimo, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BENHABIB, Seyla. **Situating the Self: gender, community and postmodernism in contemporary ethics**. New York: Routledge, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Random House, 1981.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “As flautistas, as parteiras e as guerreiras”. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 37-43.

IRIGARAY, LUCE. **This Sex Which Is Not One**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e pós-Modernidade no Brasil. Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth, v. 3, n. 3, 1996/1997, p. 11-43.

RIAL, Carmen Silvia; GROSSI, Miriam Pillar; STEFANELLO LIMA, Betina. Gênero e ciência: entrevista com Shirley Malcolm. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 695-708, set./dez., 2006.

RÜHLE-GERSTEL, Alice. **Die Frau und der Kapitalismus** [A mulher e o capitalismo] [1932]. Frankfurt: Neue Kritik, 1972.

SANTOS, Patrícia da Silva. Feminismo, filosofia e teoria social: mulheres em debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

SANTOS, Patrícia da Silva. Figuras párias em Georg Simmel: a mulher, o pobre, o estrangeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 20, 2020.

SIMMEL, Georg. “Weibliche Kultur” [Cultura feminina] [1911], in **Philosophische Kultur**. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2001.

WEBER, Max. “A objetividade do conhecimento”, in WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991, p. 79-127.